



CÂMARA DOS DEPUTADOS

	APENSA	DOS
_		
à		
3		

Presidente:

__ Em: ___/__/

AUTOR:		N° DE OR				
(DO PODER EXECUTIVO)		MSC 1.1	12/00			
Textes textes						
Altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de	1973 - Có	digo de Pr	ocesso Civil.			
/ Micros Co. 11 States 12 Sept. 12 Sept.						
DESPACHO:	CA E DE DEDA	CÃO ADT 2	4.10			
22/08/2000 - (À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTI	YA E DE REDA	IÇAO - AR I - 2	4, 10			
N <u></u>						
ENCAMINHAMENTO INICIAL:						
AO ARQUIVO, EM/9 109/00						
				0.0100		
REGIME DE TRAMITAÇÃO		PI	RAZO DE EMEND	DAS		100
PRIORIDADE	COMISSÃ	0	INÍCIO		TÉRN	MINO
COMISSÃO DATA/ENTRADA			1 1		1	1
			1 1		/	1
			//		/	- /
				_	/_	
		-	1 1			
			1 1		-/-	_/
						1
	# 5 : DE=95		T Marine			
DISTRIBUIÇ	AO / REDIS	TRIBUIÇAC	/ VISTA			
A(o) Sr(a). Deputado(a):			Presidente:			
Comissão de:				Em:		_!
A(o) Sr(a). Deputado(a):			Presidente:			
Comissão de:						
A(o) Sr(a). Deputado(a):			Presidente:			
Comissão de:					1	
MAN AND IN 1884 A DECEMBER OF THE PARTY OF T			Disablemen		***************************************	
A(o) Sr(a). Deputado(a):			Presidente:			
Comissão de:						
A(o) Sr(a). Deputado(a):			Presidente:			
Comissão de:				Em:		1
A(o) Sr(a). Deputado(a):			Presidente:			
Comissão de:				Em:	1	1
A(o) Sr(a). Deputado(a):						
Comissão do:					7	

DCM 3 17.07.003-7 (NOV. / 99)

Comissão de:

A(o) Sr(a). Deputado(a):

CÂMARA DOS DEPUTADOS



PROJETO DE LEI Nº 3.476, DE 2000 (DO PODER EXECUTIVO) MENSAGEM Nº 1.112/00

Altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil.

(À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO - ART. 24, II)

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

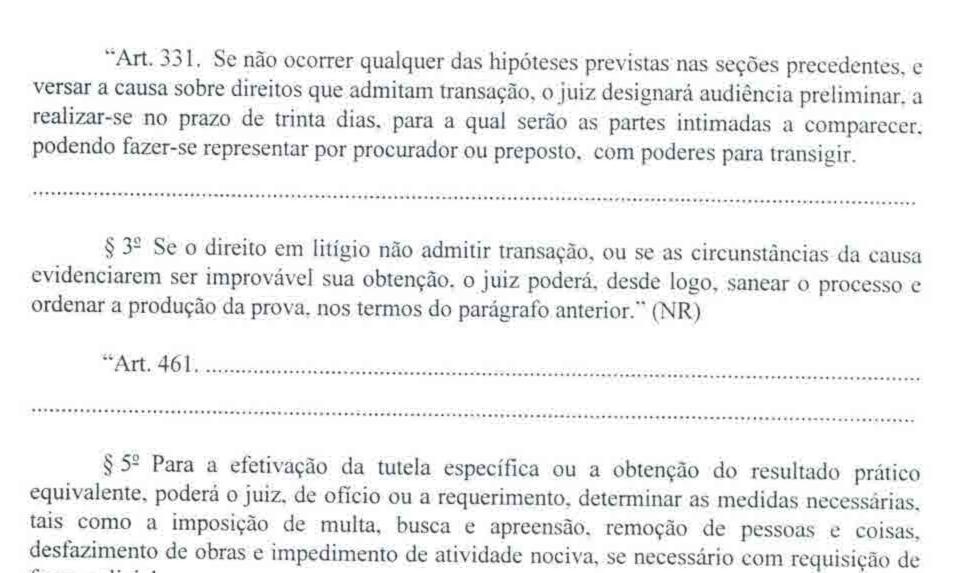
Civil,	Art. 1º Os artigos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo a seguir mencionados, passam a vigorar com as seguintes alterações:
	"Art. 273

	§ 3º A efetivação da tutela antecipada observará, no que couber e conforme sua natureza, as normas previstas nos arts. 588, 461, §§ 4º e 5º, e 461-A.
	§ 6º A tutela antecipada também poderá ser concedida quando um ou mais dos pedidos cumulados, ou parcela deles, mostrar-se incontroverso.
	§ 7º Se o autor, a título de antecipação de tutela, requerer providência de natureza cautelar, poderá o juiz, quando presentes os respectivos pressupostos, deferir a medida cautelar em caráter incidental do processo ajuizado." (NR)
	"Art. 275
	I - nas causas, cujo valor não exceda a quarenta vezes o valor do salário mínimo:
	"(NR)
	"Art. 280. No procedimento sumário não são admissíveis os embargos infringentes, a ação declaratória incidental e a intervenção do targoidos do targoidos."

"Art. 280. No procedimento sumário não são admissíveis os embargos infringentes, a ação declaratória incidental e a intervenção de terceiros, salvo a assistência, o recurso de terceiro prejudicado e a intervenção fundada em contrato de seguro." (NR)

"Art. 287. Se o autor pedir que seja imposta ao réu a abstenção da prática de algum ato, tolerar alguma atividade, prestar ato ou entregar coisa, poderá requerer cominação de pena pecuniária para o caso de descumprimento da sentença ou da decisão antecipatória de tutela (arts, 461, § 4º, e 461-A)," (NR)





- força policial.

 § 6º O juiz poderá, de ofício, modificar o valor ou a periodicidade da multa, caso verifique que se tornou insuficiente ou excessiva." (NR)
- "Art. 588. A execução provisória da sentença far-se-á do mesmo modo que a definitiva, observadas as seguintes normas:
- I corre por conta e responsabilidade do exequente, que se obriga, se a sentença for reformada, a reparar os prejuizos que o executado venha a sofrer;
- II o levantamento de depósito em dinheiro, e a prática de atos que importem alienação de domínio ou dos quais possa resultar grave dano ao executado, dependem de caução idônea, requerida e prestada nos próprios autos da execução;
- III fica sem efeito, sobrevindo acórdão que modifique ou anule a sentença objeto da execução, restituindo-se as partes ao estado anterior;
 - IV eventuais prejuízos serão liquidados no mesmo processo.



- § 1º No caso do nº III, se a sentença provisoriamente executada for modificada ou anulada apenas em parte, somente nessa parte ficará sem efeito a execução.
- § 2º A caução pode ser dispensada nos casos de crédito de natureza alimentar, até o limite de 40(quarenta) vezes o salário mínimo, quando o exeqüente se encontrar em estado de necessidade." (NR)

"Art.	604.	 *********	************	**********	**************	IVILVIVerses sessor
					CONTRACTOR STREET	*************************************

- § 1º Quando a elaboração da memória do cálculo depender de dados existentes em poder do devedor ou de terceiro, o juiz, a requerimento do credor, poderá requisitá-los, fixando prazo de até 30(trinta) dias para o cumprimento da diligência; se os dados não forem apresentados no prazo assinado, ou no de eventual prorrogação, aplicar-se-á o disposto no art. 601.
- § 2º Poderá o juiz, antes de determinar a citação, valer-se do contador do juizo quando a memória apresentada pelo credor aparentemente exceder os limites da decisão exeqüenda e, ainda, nos casos de assistência judiciária. Se o credor não concordar com esse demonstrativo, far-se-á a execução pelo valor originariamente pretendido, mas a penhora terá por base o valor encontrado pelo contador." (NR)
- "Art. 621. O devedor de obrigação de entrega de coisa certa, constante de título executivo extrajudicial, será citado para, dentro de 10(dez) dias, satisfazer a obrigação ou, seguro o juízo (art. 737, II), apresentar embargos.

Parágrafo único. O juiz, ao despachar a inicial, poderá fixar multa por dia de atraso no cumprimento da obrigação, ficando o respectivo valor sujeito a alteração, caso se revele insuficiente ou excessivo." (NR)

"Art. 624. Se o executado entregar a coisa, lavrar-se-á o respectivo termo e dar-se-á por finda a execução, salvo se esta tiver de prosseguir para o pagamento de frutos ou ressarcimento de prejuízos." (NR)

"Art	627
2 41 6)	027

- § 1º Não constando do título o valor da coisa, ou sendo impossível a sua avaliação, o exeqüente far-lhe-á a estimativa, sujeitando-se ao arbitramento judicial.
 - § 2º Serão apurados em liquidação o valor da coisa e os prejuízos." (NR)



4

"Art. 644. A sentença relativa a obrigação de fazer ou não fazer cumpre-se de acordo com o art. 461, observando-se, subsidiariamente, o disposto neste Capítulo." (NR)
"Art. 659

§ 4º A penhora de bens imóveis realizar-se-á mediante auto ou termo de penhora, cabendo ao exeqüente, sem prejuízo da imediata intimação do executado (art. 669), providenciar, para presunção absoluta de conhecimento por terceiros, o respectivo registro no oficio imobiliário, mediante apresentação de certidão de inteiro teor do ato e independentemente de mandado judicial.
§ 5º Nos casos do parágrafo anterior, quando apresentada certidão da respectiva matrícula, a penhora de imóveis, independentemente de onde se localizem, será realizada por termo nos autos, do qual será intimado o executado, pessoalmente ou na pessoa de seu advogado, e por este ato constituído depositário." (NR)
"Art. 814

Parágrafo único. Equipara-se à prova literal da dívida líquida e certa, para efeito de concessão de arresto, a sentença, líquida ou ilíquida, pendente de recurso, condenando o devedor ao pagamento de dinheiro ou de prestação que em dinheiro possa converter-se." (NR)

Art. 2º Acresce-se à Lei nº 5.869, de 1973, o seguinte art. 461-A:

- "Art. 461-A. Na ação que tenha por objeto a entrega de coisa, o juiz, ao conceder a tutela específica, fixará o prazo para o cumprimento da obrigação.
- § 1º Tratando-se de entrega de coisa determinada pelo gênero e quantidade, o credor a individualizará na petição inicial, se lhe couber a escolha; cabendo ao devedor escolher, este a entregará individualizada, no prazo fixado pelo juiz.
- § 2º Não cumprida a obrigação no prazo estabelecido, expedir-se-á em favor do credor mandado de busca e apreensão ou de imissão na posse, conforme se tratar de coisa móvel ou imóvel.



§ 3º Aplicam-se à ação prevista neste artigo o disposto nos § § 1º a 6º do artigo anterior." (NR)

Art. 3º A Seção III do Capítulo V do Título VIII do Livro I da Lei nº 5.869, de 1973, passa a denominar-se "Da audiência preliminar".

Art. 4º O art. 744 da Lei nº 5.869, de 1973, passa a integrar o Capítulo III do Título III do Livro II, vigorando seu **caput** com a seguinte redação:

"Art. 744. Na execução para entrega de coisa (art. 621) é lícito ao devedor deduzir embargos de retenção por benfeitorias." (NR)

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor três meses após a data de sua publicação.

Brasília,

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988



TÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

CAPÍTULO I DO PODER LEGISLATIVO

Seção VIII Do Processo Legislativo

Subseção III Das Leis

- Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.
- § 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:
 - 1 fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas:
 - II disponham sobre:
- a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;
- b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;
- c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;
- * Alinea "c" com redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 05.02.1998.

- d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;
- e) criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública:
- f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva.
 - * Alínea "f" acrescida pela Emenda Constitucional nº 18, de 05 02 1998.
- § 2º A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuido pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.



LEI N° 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973

INSTITUI O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

LIVRO I DO PROCESSO DE CONHECIMENTO

TÍTULO VII DO PROCESSO E DO PROCEDIMENTO

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- Art. 273. O juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, desde que, existindo prova inequivoca, se convença da verossimilhança da alegação e:
- I haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação:
 ou
- II fique caracterizado o abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu.
 - * Artigo, "capiti", e incisos com redação dada pela Lei nº 8.952, de 13-12-1994
- § 1º Na decisão que antecipar a tutela, o juiz indicara, de modo claro e preciso, as razões do seu convencimento.
 - * § 1" acrescentado pela Lei nº 8.952, de 13-12-1994.
- § 2º Não se concederá a antecipação da tutela quando houver perigo de irreversibilidade do provimento antecipado.
 - * \$ 2" acrescentado pela Lei nº 8.952, de 13 12 1994.
- § 3º A execução da tutela antecipada observará, no que couber, o disposto nos incisos II e III do art. 588.
 - * § 3" acrescentado pela Lei nº 8.952, de 13-12-1994.
- § 4º A tutela antecipada podera ser revogada ou modificada a qualquer tempo, em decisão fundamentada.
 - * § 4" acrescentado pela Lei nº 8.952, de 13-12-1994.

§ 5º Concedida ou não a antecipação da tutela, prosseguirá o processo até final julgamento.

* § 5º acrescentado pela 1.ei nº 8.952, de 13-12-1994.

CAPÍTULO II DO PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Art. 274. O procedimento ordinário reger-se-á segundo as disposições dos Livros I e II deste Código.

CAPÍTULO III DO PROCEDIMENTO SUMÁRIO

* Capitulo nominado pela Lei nº 9.245, de 26 12 1995.

Art. 275. Observar-se-á o procedimento sumário:

* Artigo, "сариг", com redação dada pela Lei nº 9.245, de 26 12 1995.

 I - nas causas, cujo valor não exceder 20 (vinte) vezes o maior salário mínimo vigente no País;

* Inciso l' com redação dada pela Lei nº 5.925, de 1º de outubro de 1973.

II - nas causas, qualquer que seja o valor;

a) de arrendamento rural e de parceria agricola;

- b) de cobrança ao condômino de quaisquer quantias devidas ao condominio;
 - c) de ressarcimento por danos em prédio urbano ou rústico;
- d) de ressarcimento por danos causados em acidente de veiculo de via terrestre;
- e) de cobrança de seguro, relativamente aos danos causados em acidente de veiculo, ressalvados os casos de processo de execução:

 de cobrança de honorários dos profissionais liberais, ressalvado o disposto em legislação especial;

g) nos demais casos previstos em lei.

* Inciso II com redação dada pela Lei nº 9.245, de 26 12 1995.

Paragrafo único. Este procedimento não será observado nas ações relativas ao estado e à capacidade das pessoas.

* Parágrafo único com redação dada pela Lei nº 9.245, de 26 12 1995

Art. 280. No procedimento sumário:

 l - não será admissível ação declaratoria incidental, nem a intervenção de terceiro, salvo assistência e recurso de terceiro prejudicado;

II - o perito terá o prazo de quinze dias para apresentação do laudo:

 III - das decisões sobre matérias probatória, ou proferidas em audiência, o agravo será sempre retido.

* Artigo com redação dada pela Lei nº 9.245, de 26-12-1995.

TITULO VIII DO PROCEDIMENTO ORDINARIO

CAPÍTULO I DA PETIÇÃO INICIAL

Seção I Dos Requisitos da Petição Inicial

Art. 282. A petição inicial indicará:

I - o juiz ou tribunal, a que é dirigida:

 II - os nomes, prenomes, estado civil, profissão, domicilio e residência do autor e do reu;

III - o fato e os fundamentos juridicos do pedido:

IV - o pedido, com as suas especificações;

V - o valor da causa:

VI - as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados:

VII - o requerimento para a citação do réu.

Seção II Do Pedido

Art. 287. Se o autor pedir a condenação do réu a abster-se da prática de algum ato, a tolerar alguma atividade, ou a prestar fato que não possa ser realizado por terceiro, constará da petição inicial a cominação da pena pecuniária para o caso de descumprimento da sentença (artigos 644 e 645).

CAPÍTULO V DO JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO

> Seção I Da Extinção do Processo

Art. 329. Ocorrendo qualquer das hipóteses previstas nos artigos 267 e 269. Il a V. o juiz declarara extinto o processo.

Seção II

Do Julgamento Antecipado da Lide

Art. 330. O juiz conhecerá diretamente do pedido, proferindo sentença:

 I - quando a questão de mérito for unicamente de direito, ou, sendo de direito e de fato, não houver necessidade de produzir prova em audiência;

II - quando ocorrer a revelia (art. 319).

* Artigo com redação determinada pela Lei nº 5.925, de 1º de outubro de 1973.

Seção III Do Saneamento do Processo

- Art. 331. Se não se verificar qualquer das hipóteses previstas nas seções precedentes e a causa versar sobre direitos disponíveis, o juiz designará audiência de conciliação, a realizar-se no prazo máximo de trinta dias, a qual deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir.
 - * Artigo, "capia", com redação dada pela Lei nº 8.952, de 13-12-1994
- § 1º Obtida a conciliação, será reduzida a termo e homologada por sentença.
 - * § 1" acrescido pela Lei n" 8.952, de 13-12-1994.
- § 2º Se, por qualquer motivo, não for obtida a conciliação, o juiz fixará os pontos controvertidos, decidirá as questões processuais pendentes e determinará as provas a serem produzidas, designando audiência de instrução e julgamento, se necessário.
 - * § 2º ucrescido pela Lei nº 8,952, de 13-12-1994.

CAPÍTULO VI DAS PROVAS

Seção I Das Disposições Gerais

Art. 332. Todos os meios legais, bem como os moralmente legitimos, ainda que não especificados neste Código, são hábeis para provar a verdade dos fatos, em que se funda a ação ou a defesa.



CAPÍTULO VIII DA SENTENÇA E DA COISA JULGADA

Seção I Dos Requisitos e dos Efeitos da Sentença

- Art. 461. Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou, se procedente o pedido, determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento.
 - * Artigo, "capui", com redação dada pela Lei nº 8.952, de 13-12-1994.
- § 1º A obrigação somente se converterá em perdas e danos se o autor o requerer ou se impossível a tutela específica ou a obtenção do resultado prático correspondente.
 - * § 1" acrescido pela Lei nº 8.952, de 13-12-1994.
- § 2º A indenização por perdas e danos dar-se-á sem prejuizo da
 multa (art. 287).
 - * § 2" acrescido pela Lei nº 8.952, de 13-12-1994,
- § 3º Sendo relevante o fundamento da demanda e havendo justificado receio de ineficacia do provimento final, é lícito ao juiz conceder a tutela liminarmente ou mediante justificação prévia, citado o réu. A medida liminar poderá ser revogada ou modificada, a qualquer tempo, em decisão fundamentada.
 - * § 3" acrescido pela Lei nº 8.952, de 13-12-1994.
- § 4º O juiz poderá, na hipótese do paragrafo anterior ou na sentença, impor multa diária ao réu, independentemente de pedido do autor, se for suficiente ou compatível com a obrigação, fixando-lhe prazo razoável para o cumprimento do preceito.
 - * § 4º acrescido pela Lei nº 8,952, de 13-12-1994.
- § 5º Para a efetivação da tutela específica ou para a obtenção do resultado prático equivalente, poderá o juiz, de oficio ou a requerimento, determinar as medidas necessárias, tais como a busca e apreensão, remoção de pessoas e coisas, desfazimento de obras, impedimento de atividade nociva, além de requisição de força policial.
 - * \$ 5" acrescido pela Lei n' 8.952, de 13-12-1994.
- Art. 462. Se, depois da propositura da ação, algum fato constitutivo, modificativo ou extintivo do direito influir no julgamento da lide, cabera ao

juiz tomá-lo em consideração, de oficio ou a requerimento da parte, no momento de proferir a sentença.

* Artigo com redação determinada pela Lei nº 5.925, de 1º de outubro de 1973.

Seção II

Da Coisa Julgada

Art. 473. É defeso à parte discutir, no curso do processo, as questões já decididas, a cujo respeito se operou a preclusão.

TÍTULO X DOS RECURSOS

CAPITULO III DO AGRAVO

* Capitulo com designação dada pela Lei nº 9.139, de 30-11-1995.

- Art. 523. Na modalidade de agravo retido o agravante requererá que o tribunal dele conheça, preliminarmente, por ocasião do julgamento da apelação.
 - * Artigo, "caput", com redação dada pela Lei nº 9.139, de 30-11-1995.
- § 1º Não se conhecerá do agravo se a parte não requerer expressamente, nas razões ou na resposta da apelação, sua apreciação pelo Tribunal.
 - * § 1" com redação dada pela 1.e. nº 9.139, de 30-11-1995.
- § 2º Interposto o agravo, o juiz poderá reformar sua decisão, após ouvida a parte contrária, em 5 (cinco) dias.
 - * § 2º com redação dada pela Lei nº 9.139, de 30 11 1995.
- § 3º Das decisões interlocutorias proferidas em audiência admitirse-á interposição oral do agravo retido, a constar do respectivo termo, expostas sucintamente as razões que justifiquem o pedido de nova decisão.
 - * § 3" com redação dada pela Lei nº 9.139, de 30 11 1995.
- § 4º Será sempre retido o agravo das decisões posteriores á sentença, salvo caso de inadmissão da apelação.
 - * § 4" com redação dada pela Lei nº 9.139, de 30 11 1995.



LIVRO II DO PROCESSO DE EXECUÇÃO

TÍTULO 1 DA EXECUÇÃO EM GERAL

CAPITULO III DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA REALIZAR QUALQUER EXECUÇÃO

Seção II Do Título Executivo

- Art. 588. A execução provisória da sentença far-se-á do mesmo modo que a definitiva, observados os seguintes principios:
- I corre por conta e responsabilidade do credor, que prestará caução, obrigando-se a reparar os danos causados ao devedor;
- II não abrange os atos que importem alienação do dominio, nem permite, sem caução idônea, o levantamento de depósito em dinheiro;
- III fica sem efeito, sobrevindo sentença que modifique ou anule a que foi objeto da execução, restituindo-se as coisas no estado anterior.

Parágrafo único. No caso do número III, deste artigo, se a sentença provisoriamente executada for modificada ou anulada apenas em parte, somente nessa parte ficará sem efeito a execução.

Art. 589. A execução definitiva far-se-á nos autos principais: a execução provisória, nos autos suplementares, onde os houver, ou por carta de sentença, extraida do processo pelo escrivão e assinada pelo juiz.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



Art. 601. Nos casos previstos no artigo anterior, o devedor incidirá em multa fixada pelo juiz, em montante não superior a vinte por cento do valor atualizado do débito em execução, sem prejuizo de outras sanções de natureza processual ou material, multa essa que reverterá em proveito do credor, exigivel na própria execução.

* Artigo, "cuput, com redação dada pela Lei nº 8.953, de 13-12-1994

Parágrafo único. O juiz relevará a pena, se o devedor se comprometer a não mais praticar qualquer dos atos definidos no artigo antecedente e der fiador idôneo, que responda ao credor pela divida principal, juros, despesas e honorários advocatícios.

* Parágrafo único com redação determinada pela Lei nº 5.925, de 1º de outubro de 1973.

CAPITULO VI DA LIQUIDAÇÃO DA SENTENÇA

Art. 604. Quando a determinação do valor da condenação depender apenas de cálculo aritmético, o credor procederá à sua execução na forma do art. 652 e seguintes, instruindo o pedido com a memória discriminada e atualizada do cálculo.

* Artigo com redação dada pela Lei nº 8,898, de 29 06 1994.

Art. 605. Para os fins do art. 570, poderá o devedor proceder ao cálculo na forma do artigo anterior, depositando, de imediato, o valor apurado.

* Artigo, "capia", com redação dada pela Lei nº 8,898, de 29 06 1994. Parágrafo único. Do mandado executivo constará, além do cálculo, a sentença.

TITULO II DAS DIVERSAS ESPÉCIES DE EXECUÇÃO

CAPITULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 614. Cumpre ao credor, ao requerer a execução, pedir a citação do devedor e instruir a petição inicial:

I - com o título executivo, salvo se ela se fundar em sentença (art.584):

 II - com o demonstrativo do débito atualizado até a data da propositura da ação, quando se tratar de execução por quantia certa;

* Inciso II com redação dada pela Lei nº 8.953, de 13/12/1994 (DOU de

14/12/1994, em vigor 60 dias apos a publicação)

III - com a prova de que se verificou a condição, ou ocorreu o termo (art. 572).

* Inciso III aerescido pela Lei nº 8,953, de 13-12-1994.

CAPÍTULO II DA EXECUÇÃO PARA A ENTREGA DE COISA

Seção I Da Entrega de Coisa Certa

Art. 621. O devedor de obrigação de entrega de coisa certa, constante de título executivo, será citado para, dentro de 10 (dez) dias, satisfazer a obrigação, ou, seguro o juizo (art. 737, II), apresentar embargos.

* Artigo com redação dada pela Lei nº 8,953, de 13-12-1994.

Art. 622. O devedor poderá depositar a coisa, em vez de entregá-la, quando quiser opor embargos.

* Artigo com redação determinada pela Lei nº 5.925, de 1º de outubro de 1973.

Art. 624. Se o devedor entregar a coisa, lavrar-se-a o respectivo termo e dar-se-a por finda a execução, salvo se esta, de acordo com a sentença, tiver de prosseguir para o pagamento de frutos e ressarcimento de perdas e danos.

* Artigo com redação determinada pela Lei nº 5.925, de 1º de outubro de 1973.

Art. 627. O credor tem direito a receber, além de perdas e danos, o valor da coisa, quando esta não lhe for entregue, se deteriorou, não for encontrada ou não for reclamada do poder de terceiro adquirente.

§ 1º Não constando da sentença o valor da coisa, ou sendo impossível a sua avaliação, o credor far-lhe-a a estimativa, sujeitando-se ao arbitramento judicial.

§ 2º O valor da coisa e as perdas e danos serão apurados em liquidação de sentença.

CAPÍTULO III DA EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E DE NÃO FAZER

Seção III Das Disposições Comuns às Seções Precedentes

Art. 644. Na execução em que o credor pedir o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, determinada em título judicial, o juiz, se omissa a sentença, fixará multa por dia de atraso e a data a partir da qual ela será devida.

* Artigo, "capui", com redação dada pela Lei nº 8.953, de 13-12-1994.

Parágrafo único. O valor da multa poderá ser modificado pelo juiz da execução, verificado que se tornou insuficiente ou excessivo.

* Parágrafo único acrescido pela Lei nº 8.953, de 13-12-1994.

CAPÍTULO IV DA EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE

Seção I Da Penhora, da Avaliação e da Arrematação

Subseção III Da Penhora e do Depósito

Art. 659. Se o devedor não pagar, nem fizer nomeação válida, o oficial de justiça penhorar-lhe-á tantos bens quantos bastem para o pagamento do principal, juros, custas e honorários advocatícios.

§ 1º Efetuar-se-á a penhora onde quer que se encontrem os bens, ainda que em repartição pública: caso em que precederá requisição do juiz ao respectivo chefe.

- § 2º Não se levara a efeito a penhora, quando evidente que o produto da execução dos bens encontrados será totalmente absorvido pelo pagamento das custas da execução.
- § 3º No caso do parágrafo anterior e bem assim quando não encontrar quaisquer bens penhoráveis, o oficial descreverá na certidão os que guarnecem a residência ou o estabelecimento do devedor.
- § 4º A penhora de bens imoveis realizar-se-á mediante auto ou termo de penhora, e inscrição no respectivo registro.

* § 4" acrescido pela Lei nº 8.953, de 13-12-1994.

Art. 660. Se o devedor fechar as portas da penhora dos bens, o oficial de justiça comunicará o fa lhe ordem de arrombamento.	casa, a fim de obstar a ato ao juiz, solicitando-
	en swaterna.

TITULO III DOS EMBARGOS DO DEVEDOR

CAPITULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 737. Não são admissíveis embargos do devedor antes de seguro o juízo:

I - pela penhora, na execução por quantia certa;

II - pelo depósito, na execução para entrega de coisa.

CAPÍTULO II DOS EMBARGOS A EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

Art. 741. Na execução fundada em título judicial, os embargos so poderão versar sobre:

* Artigo, "caput", com redação dada pela Lei nº 8,953, de 13-12-1994.

V - excesso da execução, ou nulidade desta até a penhora;

- Art. 744. Na execução de sentença, proferida em ação fundada em direito real, ou em direito pessoal sobre a coisa, e lícito ao devedor deduzir também embargos de retenção por benfeitorias.
- § 1º Nos embargos especificara o devedor, sob pena de não serem recebidos:
 - I as benfeitorias necessárias, úteis ou voluptuárias;
 - II o estado anterior e atual da coisa:
 - III o custo das benfeitorias e o seu valor atual:
 - IV a valorização da coisa. decorrente das benfeitorias.
- § 2º Na impugnação aos embargos poderá o credor oferecer artigos de liquidação de frutos ou de danos, a fim de se compensarem com as benfeitorias.
- § 3º O credor poderá, a qualquer tempo, ser imitido na posse da coisa, prestando caução ou depositando:
 - I o preço das benfeitorias:
- II a diferença entre o preço das benfeitorias e o valor dos frutos ou dos danos, que já tiverem sido líquidados.

CAPITULO III DOS EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM TÍTULO EXTRAJUDICIAL

Art. 745. Quando a execução se fundar em título extrajudicial, o devedor poderá alegar, em embargos, além das matérias previstas no art. 741, qualquer outra que lhe seria lícito deduzir como defesa no processo de conhecimento.

TITULO IV DA EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR INSOLVENTE

CAPÍTULO III DA INSOLVÊNCIA REQUERIDA PELO DEVEDOR OU PELO SEU ESPÔLIO

Art. 759. É lícito ao devedor ou ao seu espólio, a todo tempo, requerer a declaração de insolvência.



LIVRO III DO PROCESSO CAUTELAR

TÍTULO ÚNICO DAS MEDIDAS CAUTELARES

CAPITULO II DOS PROCEDIMENTOS CAUTELARES ESPECÍFICOS

Seção I Do Arresto

Art. 814. Para a concessão do arresto é essencial:

l - prova literal da divida líquida e certa:

 II - prova documental ou justificação de algum dos casos mencionados no artigo antecedente.

* Artigo com redação determinada pela Lei nº 5.925, de 1º de outubro de 1973.

Paragrafo único. Equipara-se a prova literal da divida líquida e certa, para efeito de concessão de arresto, a sentença líquida ou ilíquida, pendente de recurso ou o laudo arbitral pendente de homologação, condenando o devedor no pagamento de dinheiro ou de prestação que em dinheiro possa converter-se.

outubro	* Paragrafo de 1973.	unico con	redação	determinado	i pela L	et nº 5.925	, de 1º de
		· Sweet seems			een ee sa	ossassanan av	and the same of th

LEI Nº 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995



DISPÕE SOBRE OS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CAPÍTULO II DOS JUIZADOS ESPECIAIS CIVEIS

Seção I Da Competência

- Art. 3º O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas:
- I as causas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário minimo:
- II as enumeradas no art. 275, inciso II, do Código de Processo Civil:
 - III a ação de despejo para uso próprio:
- IV as ações possessórias sobre bens imóveis de valor não excedente ao fixado no inciso I deste artigo.
 - § 1º Compete ao Juizado Especial promover a execução:
 - I dos seus julgados:
- II dos titulos executivos extrajudiciais, no valor de até quarenta vezes o salário minimo, observado o disposto no § 1º do art. 8 desta Lei.
- § 2º Ficam excluidas da competência do Juizado Especial as causas de natureza alimentar, falimentar, fiscal e de interesse da Fazenda Pública, e também as relativas a acidentes de trabalho, a resíduos e ao estado e capacidade das pessoas, ainda que de cunho patrimonial.
- § 3º A opção pelo procedimento previsto nesta Lei importará em renúncia ao credito excedente ao limite estabelecido neste artigo, excetuada a hipótese de conciliação.



LEI Nº 8.952, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1994

ALTERA DISPOSITIVOS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL SOBRE O PROCESSO DE CONHECIMENTO E O PROCESSO CAUTELAR

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS no exercicio do cargo de PRESIDENTE DA REPUBLICA

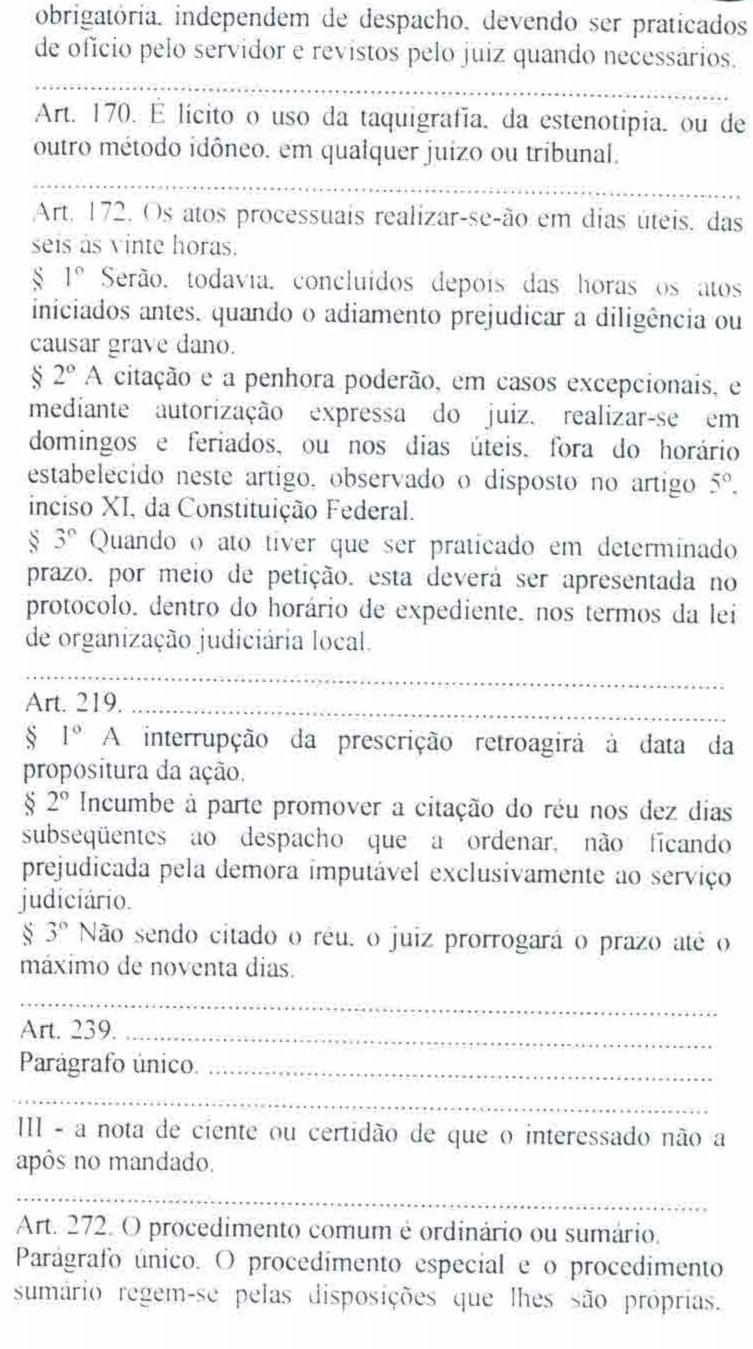
seguinte lei:

- Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a Art. 1º Os dispositivos a seguir enumerados, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, passam a vigorar com a seguinte redação: "Art. 10. O cônjuge somente necessitará do consentimento do outro para propor ações que versem sobre direitos reais imobiliários. § 1º Ambos os cônjuges serão necessariamente citados para as ações: I - que versem sobre direitos reais imobiliários; § 2º Nas ações possessórias, a participação do cônjuge do autor ou do réu somente é indispensavel nos casos de composse ou de ato por ambos praticados. Art. 18. O juiz. de oficio ou a requerimento, condenará o litigante de ma-fé a indenizar à parte contraria os prejuizos que esta sofreu, mais os honorários advocatícios e as despesas que efetuou.
 - § 2º O valor da indenização será desde logo fixado pelo juiz, em quantía não superior a vinte por cento sobre o valor da causa, ou liquidado por arbitramento. Art. 20

§ 4º Nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável. naquelas em que não houver condenação ou for vencida a

Fazenda Pública, e nas execuções, embargadas ou não, o honorários serão fixados consoante apreciação equitativa d juiz, atendidas as normas das alíneas a, b e c do parágraf anterior.
Art. 33. Parágrafo único. O juiz poderá determinar que a part responsável pelo pagamento dos honorários do perito deposit em juizo o valor correspondente a essa remuneração. (numerário, recolhido em depósito bancário à ordem do juizo com correção monetária, será entregue ao perito após apresentação do laudo, facultada a sua liberação parcial quando necessária.
Art. 38. A procuração geral para o foro, conferida por instrumento público, ou particular assinado pela parte, habilita o advogado a praticar todos os atos do processo, salvo para receber citação inicial, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, receber, dar quitação e firmar compromisso.
Art. 45. O advogado poderá, a qualquer tempo, renunciar ao mandato, provando que cientificou o mandante a fim de que este nomeie substituto. Durante os dez días seguintes, o advogado continuará a representar o mandante, desde que necessário para lhe evitar prejuízo.
Art. 46
Art. 125.
V - tentar, a qualquer tempo, conciliar as partes.
Art. 62.
4º Os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista

5



aplicando-se-lhes, subsidiariamente, as disposições gerais do procedimento ordinário.

Art. 273. O juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, desde que, existindo prova inequivoca, se convença da verossimilhança da alegação e:

- I haja fundado receio de dano irreparável ou de dificil reparação; ou
- II fique caracterizado o abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu.
- § 1º Na decisão que antecipar a tutela, o juiz indicará, de modo claro e preciso, as razões do seu convencimento.
- § 2º Não se concederá a antecipação da tutela quando houver perigo de irreversibilidade do provimento antecipado.
- § 3º A execução da tutela antecipada observará, no que couber, o disposto nos incisos II e III do artigo 588.
- § 4º A tutela antecipada poderá ser revogada ou modificada a qualquer tempo, em decisão fundamentada.
- § 5º Concedida ou não a antecipação da tutela, prosseguirá o processo até final julgamento.

Art. 296. Indeferida a petição inicial, o autor poderá apelar, facultado ao juiz, no prazo de quarenta e oito horas, reformar sua decisão.

Parágrafo único. Não sendo reformada a decisão, os autos serão imediatamente encaminhados ao tribunal competente.

- Art. 331. Se não se verificar qualquer das hipóteses previstas nas seções precedentes e a causa versar sobre direitos disponíveis. o juiz designará audiência de conciliação, a realizar-se no prazo máximo de trinta dias, à qual deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir.
- § 1º Obtida a conciliação, será reduzida a termo e homologada por sentença.
- § 2º Se, por qualquer motivo, não for obtida a conciliação, o juiz fixará os pontos controvertidos, decidirá as questões processuais pendentes e determinará as provas a serem produzidas, designando audiência de instrução e julgamento, se necessário.

Art. 417. O depoimento, datilografado ou registrado por taquigrafía, estenotipia ou outro método idôneo de documentação, será assinado pelo juiz, pelo depoente e pelos procuradores, facultando-se às partes a sua gravação.

Parágrafo único. O depoimento será passado para a versão datilográfica quando houver recurso da sentença, ou noutros casos, quando o juiz o determinar, de oficio ou a requerimento da parte.

Art. 434. Quando o exame tiver por objeto a autenticidade ou a falsidade de documento, ou for de natureza médico-legal, o perito será escolhido, de preferência, entre os técnicos dos estabelecimentos oficiais especializados. O juiz autorizará a remessa dos autos, bem como do material sujeito a exame, ao diretor do estabelecimento.

A STATE OF THE PARTY OF THE PAR	*******************************
Art. 460.	

Paragrafo único. A sentença deve ser certa, ainda quando decida relação juridica condicional.

Art. 461. Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou, se procedente o pedido. determinarà providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento.

§ 1º A obrigação somente se converterá em perdas e danos se o autor o requerer ou se impossivel a tutela específica ou a obtenção do resultado prático correspondente.

§ 2º A indenização por perdas e danos dar-se-a sem prejuizo da multa (artigo 287).

§ 3º Sendo relevante o fundamento da demanda e havendo justificado receio de ineficácia do provimento final, é lícito ao juiz conceder a tutela liminarmente ou mediante justificação prévia, citado o réu. A medida liminar poderá ser revogada ou modificada, a qualquer tempo, em decisão fundamentada.

§ 4º O juiz poderá, na hipótese do parágrafo anterior ou na sentença, impor multa diária ao réu, independentemente de pedido do autor, se for suficiente ou compativel com a obrigação, fixando-lhe prazo razoável para o cumprimento do preceito.

§ 5º Para a efetivação da tutela especifica ou para a obtenção do resultado prático equivalente, poderá o juiz, de oficio ou a requerimento, determinar as medidas necessárias, tais como a busca e apreensão, remoção de pessoas e coisas, desfazimento de obras, impedimento de atividade nociva, além de requisição de força policial.

A -+ 200	Encionina Encionina		7.0 + 1	*******				*****
Art. 800		entranen munkka	* * *					
	THEO.	merposto	9	iccuiso.	1	medida	cautelar	sera
requerida di	retam	ente ao trib	uı	nal.				

Art. 805. A medida cautelar podera ser substituída, de oficio ou a requerimento de qualquer das partes, pela prestação de caução ou outra garantia menos gravosa para o requerido, sempre que adequada e suficiente para evitar a lesão ou reparála integralmente."

Art. 2º. Ficam revogados o inciso I do artigo 217 e o § 2º do artigo 242, renumerando-se os incisos II a V daquele artigo e o § 3º deste, do Código de Processo Civil.

Art. 3°. Esta lei entra em vigor sessenta dias após a data de sua publicação.

Brasilia. 13 de dezembro de 1994: 173º da Independência e 106º da República.

INOCÈNCIO OLIVEIRA



LEI Nº 8.898, DE 29 DE JUNHO DE 1994

ALTERA DISPOSITIVOS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. RELATIVOS À LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º Os artigo 603, 604, 605 e 609 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, passam a vigorar com a seguinte redação:

Parágrafo único. A citação do reu, na liquidação por arbitramento e na liquidação por artigos, far-se-á na pessoa de seu advogado, constituído nos autos.

Art. 604. Quando a determinação do valor da condenação depender apenas de cálculo aritmético, o credor procederá à sua execução na forma do artigo 652 e seguintes, instruindo o pedido com a memória discriminada e atualizada do cálculo.

Art. 605. Para os fins do artigo 570, poderá o devedor proceder ao cálculo na forma do artigo anterior, depositando, de imediato, o valor apurado.

Art. 609. Observar-se-á, na liquidação por artigos, o procedimento comum regulado no Livro I deste código."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor dois meses após a data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasilia. 29 de junho de 1994: 173° da Independência e 106° da República.

ITAMAR FRANCO

§ 5º Para a efetivação da tutela especifica ou para a obtenção do resultado prático equivalente, poderá o juiz, de oficio ou a requerimento, determinar as medidas necessárias, tais como a busca e apreensão, remoção de pessoas e coisas, desfazimento de obras, impedimento de atividade nociva, além de requisição de força policial.

Art. 800.	**********************	•••			25550
Paragrafo único. requerida diretam	interposto o recurso.	а	medida	cautelar	será

Art. 805. A medida cautelar poderá ser substituída, de oficio ou a requerimento de qualquer das partes, pela prestação de caução ou outra garantia menos gravosa para o requerido, sempre que adequada e suficiente para evitar a lesão ou reparála integralmente."

Art. 2º. Ficam revogados o inciso I do artigo 217 e o § 2º do artigo 242, renumerando-se os incisos II a V daquele artigo e o § 3º deste, do Código de Processo Civil.

Art. 3°. Esta lei entra em vigor sessenta dias após a data de sua publicação.

Brasília, 13 de dezembro de 1994; 173º da Independência e 106º da República.

INOCÊNCIO OLIVEIRA

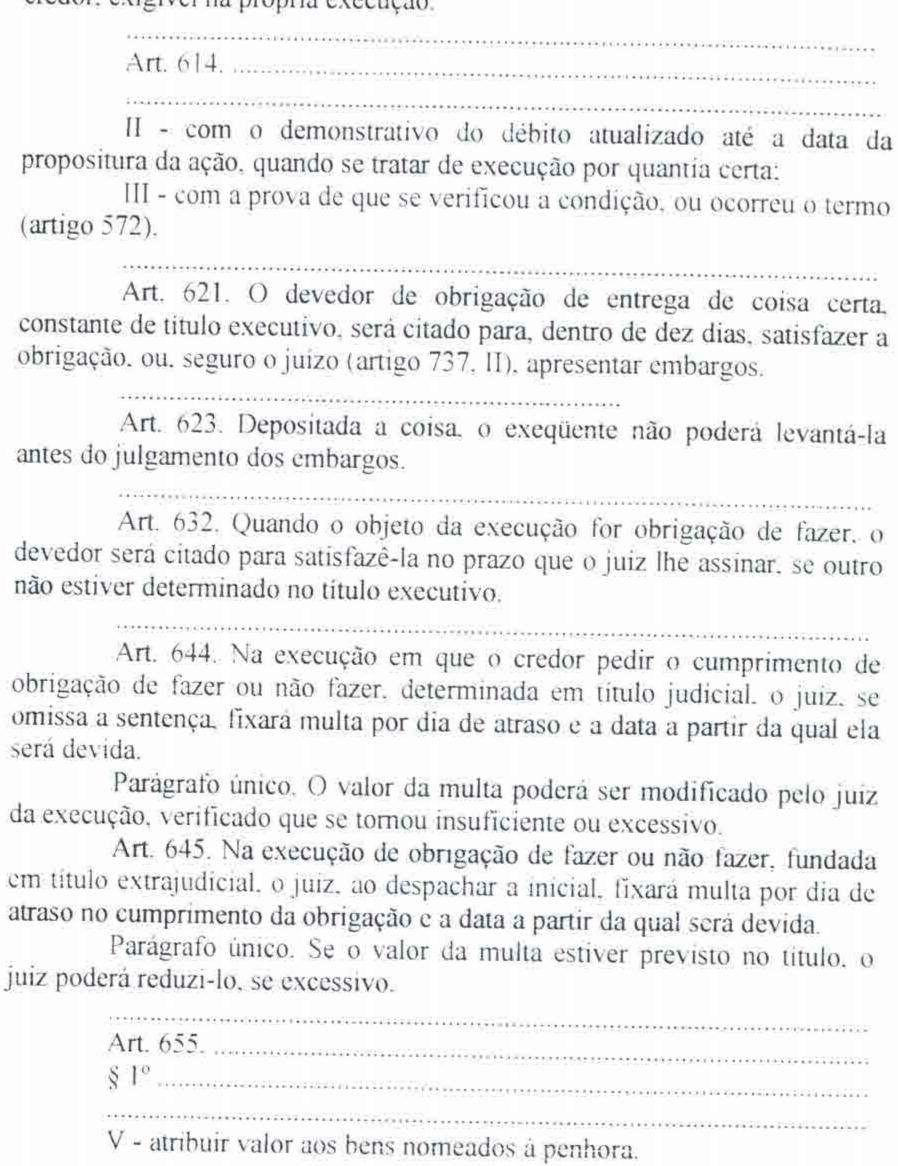


LEI Nº 8.953, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1994

ALTERA DISPOSITIVOS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL RELATIVOS AO PROCESSO DE EXECUÇÃO.

do cargo de PRESIDENTE DA CAMARA DOS DEPUTADOS, no exercicio do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:
Art. 1º Os dispositivos a seguir enumerados, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, passam a vigorar com a seguinte redação: "Art. 569. Parágrafo único. Na desistência da execução, observar-se-a o seguinte: a) serão extintos os embargos que versarem apenas sobre questões processuais, pagando o credor as custas e os honorários advocatícios; b) nos demais casos, a extinção dependerá da concordância do embargante.
Art. 584.
III - a sentença homologatória de laudo arbitral, de conciliação ou de transação, ainda que esta não verse questão posta em juízo;
Art. 585.
I - a letra de câmbio, a nota promissória, a duplicata, a debênture e o cheque: II - a escritura pública ou outro documento público assinado pelo devedor: o documento particular assinado pelo devedor e por duas testemunhas: o instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública ou pelos advogados dos transatores:
§ 1º A propositura de qualquer ação relativa ao débito constante do titulo executivo não inibe o credor de promover-lhe a execução.

Art. 601. Nos casos previstos no artigo anterior, o devedor incidi	rá
em multa fixada pelo juiz, em montante não superior a vinte por cento o valor atualizado do débito em execução, sem prejuizo de outras sanções o	lo le
natureza processual ou material, multa essa que reverterá em proveito de credor, exigível na própria execução.	o





A	rt. 659.
§	4º A penhora de bens imóveis realizar-se-á mediante auto ou enhora, e inscrição no respectivo registro.
execução n Pa	rt. 669. Feita a penhora, intimar-se-a o devedor para embargar a o prazo de dez días. arágrafo único. Recaindo a penhora em bens imóveis, sera
intimado ta	mbem o cônjuge do devedor.
hipoteses o penhorados existência d	rt. 680. Prosseguindo a execução, e não configurada qualquer das do artigo 684, o juiz nomeará perito para estimar os bens , se não houver, na comarca, avaliador oficial, ressalvada a le avaliação anterior (artigo 655, § 1°, V).
Aı	т. 683.
III 655, § 1°. V	- houver fundada dúvida sobre o valor atribuido ao bem (artigo).
Ar	t. 686.
V	- menção da existência de ônus, recurso ou causa pendente sobre
os dens a se	rem arrematados:

VI - a comunicação de que, se o bem não alcançar lanço superior à importância da avaliação, seguir-se-á, em dia e hora que forem desde logo designados entre os dez e os vinte dias seguintes, a sua alienação pelo maior

lanço (artigo 692).

Art. 687. O edital será afixado no local do costume e publicado, em resumo, com antecedência mínima de cinco dias, pelo menos uma vez em jornal de ampla circulação local.

§ 1º A publicação do edital será feita no órgão oficial, quando o credor for beneficiário da justiça gratuita.

§ 2º Atendendo ao valor dos bens e às condições da comarca, o juiz poderá alterar a forma e a freqüência da publicidade na imprensa, mandar divulgar avisos em emissora local e adotar outras providências tendentes à mais ampla publicidade da alienação.



	Art. 659.
termo (§ 4º A penhora de bens imóveis realizar-se-á mediante auto ou de penhora, e inscrição no respectivo registro.
	Art. 669. Feita a penhora, intimar-se-á o devedor para embargar a ão no prazo de dez dias. Parágrafo único. Recaindo a penhora em bens imóveis, será lo também o cônjuge do devedor.
pennora	Art. 680. Prosseguindo a execução, e não configurada qualquer das es do artigo 684, o juiz nomeará perito para estimar os bens ados, se não houver, na comarca, avaliador oficial, ressalvada a cia de avaliação anterior (artigo 655, § 1°, V).
	Art. 683.
655, § 1	III - houver fundada dúvida sobre o valor atribuido ao bem (artigo °, V).
	Art. 686,
os bens	V - menção da existência de ônus, recurso ou causa pendente sobre a serem arrematados:

VI - a comunicação de que, se o bem não alcançar lanço superior à importância da avaliação, seguir-se-a, em dia e hora que forem desde logo designados entre os dez e os vinte dias seguintes, a sua alienação pelo maior lanço (artigo 692).

Art. 687. O edital será afixado no local do costume e publicado, em resumo, com antecedência mínima de cinco dias, pelo menos uma vez em jornal de ampla circulação local.

§ 1º A publicação do edital será feita no órgão oficial, quando o credor for beneficiario da justiça gratuita.

§ 2º Atendendo ao valor dos bens e às condições da comarca, o juiz poderá alterar a forma e a frequência da publicidade na imprensa, mandar divulgar avisos em emissora local e adotar outras providências tendentes à mais ampla publicidade da alienação.

3º Os editais de praça serão divulgados pela imprensa preferencialmente na seção ou local reservado à publicidade de negócios imobiliarios. § 4º O juiz poderá determinar a reunião de publicações em listas referentes a mais de uma execução. § 5° O devedor será intimado pessoalmente, por mandado, ou carta aviso de recepção, ou por outro meio idôneo, do dia, hora e local da alienação judicial. Art. 692. Não será aceito lanço que, em segunda praça ou leilão, ofereça preço vil. Paragrafo único. Será suspensa a arrematação logo que o produto da alienação dos bens bastar para o pagamento do credor. Art. 738. O devedor oferecerá os embargos no prazo de dez dias. contados: 1 - da juntada aos autos da prova da intimação da penhora; Art. 739..... § 1º Os embargos serão sempre recebidos com efeito suspensivo. § 2º Quando os embargos forem parciais, a execução prosseguirá quanto à parte não embargada. § 3º O oferecimento dos embargos por um dos devedores não suspenderá a execução contra os que não embargaram, quando o respectivo fundamento disser respeito exclusivamente ao embargante. Art. 741. Na execução fundada em título judicial, os embargos so poderão versar sobre: Art. 747. Na execução por carta, os embargos serão oferecidos no juizo deprecante ou no juizo deprecado, mas a competência para julgá-los é do juizo deprecante, salvo se versarem unicamente vicios ou defeitos da penhora, avaliação ou alienação dos bens. Art. 791..... I - no todo ou em parte, quando recebidos os embargos do devedor (artigo 739, § 2°):

Art. 792.

Parágrafo único. Findo o prazo sem cumprimento da obrigação, o processo retomará o seu curso."

Art. 2º. Esta lei entra em vigor sessenta dias após a data de sua publicação.

Brasilia, 13 de dezembro de 1994; 173º da Independência e 106º da República.

INOCÊNCIO OLIVEIRA



Mensagem nº 1.112

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Justiça, o texto do projeto de lei que "Altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil".

Brasilia. 18 de agosto de 2000.

Tanks



EM Nº 276

Brasília, 12 de julho de 2000.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei que "Altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil".

- 2. A proposta, fruto dos trabalhos da Comissão de alto nívei coordenada pelos Drs. Sálvio de Figueiredo Teixeira. Diretor da Escola Nacional de Magistratura, e Athos Gusnião Cameiro. Ministro aposentado do Superior Tribunal de Justiça, representante do Instituto Brasileiro de Direito Processual, presidido pela Prof. Ada Pellegrini Grinover, constituída em 1991 para estudar o problema da morosidade processual e propor soluções com vistas à simplificação do Código de Processo Civil, busca complementar a iniciada reforma desse ordenamento codificado.
- 3. Para melhor elucidar as razões pelas quais ofereço ao elevado descortino de Vossa Excelência a presente propositura, optoi por reproduzir o teor do Relatório circunstanciado da referida Comissão, que bem demonstra a pertinência e oportunidade das normas nela contidas, nos seguintes termos:
 - 'Art. 1º do Projeto Art. 273, § 1º, § 3º e § 6º. Neste artigo, alusivo à antecipação dos efeitos da tutela, são sugeridas as seguintes modificações:
 - a) quanto ao § 3º, a proposta compatibiliza a "efetivação" (não se cuida de "execução", no sentido processual) da tutela antecipada com as alterações sugeridas para o art. 588, relativo à execução provisória da sentença, e com as tecnicas de efetivação de tutela específica previstas no art. 461, §§ 4º e 5º e 461- A;
 - b) é acrescentado, como § 6º, dispositivo sugerido por Luiz Guilherme Marinoni, que explícita a possibilidade de o juiz, nos casos em que uma parte do pedido ou dos pedidos se torne incontroversa, conceder desde logo a esse respeito a tutela antecipada. Esta sugestão apresenta-se consentânea com as preocupações de eficiência do 'novo' processo civil.
 - c) a redação proposta para o § 7º atende ao princípio da economia processual, com a adoção da 'fungibilidade' do procedimento, evitando à parte a necessidade de requerer, em novo processo, medida cautelar adequada ao caso.
 - Art. 275. É fixada, em razão do valor, a alçada de quarenta salários mínimos para as causas sob <u>rito sumário</u>, mesmo porque esta já é a alçada nas demandas sob rito "sumaríssimo" perante os Juizados Especiais (Lei nº 9.099/95, art. 3º, I). Será, assim, sanada a atual incongruência, por todos apontada, da alçada do rito "sumaríssimo" ser o dobro da fixada para o rito comum sumário.



Art. 280. É simplificada a redação deste artigo. Isto porque o tema do agravo retido é remetido para a sede própria, art. 523, § 4º, e o prazo para o perito apresentar seu laudo passa a ser o mesmo do procedimento comum ordinário. Além disso, teremos duas inovações:

<u>Primeira</u> - serão defesos os embargos infringentes no procedimento sumário, a fim de acentuar a própria sumariedade do rito e a desejável celeridade processual.

Segunda - de forte conteúdo pragmático, abre-se a possibilidade de intervenção de terceiro (denunciação da lide ou chamamento ao processo) nos casos de pretensão regressiva fundada em contrato de seguro; com efeito, apresenta-se conveniente, máxime nos freqüentíssimos casos de lides decorrentes de acidentes de trânsito, que possam ser resolvidas desde logo a pretensão indenizatória e a pretensão de reembolso, inclusive possibilitando-se à seguradora avençar diretamente com o demandante a composição do litígio.

Art. 287. A alteração proposta ao art. 287 visa a compatibilizá-lo com o disposto no § 4º do art. 461 e no art. 461-A, ou seja, com as modernas técnicas do adimplemento forçado das obrigações de fazer e de não-fazer e das obrigações de entrega de coisa.

Assim, é excluída a menção à "condenação", que tecnicamente implica um posterior processo de execução, não adequado às sentenças mandamentais e executivas lato sensu; a expressão "prestar fato que não possa ser realizado por terceiro", é resumida simplesmente para "prestar fato", pois também as obrigações de fazer fungíveis devem ser abrangidas pela norma legal; a expressão "constará da petição inicial a cominação" é alterada para "poderá requerer", porquanto a pena pecuniária pode ser imposta de ofício, como expressamente prevê o art. 461, § 4º; por fim, é aditada ao artigo, in fine, a expressão "ou da decisão antecipatória da tutela", dado que a pena também pode ser cominada pelo não cumprimento de liminar, como, aliás, está no citado § 4º do art. 461.

Art. 331. O artigo 331 do CPC, na redação dada pela Lei nº 8.952/94. introduziu como regra em nosso direito processual a <u>audiência preliminar</u>, assim acolhendo sugestão do Código-Modelo de Processo Civil para América Latina (editado pelo Instituto Ibero-Americano de Direito Processual) e na esteira, vale lembrar, da audiência preliminar do direito alemão e do direito austríaco; da audiência prévia das summons directions do direito inglês; do pre-trial norte americano, etc.

Substituiu-se a expressão "direitos disponíveis" pela expressão, bem mais abrangente, "direitos que admitam transação". De outra parte, a expressão "audiência de conciliação" apresenta-se imprópria, porquanto se cuida de ato processual complexo destinado à tentativa de conciliação, ao saneamento das questões processuais pendentes, à ordenação das provas e à designação, se necessária, da audiência de instrução e julgamento: daí a nova denominação alvitrada - "audiência preliminar". Pelo mesmo motivo, o título da Seção passará a ser "Da audiência preliminar".



Além disso, o Projeto acrescenta ao art. 331 um § 3º, tornando explícito que se o direito em lide não admitir transação, poderá ser dispensada a própria audiência preliminar, lançando o juiz nos autos, desde logo, a decisão de saneamento e ordenação da prova (orientação preconizada por José Carlos Barbosa Moreira). Assim também se as circunstâncias da causa evidenciarem ser improvável a transação naquele momento processual.

Por fim, permite-se que a parte possa fazer-se representar por procurador ou preposto com poderes para transigir, permissão útil, v.g., para as pessoas jurídicas de maior porte.

- Art. 461. No texto do art. 461, concernente à tutela específica das obrigações de fazer e não-fazer, ao § 5º é acrescentada a 'imposição de multa diária' no rol das medidas previstas nesse dispositivo, tendentes a permitir o imediato cumprimento do julgado. É, outrossim, aditado um § 6º, prevendo a variação do valor da multa, quando se torne excessivo ou insuficiente.
- Art. 588. Será atribuída à execução provisória maior abrangência e eficácia, de molde a permitir que o exequente possa realmente, de regra sob caução, receber o bem da vida que o julgamento lhe reconheceu ou atribuiu.

O atual sistema brasileiro de execução provisória revela-se totalmente superado, porque despido de eficácia prática.

Também aqui a proposta ora apresentada ao exame do Poder Legislativo adota parâmetros já consagrados: na Alemanha, a alienação de bens, na execução provisória, é possível após prestação de caução (ZPO, par. 720). O mesmo se dá no direito português, que prevê a caução para o pagamento do exeqüente enquanto a sentença estiver pendente de recurso (art. 473). Outrossim, no direito italiano, a execução provisória atua ope legis (art. 282), podendo levar à expropriação independentemente de caução (apud Ada Pellegrmi Grinover).

Tendo em vista acautelar os direitos das pessoas menos abonadas, o Projeto ressalva a possibilidade de execução provisória independente de caução, nos casos de crédito de natureza alimentar, até o limite de 40 (quarenta) vezes o salário mínimo, quando o exeqüente se encontre em estado de necessidade.

Art. 604. Em decorrência da Lei nº 8.898, de 29/06/94, a determinação do valor da condenação, quando dependente apenas de cálculo aritmético, não mais exige um "cálculo do contador"; o credor ingressará diretamente com a petição de execução da sentença, "instruindo o pedido com a memória discriminada e atualizada do cálculo" – art. 604. Ou seja, o cálculo é efetuado e apresentado pelo próprio exeqüente, como está também no art. 614, II, podendo ser impugnado pela via dos embargos do devedor (art. 741, V). Vantagens: abolição do cálculo do contador, de sua homologação pelo juiz e dos novos, sucessivos e demorados recursos daí decorrentes.



O anteprojeto busca sanar alguns problemas que a nova sistemática ensejou. Assim, torna explícita a possibilidade de o credor solicitar ao juiz a requisição de dados existentes em poder do devedor, ou de terceiros, a fim de habilitá-lo, a ele credor, a proceder à memória discriminada do cálculo; fixará então o magistrado prazo adequado para o atendimento da diligência, sob a sanção do art. 601.

De outra parte, visa o projeto atender a casos especiais em que ocorra manifesto descompasso entre a sentença exeqüenda e a memória apresentada pelo credor; poderá o juiz, então, valer-se do contador do juizo, a fim de evitar que a penhora tenha por base valores exagerados. Assim também quando o credor for beneficiário da assistencia judiciária, presumivelmente necessitado de ajuda.

O exequente, apresentado o demonstrativo pelo contador do juízo, poderá aceitá-lo e, então, o adotará como "memória do cálculo"; se dele discordar, far-se-á a execução pelo valor pretendido pelo exequente, mas a segurança do juízo, através da penhora, terá por base o valor encontrado pelo contador. Busca-se, nestes termos, harmonizar os antagônicos interesses do credor e do devedor.

- Arts. 621 c 624. A redação dos artigos 621 e 624, relativos a entrega de coisa certa, é adaptada á nova sistemática resultante do art. 461-A, de molde a que sua incidência fique limitada aos casos de título executivo extrajudicial. No parágrafo único do art. 621 tem-se a previsão de multa pelo atraso no cumprimento da obrigação, ficando o respectivo valor sujeito a ser modificado caso a multa se torne excessiva ou insuficiente.
- Art. 627. Os respectivos §§ 2º e 3º são igualmente adaptados à nova sistemática de efetivação das sentenças relativas a obrigações de entrega de coisa, pelo que o art. 627 passa a incidir apenas nos casos de obrigação de dar decorrente de título executivo extrajudicial.
- Art. 644. O art. 644, concernente às obrigações de fazer e não-fazer, é igualmente adaptado à nova sistemática do Código, explicitando-se que, em se cuidando de obrigação decorrente de sentença, as regras do Capítulo III apenas são aplicáveis em caráter subsidiário, como aliás decorre do disposto no art. 461.
- Art. 659. O atual art. 659, § 4º, resultante da Lei nº 8.953, de 13/12/94, de alto alcance na prevenção das fraudes e no resguardo dos direitos de terceiros de boa-fé que venham a adquirir imóvel já penhorado, suscita no entanto relevante dúvida: se o registro da penhora é 'integrativo' do próprio ato complexo, o prazo para embargos somente terá inicio após tal registro; se, todavia, é requisito de eficácia, para oponibilidade da penhora perante terceiros, a intimação da penhora deverá fazer-se logo após lavrado o auto respectivo.

Na trilha da doutrina e da jurisprudência majoritárias, o projeto dilucida tal controvérsia, adotando a segunda orientação: a exigência do registro não impede a imediata intimação do executado, constituindo-se o registro em condição de eficácia plena da penhora perante os terceiros, cabendo ao exequente as devidas providências junto ao ofício imobiliário.



- Art. 814. A alteração do parágrafo único do art. 814 busca tão-somente sanar omissão da Lei de Arbitragem, que, não obstante haja abolido a exigência de homologação do laudo arbitral, deixou de modificar o aludido dispositivo no qual é feita menção a 'laudo arbitral pendente de homologação'.
- Art. 2º do Projeto Art. 461-A. A mesma sistemática do art. 461 e proposta, por sugestão de Teori Zavascki, para as obrigações de entrega de coisa, ficando eliminada a ação autônoma de execução de tais obrigações nos casos em que o título for judicial (permanece a ação de execução, evidentemente, nos casos de título extrajudicial que consubstancie obrigação de dar).
- Art. 3º do Projeto Visa melhor adequar o título da Seção III, do Capitulo V. do Título VIII, do Livro I, ao novo texto do art. 331 do CPC.
- Art. 4º do Projeto A alteração ao caput do art. 744 visa igualmente adaptar o dispositivo legal, que alude aos casos de retenção por benfeitorias nas execuções para entrega de coisa, à nova sistemática do Código, que distingue entre o cumprimento de sentença que imponha a prestação de dar art. 461-A. e a execução de obrigação para entrega de coisa com fundamento em título executivo extrajudicial.
- Art. 5º do Projeto Institui vacatio legis de três meses, a partir da data de publicação da lei."
- Estas, Senhor Presidente, as normas que integram a presente proposta e que, se aceitas, hão de constituir importante passo para a reformulação do Direito Processual Civil, assegurando uma prestação jurisdicional mais célere e eficaz.

Respeitosamente,

JOSÉ GREGORI Ministro de Estado da Justiça



PRIMEIRA SECRETARIA

REJEBI O nesta Secretaria

Em 34108 CC Us 10.40 horas

Open Secretaria

(4.3518)

Aviso nº 1.350 - C. Civil.

Em 18 de agosto de 2000.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República relativa a projeto de lei que "Altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil".

Atenciosamente,

SILVANO GIANNI

Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Interino

PRIMEIRA SECRETARIA

Em, 1/04/ W....

De ordem, ao senhor Secretário-Geral da Mesa para as de-

vidas providências.

Dioge Alves de Haren Junior

A Sua Excelência o Senhor Deputado UBIRATAN AGUIAR Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados BRASÍLIA-DF.



TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROJETO DE LEI Nº 3.476/00

Nos termos do art. 119, caput e inciso I do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, alterado pelo art. 1º, I, da Resolução nº 10/91, o Senhor Presidente determinou a abertura e divulgação na Ordem do Dia das Comissões, prazo para recebimento de emendas a partir de 18/10/00, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram apresentadas emendas.

Sala da Comissão, em 25 de outubro de 2000

SUELY SANTOS E SILVA MATINS Secretária Substituta



Oficio nº 152 /01

Brasília, 29 de agosto de 2001

Gabinete da Presidência

Em 4 / 109 /01

De ordem, ao Senhor Secretário-Geral.

Chale do Gabinete

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência a desapensação do Projeto de Lei nº 3.937/00 do Projeto de Lei nº 3.476/00, pois após a análise das proposições, da qual sou relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, concluí que os mesmos não tratam de matérias que possam ser apreciadas conjuntamente.

Atenciosamente,

Deputado INALDO LEITÃO

A Sua Excelência o Senhor Deputado **AÉCIO NEVES** Presidente da Câmara dos Deputados



Ref. Of. 152/01 – Dep. Inaldo Leitão

Defiro. Desapense-se o Projeto de Lei nº 3.937/00 do Projeto de Lei nº 3.476/00. Oficie-se ao Requerente e, após, publique-se.

Em: 13/09/01

AÉCIO NEVES Presidente



Ofício nº/ 23 2/01

Brasília, 18 de outubro de 2001

Gabinete da Presidência

Fn 19 / 10 / 01

De ordem, ao Senhor Secretário-Geral.

Janio Alencastro
Chefe do Gabinete

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência a reconstituição dos processos referentes aos Projetos de Lei nºs 3.476/00 e 3.937/00, que se encontram extraviados.

Agradeço a Vossa Excelência pela compreensão e renovo protestos de estima e consideração.

Deputado INALDO LEITÃO
Presidente

A Sua Excelência o Senhor Deputado **AÉCIO NEVES** DD. Presidente da Câmara dos Deputados



Ref. Of. nº 1.232/01 – CCJR (PLs nºs 3.476/00 e 3.937/00) Defiro. Publique-se.

Em 29/10/01.

AÉCIO NEVES Presidente



PROJETO DE LEI Nº 3.476, DE 2000

Altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil.

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado INALDO LEITÃO

I - RELATÓRIO

Vem, a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, a proposição em epígrafe, de autoria do Poder Executivo, tendo por escopo alterar diversos dispositivos do Código de Processo Civil, de forma a tornar mais célere e simples o deslinde dos processos.

A proposta foi formulada por uma Comissão de especialistas sob a coordenação dos Ministros Sálvio de Figueiredo Teixeira e Athos Gusmão Carneiro, este na qualidade de representante do Instituto Brasileiro de Direito Processual, sob a presidência da Professora Ada Pellegrini Grinover.

A matéria tramita conclusivamente, razão pela qual foi aberto o prazo para o oferecimento de emendas, nos termos do art. 119, I, do Regimento Interno, sem que nenhuma tivesse sido apresentada.

Nos termos do art. 32, III, "a" e "e" do mesmo estatuto, cumpre-nos cuidar da constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito.

É o relatório.



II - VOTO DO RELATOR

A matéria sob análise dá continuidade a bem articulada reforma da legislação processual civil que tornou forte impulso a partir do ano de 1994. Os seus méritos são inegáveis à vista de tantos benefícios para a segurança das relações processuais com a sedimentação de entendimentos jurisprudenciais e da prática forense ao longo de tantos anos desde a edição do próprio Código em 1973. De forma que também a proposição agora em análise traz inestimável contribuição ao desenvolvimento da ciência processual. Portanto, o mérito da proposta deve ter pronta aceitação.

Neste sentido, são por demais elucidativos os argumentos alinhavados na exposição de motivos, razão pela qual pedimos vênia para reproduzi-los:

- Art. 1º do Projeto Art. 273, § 1º, § 3º e § 6º. Neste artigo, alusivo à antecipação dos efeitos da tutela, são sugeridas as seguintes modificações:
- a) quanto ao § 3º, a proposta compatibiliza a "efetivação" (não se cuida de "execução", no sentido processual) da tutela antecipada com as alterações sugeridas para o art. 588, relativo à execução provisória da sentença, e com as técnicas de efetivação de tutela específica previstas no art. 461, §§ 4º e 5º e 461-A;
- b) é acrescentado, como § 6º, dispositivo sugerido por Luiz Guilherme Marinoni, que explicita a possibilidade de o juiz, nos casos em que uma parte do pedido ou dos pedidos se torne incontroversa, conceder desde logo a esse respeito a tutela antecipada. Esta sugestão apresenta-se consentânea com as preocupações de eficiência do 'novo' processo civil.
- c) a redação proposta para o § 7º atende ao princípio da economia processual, com a adoção da 'fungibilidade' do procedimento, evitando à parte a necessidade de requerer, em novo processo, medida cautelar adequada ao caso.
- Art. 275. É fixada, em razão do valor, a alçada de quarenta salários mínimos para as causas sob rito sumário, mesmo porque esta já é a alçada nas demandas sob rito "sumaríssimo" perante os Juizados Especiais (Lei nº

9.099/95, art. 3°, I). Será, assim, sanada a atual incongruência, por todos apontada, da alçada do rito "sumaríssimo" ser o dobro da fixada para o rito comum sumário.

Art. 280. É simplificada a redação deste artigo. Isto porque o tema do agravo retido é remetido para a sede própria, art. 523, § 4º, e o prazo para o perito apresentar seu laudo passa a ser o mesmo do procedimento comum ordinário. Além disso, teremos duas inovações:

Primeira – serão defesos os embargos infringentes no procedimento sumário, a fim de acentuar a própria sumariedade do rito e a desejável celeridade processual.

Segunda — de forte conteúdo pragmático, abre-se a possibilidade de intervenção de terceiro (denunciação de lide ou chamamento ao processo) nos casos de pretensão regressiva fundada em contrato de seguro; com efeito, apresenta-se conveniente, máxime nos freqüentíssimos casos de lides decorrentes de acidentes de trânsito, que possam ser resolvidas desde logo a pretensão indenizatória e a pretensão de reembolso, inclusive possibilitando-se à seguradora avençar diretamente com o demandante a composição do litígio.

Art. 287. A alteração proposta ao art. 287 visa a compatibilizá-lo com o disposto no § 4º do art. 461 e no art. 461-A, ou seja, com as modernas técnicas do adimplemento forçado das obrigações de fazer e de não-fazer e das obrigações de entrega de coisa.

Assim, é excluída a menção à "condenação", que tecnicamente implica um posterior processo de execução, não adequado às sentenças mandamentais e executivas lato sensu; a expressão "prestar fato que não possa ser realizado por terceiro", é resumida simplesmente para "prestar fato", pois também as obrigações de fazer fungíveis devem ser abrangidas pela norma legal; a expressão "constará da petição inicial a cominação" é alterada para "poderá requerer", porquanto a pena pecuniária pode ser imposta de ofício, como expressamente prevê o art. 461, § 4º, por fim, é aditada ao artigo, in fine, a expressão "ou da decisão antecipatória da tutela", dado que a pena também pode ser cominada pelo não cumprimento de liminar, como, aliás, está no citado § 4º do art. 461.

Art. 331. O artigo 331 do CPC, na redação dada pela

Lei nº 8.952/94, introduziu como regra em nosso direito processual a <u>audiência</u> <u>preliminar</u>, assim acolhendo sugestão do Código-Modelo de Processo Civil para América Latina (editado pelo Instituto Ibero-Americano de Direito Processual) e na esteira, vale lembrar, da audiência preliminar do direito alemão e do direito austríaco; da audiência prévia das **summons directions** do direito inglês; do **pre-trial** norte americano, etc.

Substituiu-se a expressão "direitos disponíveis" pela expressão, bem mais abrangente, "direitos que admitam transação". De outra parte, a expressão "audiência de conciliação" apresenta-se imprópria, porquanto se cuida de ato processual complexo destinado à tentativa de conciliação, ao saneamento das questões processuais pendentes, à ordenação das provas e à designação, se necessária, da audiência de instrução e julgamento: daí a nova denominação alvitrada – "audiência preliminar". Pelo mesmo motivo, o título da Seção passará a ser "Da audiência preliminar".

Além disso, o Projeto acrescenta ao art. 331 um § 3º, tornando explícito que se o direito em lide não admitir transação, poderá ser dispensada a própria audiência preliminar, lançando o juiz nos autos, desde logo, a decisão de saneamento e ordenação da prova (orientação preconizada por José Carlos Barbosa Moreira). Assim também se as circunstâncias da causa evidenciarem ser improvável a transação naquele momento processual.

Por fim, permite-se que a parte possa fazer-se representar por procurador ou preposto com poderes para transigir, permissão útil, v.g., para as pessoas jurídicas de maior porte.

Art. 461. No texto do art. 461, concernente à tutela específica das obrigações de fazer e não-fazer, ao § 5º é acrescentada a 'imposição de multa diária' no rol das medidas previstas nesse dispositivo, tendentes a permitir o imediato cumprimento do julgado. É, outrossim, aditado um § 6º, prevendo a variação do valor da multa, quando se torne excessivo ou insuficiente.

Art. 588. Será atribuída à execução provisória maior abrangência e eficácia, de molde a permitir que o exequente possa realmente, de regra sob caução, receber o bem da vida que o julgamento lhe reconheceu ou atribuiu.

O atual sistema brasileiro de execução provisória revela-se totalmente superado, porque despedido de eficácia prática.

Também aqui a proposta ora apresentada ao exame do Poder Legislativo adota parâmetros já consagrados: na Alemanha, a alienação de bens, na execução provisória, é possível após prestação de caução (ZPO, par. 720). O mesmo se dá no direito português, que prevê a caução para o pagamento do exeqüente enquanto a sentença estiver pendente de recurso (art. 473). Outrossim, no direito italiano, a execução provisória atua ope legis (art. 282), podendo levar à expropriação independentemente de caução (apud Ada Pellegrini Grinover).

Tendo em vista acautelar os direitos das pessoas menos abonadas, o Projeto ressalva a possibilidade de execução provisória independente de caução, nos casos de crédito de natureza alimentar, até o limite de 40 (quarenta) vezes o salário mínimo, quando o exeqüente se encontre em estado de necessidade.

Art. 604. Em decorrência da Lei nº 8.898, de 29/06/94, a determinação do valor da condenação, quando dependente apenas de cálculo aritmético, não mais exige um "cálculo do contador"; o credor ingressará diretamente com a petição de execução da sentença, "instruindo o pedido com a memória discriminada e atualizada do cálculo" – art. 604. Ou seja, o cálculo é efetuado e apresentado pelo próprio exeqüente, como está também no art. 614, II, podendo ser impugnado pela via dos embargos do devedor (art. 741, V). Vantagens: abolição do cálculo do contador, de sua homologação pelo juiz e dos novos, sucessivos e demorados recursos daí decorrentes.

O anteprojeto busca sanar alguns problemas que a nova sistemática ensejou. Assim, torna explícita a possibilidade de o credor solicitar ao juiz a requisição de dados existentes em poder do devedor, ou de terceiros, a fim de habilitá-lo, a ele credor, a proceder à memória discriminada do cálculo; fixará então o magistrado prazo adequado para o atendimento da diligência, sob a sanção do art. 601.

De outra parte, visa o projeto atender a casos especiais em que ocorra manifesto descompasso entre a sentença exeqüenda e a memória apresentada pelo credor; poderá o juiz, então, valer-se do contador do juízo, a fim de evitar que a penhora tenha por base valores exagerados. Assim também quando o credor for beneficiário da assistência judiciária, presumivelmente necessitado de ajuda.

O exeqüente, apresentado o demonstrativo pelo contador do juízo, poderá aceitá-lo e, então, o adotará como "memória do cálculo"; se dele discordar, far-se-á a execução pelo valor pretendido pelo exeqüente, mas a segurança do juízo, através da penhora, terá por base o valor encontrado pelo contador. Busca-se, nestes termos, harmonizar os antagônicos interesses do credor e do devedor.

- Arts. 621 e 624. A redação dos artigos 621 e 624, relativos a entrega de coisa certa, é adaptada à nova sistemática resultante do art. 461-A, de molde a que sua incidência fique limitada aos casos de título executivo extrajudicial. No parágrafo único do art. 621 tem-se a previsão de multa pelo atraso no cumprimento da obrigação, ficando o respectivo valor sujeito a ser modificado caso a multa se torne excessiva ou insuficiente.
- Art. 627. Os respectivos §§ 2º e 3º são igualmente adaptados à nova sistemática de efetivação das sentenças relativas a obrigações de entrega de coisa, pelo que o art. 627 passa a incidir apenas nos casos de obrigação de dar decorrente de título executivo extrajudicial.
- Art. 644. O art. 644, concernente às obrigações de fazer e não-fazer, é igualmente adaptado à nova sistemática do Código, explicitando-se que, em se cuidando de obrigação decorrente de sentença, as regras do Capítulo III apenas são aplicáveis em caráter subsidiário, como aliás decorre do disposto no art. 461
- Art. 659. O atual art. 659, § 4°, resultante da Lei n° 8.953, de 13/12/94, de alto alcance na prevenção das fraudes e no resguardo dos direitos de terceiros de boa-fé que venham a adquirir imóvel já penhorado, suscita no entanto relevante dúvida: se o registro da penhora é integrativo' do próprio ato complexo, o prazo para embargos somente terá início após tal registro; se, todavia, é requisito de eficácia, para oponibilidade da penhora perante terceiros, a intimação da penhora deverá fazer-se logo após lavrado o auto respectivo.

Na trilha da doutrina e da jurisprudência majoritárias, o projeto dilucida tal controvérsia, <u>adotando a segunda</u> <u>orientação</u>: a exigência do registro não impede a imediata intimação do executado, constituindo-se o registro em condição de eficácia plena da penhora perante os terceiros, cabendo ao exequente as devidas providência junto ao oficio imobiliário.

- Art. 814. A alteração do parágrafo único do art. 814 busca tão-somente sanar omissão da Lei de Arbitragem, que, não obstante haja abolido a exigência de homologação do laudo arbitral, deixou de modificar o aludido dispositivo no qual é feita menção a 'laudo arbitral pendente de homologação'.
- Art. 2º do Projeto Art. 461-A. A mesma sistemática do art. 461 é proposta, por sugestão de Teori Zavascki, para as obrigações de entrega de coisa, ficando eliminada a ação autônoma de execução de tais obrigações nos casos em que o título for <u>judicial</u> (permanece a ação de execução, evidentemente, nos casos de título extrajudicial que consubstancie obrigação de dar).
- Art. 3º do Projeto Visa melhor adequar o título da Seção III, do Capítulo V, do Título VIII, do Livro I, ao novo texto do art. 331 do CPC.
- Art. 4º do Projeto A alteração ao caput do art. 744 visa igualmente adaptar o dispositivo legal, que alude aos casos de retenção por benfeitorias nas execuções para entrega de coisa, à nova sistemática do Código, que distingue entre o cumprimento de sentença que imponha a prestação de dar art. 461-A, e a execução de obrigação para entrega de coisa com fundamento em título executivo extrajudicial.
- Art. 5º do Projeto Institui vacatio legis de três meses, a partir da data de publicação da lei.

Destarte, das considerações acima se depreende a lucidez jurídica e o acerto da proposta.

A sua constitucionalidade, portanto, é inegável, mesmo porque o conteúdo temático é daqueles privativos da União (art. 22, I), sendo o Congresso Nacional a sede adequada para apreciá-la (art. 48), e a iniciativa do Presidente da República ter respaldo no art. 61.



Sob a ótica da juridicidade a matéria deve, de igual modo, ser acolhida, porquanto guarda perfeita consonância com os princípios do nosso ordenamento jurídico.

Isto posto, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação.

Sala da Comissão, em lo de culturo de 2001.

Deputado INALDO LEITÃO

guntelo Partas

Relator



PROJETO DE LEI Nº 3476, DE 2000

Altera a Lei nº 5869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil.

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado Inaldo Leitão

COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO

Nos termos do art. 57, XI, do Regimento Interno, apresento a seguinte complementação de voto, relativamente ao parecer que elaborei, pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa, e, no mérito, pela aprovação do projeto de lei em epigrafe, tendo em vista que, na reunião desta comissão, realizada no último dia 31 de outubro, foram sugeridas pelo ilustre Deputado José Roberto Batochio, e por mim aceitas, ouvidas suas justificações, as seguintes alterações ao projeto:

- 1)
"Art. 275
 I – nas causas, cujo valor não exceda a sessenta vezes o valor do salário mínimo;
(NR)."
- 2) · · · ·



"Art. 280. No procedimento sumário não são admissíveis a ação declaratória incidental e a intervenção de terceiros, salvo a assistência, o recurso de terceiro prejudicado e a intervenção fundada em contrato de seguro (NR)."

×	3)					
"A	rt. 461.	**********	*******	******		
§ :	5º Para	a efetiv	ação da	tutela	espec	ifica
res	sultado	prático	equival	ente, p	oderá	o i

§ 5º Para a efetivação da tutela específica ou a obtenção do resultado prático equivalente, poderá o juiz, de ofício ou a requerimento, determinar as medidas necessárias, tais como a imposição de multa por tempo de atraso, busca e apreensão, remoção de pessoas e coisas, desfazimento de obras e impedimento de atividade nociva, se necessário com requisição de força policial."

-	Ġ	4).																		
"	Art		5	8	8		 *	60					 04	*	•	* :	 	24	17	*	
	****											_									

§ 2º A caução pode ser dispensada nos casos de crédito de natureza alimentar, até o limite de 60 (sessenta) vezes o salário mínimo, quando o exeqüente se encontrar em estado de necessidade (NR)."

- 5)					
"Art.	604.	 11100	 	 	 	

§ 1º Quando a elaboração da memória do cálculo depender de dados existentes em poder do devedor ou de terceiro, o juiz, a requerimento do credor, poderá requisitá-los, fixando prazo de até 30 (trinta) dias para o cumprimento da diligência; se os dados não forem, injustificadamente, apresentados pelo devedor, reputar-se-ão corretos os cálculos apresentados pelo credor e a resistência do terceiro será considerada desobediência."





Portanto, de acordo com a presente complementação de voto, o parecer é pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa, e, no mérito, pela aprovação do PL nº 3476, de 2000, com as modificações acima apontadas.

Sala da Comissão, em

de

de 2001.

Deputado Inaldo Leitão Relator

113345.020



PROJETO DE LEI Nº 3.476, DE 2000

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com emendas, nos termos do Parecer, com complementação de voto, do Relator, Deputado Inaldo Leitão. O Deputado José Roberto Batochio apresentou voto em separado.

Participaram da votação os Senhores Deputados:

Inaldo Leitão - Presidente, Zenaldo Coutinho, Robson Tuma e Osmar Serraglio - Vice-Presidentes, Aldir Cabral, André Benassi, Augusto Farias, Cezar Schirmer, Coriolano Sales, Dr. Antonio Cruz, Edmar Moreira, Fernando Coruja, Fernando Gonçalves, Geraldo Magela, Iédio Rosa, Jaime Martins, José Antonio Almeida, José Dirceu, José Genoíno, José Roberto Batochio, Luciano Bivar, Luiz Eduardo Greenhalgh, Marcos Rolim, Moroni Torgan, Nelson Marchezan, Ney Lopes, Paes Landim, Paulo Magalhães, Renato Vianna, Ricardo Ferraço, Roland Lavigne, Sérgio Carvalho, Sérgio Miranda, Vicente Arruda, Vilmar Rocha, Zulaiê Cobra, Átila Lira, Bispo Wanderval, Dr. Benedito Dias, Freire Júnior, Jairo Carneiro, Léo Alcântara, Nelo Rodolfo, Odílio Balbinotti, Ricardo Rique, Roberto Balestra, Wagner Rossi, Wagner Salustiano e Wolney Queiroz.

Sala da Comissão, em 31 de outubro de 2001

Deputado ZENALDO COUTINHO Presidente em exercício

PROJETO DE LEI Nº 3.476, DE 2000

EMENDA ADOTADA Nº 1 - CCJR

	De-se ao	inciso I	do art.	275 do	projeto a	seguinte
redação:						
		"Art. 27	5	* * * * * * * * * *		
	8.88.8.6			2111101		******
		I - nas	causas,	cujo v	valor não	exceda a
	sessenta	vezes o v	alor do s	salário	minimo;	
	800000000	72	413144134		មេខ១៤២ ខ្ ^ន ន់ ១៤៤	"(NR)

Sala da Comissão, em 31 de outubro de 2001 .

Deputado ZENALDO COUTINHO Presidente em exercicio



PROJETO DE LEI Nº 3.476, de 2000

EMENDA ADOTADA Nº 2 - CCJR

Dê-se ao art. 280 do projeto a seguinte redação:

"Art. 280. No procedimento sumário não são admissíveis a ação declaratória incidental e a intervenção de terceiros, salvo a assistência, o recurso de terceiro prejudicado e a intervenção fundada em contrato de seguro." (NR)

Sala da Comissão, em 31 de outubro de 2001

Deputado ZENALDO COUTINHO Presidente em exercicio

PROJETO DE LEI N° 3.476, de 2000

EMENDA ADOTADA Nº 3 - CCJR

	be se at 3 5 do att. 401 do projeto a seguinte re-
dação:	
	"Art. 461
	§ 5° Para a efetivação da tutela
	específica ou a obtenção do resultado prático
	equivalente, poderá o juiz, de ofício ou a
	requerimento, determinar as medidas necessárias,
	tais como a imposição de multa por tempo de atraso,
	busca e apreensão, remoção de pessoas e coisas,
	desfazimento de obras e impedimento de atividade
	nociva, se necessário com requisição de força
	policial.
	"(NR)

Deputado ZENALDO COUTINHO Presidente em exercício

Sala da Comissão, em 31 de outubro de 2001



PROJETO DE LEI Nº 3.476, de 2000

EMENDA ADOTADA Nº 4 - CCJR

	Dê-se ao § 2° do art. 588 do projeto a seguinte re-
dação:	
	"Art. 588
	§ 2° A caução pode ser dispensada nos
	casos de crédito de natureza alimentar, até o
	limite de 60 (sessenta) vezes o salário mínimo,
	quando o exequente se encontrar em estado de
	necessidade." (NR)
	Sala da Comissão em 31 de outubro do 2001

Deputado ZENALDO COUTINHO Presidente em exercicio



PROJETO DE LEI Nº 3.476, de 2000

EMENDA ADOTADA Nº 5 - CCJR

	De-se ao S 1° do art. 604 do projeto a seguinte re-
dação:	
	"Art. 604
	§ 1º Quando a elaboração da memória do
	cálculo depender de dados existentes em poder do
	devedor ou de terceiro, o juiz, a requerimento do
	credor, poderá requisitá-los, fixando prazo de até
	30 (trinta) dias para o cumprimento da diligência;
	se os dados não forem, injustificadamente,
	apresentados pelo devedor, reputar-se-ão corretos os
	cálculos apresentados pelo credor e a resistência do
	terceiro será considerada desobediência.
	W/ATDA

Sala da Comissão, em 31 de outubro de 2001

Deputado ZENALDO COUTINAO Presidente em exercicio



PROJETO DE LEI Nº 3.476, DE 2000

Altera a lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil.

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado Inaldo Leitão

Relatório

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo, que objetiva a alteração de dispositivos do Código de Processo Civil, desde o Título VII – Do Processo e do Procedimento – até o Título Único – Do Processo Cautelar –, visando, a priori, simplificar o processo de modo a solucionar o problema da morosidade processual que hoje aflige o Poder Judiciário.

Cumpre ressaltar que a proposta foi formulada por uma Comissão de especialistas em Processo Civil, sob a coordenação dos Ministros Sálvio de Figueiredo Teixeira e Athos Gusmão Carneiro e sob a presidência da Professora Ada Pellegrini Grinover.

É o relatório.

II - Princípio do Acesso ao Judiciário

Ao tempo em que os reclamos da sociedade se avolumam, — razão direta da complexidade grandemente crescente e vislumbrável nas relações sociais, as formas de acesso à Justiça, naquilo que haverá de ter de mais efetivo e pronto —, o problema proposto ganha relevo e substância.



Falar, portanto, de Acesso à Justiça é falar em proteção, ainda que em análise menos rasa, dos direitos em sua dimensão fundamental ou de liberdade. Daí por que cabe-nos, aqui, apontar o que há de feição de Direito Fundamental no Acesso à Justiça.

Com muita propriedade, define José Afonso da Silva o denominado Princípio da Proteção Judiciária, conceito integrante das Garantias Constitucionais. Segundo o doutrinador, conformam o mencionado princípio o Monopólio Judiciário do Controle Jurisdicional, o Direito de Ação e de Defesa e o Direito ao Devido Processo Legal.

Não há que se falar em direitos sem a salvaguarda correspondente. Exibindo a valorosa lição de Rui Barbosa, Paulo Bonavides informa que foi aquele nosso grande Jurista que primeiro demonstrou que "uma coisa são as garantias constitucionais, outra coisa os direitos, de que essas garantias traduzem, em parte, a condição de segurança jurídica ou judicial". É nesse contexto que se enquadra o Acesso à Justiça.

Ter a possibilidade amplamente reconhecida e amparada de acesso à justiça é condição precípua e fundamental para a efetividade dos direitos constitucionalmente albergados. Por tal motivação é que a significação especial dos direitos fundamentais corresponde à necessidade de proteger e garantir a existência e eficácia desses direitos. E essa proteção se faz através da garantia de proteção pelos Tribunais e pelos diversos meios recursais existentes, equivalendo dizer, em suma, na possibilidade de **amplo** acesso ao Judiciário, de forma a realizar a perfeita e necessária "filtragem" do processo até que se atinja a verdadeira justiça.

A garantia de acesso aos tribunais deve ser considerada, antes de tudo, como uma concretização do princípio estruturante do Estado Democrático de Direito. Portanto, ter acesso à justiça é satisfazer, efetivar, homenagear a vontade do constituinte. É encarar a Justiça não apenas como instituição, como querem alguns, mas, antes e primordialmente, como um valor especialmente invocado a assentado no texto constitucional.



Ocorre que o conceito de 'efetividade' no acesso à justiça é algo detentor de vacuidade. O obstáculo não deve, no entanto, servir de amparo ao desânimo e ao desencanto. O desestimulo que gera uma justiça tardia é de difícil mensuração. Mas ninguém desconhece o quanto há de impediente, o dispêndio injustificável de tempo a uma justiça plena.

Indiscutível que alguns reparos urgem, mas nunca de forma a excluir do cidadão o seu direito, garantido constitucionalmente, ao amplo acesso à justiça quando tiver reconhecida uma injúria a um direito, ou quando tiver necessidade de resguardar o seu pleno exercício, como pressupostos essenciais de um Estado Democrático de Direito.

Para tanto, devemos acrescentar, ainda, a necessidade de ter o juiz de primeira instância ampla cognição, inclusive sobre matérias constitucionais, de forma a resguardar para as cortes superiores apenas o que couber em matéria de recurso, garantindo, com isso, maior efetividade na prestação jurisdicional.

III - Princípio do Duplo Grau de Jurisdição

Dentre as garantias deste Estado Democrático de Direito encontra-se outro princípio de igual importância: o duplo grau de jurisdição, sobre o qual cumpre-nos dispender alguns comentários.

A doutrina diverge em considerar o duplo grau de jurisdição como um princípio de processo inserido na Constituição Federal, já que inexiste a sua previsão expressa no texto constitucional. Dentre os autores que não a admitem, pode-se mencionar Manoel Antônio Teixeira Filho, Arruda Alvim, Tucci e Cruz, dentre outros. De outro lado, existem autores, tais como Humberto Theodoro Júnior e Nelson Nery Júnior, que admitem o duplo grau de jurisdição como princípio de processo inserido na Constituição Federal.

Aqueles que acreditam ser o duplo grau de jurisdição um princípio processual constitucional, inclusive de processo civil, fundamentam a



sua posição na competência recursal estabelecida na Constituição Federal, da qual extraímos algumas previsões implícitas:

"Art. 5° (omissis)

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes."

Ainda, neste sentido:

"Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

I - (omissis)

II - julgar, em recurso ordinário;

III - julgar, mediante recurso extraordinário (...);"

"Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça:

I - (omissis)

II - julgar, em recurso ordinário;

III - julgar, em recurso especial;"

Diante disso, em que pese não traga de forma expressa, podese dizer que o duplo grau de jurisdição, ou garantia de reexame das decisões proferidas pelo Poder Judiciário pode e deve ser incluído no estudo acerca dos princípios de processo civil na Constituição Federal.

O reexame dos pronunciamentos jurisdicionais é algo quase tão antigo quanto o próprio direito dos povos; previram-no, dentre outras legislações priscas, a babilônica, a hebraica, a egípcia, a islâmica, a grega, a romana - segundo as suas especificações.

Todo ato decisório do juiz que possa prejudicar um direito ou um interesse da parte deve ser recorrível, como meio de evitar ou emendar os erros e falhas que são inerentes aos julgamentos humanos, garantindo, desta feita, maior clareza e efetividade da tutela jurisdicional. Também atende ao



sentimento de inconformismo contra julgamento único, que é natural em todo ser humano.

O princípio do duplo grau de jurisdição visa assegurar ao litigante vencido, total ou parcialmente, o direito de submeter a matéria decidida a uma nova apreciação jurisdicional, no mesmo processo, desde que atendidos determinados pressupostos específicos, previstos em lei.

A atual tendência do sistema recursal brasileiro não pode negar ou ignorar toda uma evolução histórica com muito sacrifício percorrida. É sabido que, através dos tempos, a teoria dos recursos foi sendo aprimorada, chegando ao estágio de "desenvolvimento" atual. Para que não percamos tempo acerca desta discussão, reportamo-nos a José Miguel Garcia Medida, que sucintamente aborda este aspecto:

"Se inconformismo certo que este pronunciamentos de única instância é um dos fundamentos para a existência de recursos, é certo, também, que não é o único. Sentimentos não circunscritos ao litigante perdedor também determinaram o surgimento e a manutenção dos recursos. Antes da concepção de coletividade, a luta para a reforma de uma decisão pertencia unicamente ao litigante perdedor. Com o tempo, formou-se, perante a sociedade, um interesse em se controlarem melhor as decisões judiciais, através de determinados remédios, direcionados a um órgão superior, supostamente mais experiente, visando à nova análise da decisão sobre a qual paira o inconformismo. A sociedade assim se defendeu porque visava alcançar a plena segurança em suas relações jurídicas, o que não ocorreria se ficasse a solução do litígio subordinada à vontade de um único julgador. Daí se pode dizer que, num certo momento evolutivo, o Estado passou a apoiar esse sentimento, insito ao litigante sucumbente, porque o exame da decisão por um órgão colegiado superior forneceria maior segurança ao acerto da decisão,

aumentando a confiança do povo na jurisdição estatal. Por isso, considerando que a atividade jurisdicional aspira um resultado idealmente perfeito, os recursos seriam 'meios de controle', já que o Estado não pode garantir que os juízes sejam infalíveis." (in "O prequestionamento nos recursos extraordinário e especial", 2ª ed., 1999, págs. 22-23)

Se o controle das decisões somente é realizado após uma decisão, está claro que o sistema recursal brasileiro (e de qualquer outro país que adote um sistema que possibilite a revisão de um julgado) adotou uma sistemática de controle das decisões judiciais que se afigura num sentido "de baixo para cima", isto é, haverá revisão do julgado se este parecer injusto à parte (por esta assim o considerar), cabendo ao órgão revisor (Tribunal) verificar o acertamento ou não da decisão, partindo do caso concreto que lhe é apresentado e confrontando-o com a própria decisão prolatada.

O problema que se vê, atualmente, é que há uma tendência no sentido de inverter esta sistemática ou de simplesmente subestimá-la em face de fatores externos e fúteis, tais como a desobstrução da justiça que, para alguns, decorre do excessivo número de recursos existentes.

A vinculação que se tem dado à jurisprudência – outro fator responsável pela inversão da sistemática – faz com que o juiz verifique o caso concreto, compare-o com o que o Tribunal já decidiu a respeito e, então, julgue, abandonando o que há de mais importante na produção da sentença: a análise valorativa da prova e da interpretação do texto legal aplicável à espécie.

Não podemos deixar de reconhecer, como bem menciona Humberto Theodoro Júnior, que os recursos, todavia, devem acomodar-se às formas e oportunidades previstas em lei, para não tumultuar o processo e frustrar o objetivo da tutela jurisdicional em manobras caprichosas e de má-fé.

Porém, uma vez previstos em lei, tornam-se garantia do indivíduo, não podendo ser preteridos por qualquer motivo que seja, ainda mais se de natureza prática ou comodista, como querem, agora, ou doutos juízes e



desembargadores, sob a frustrante alegação de abarrotamento da justiça no Brasil.

Por estas razões, não podemos fechar os olhos para o que o Projeto em questão vem nos propor com as alterações ao Código de Processo Civil nas quais se suprimem recursos existentes, ainda mais tendo por justificativa irreal a celeridade no processo, quando, na verdade, trata-se do interesse particular de Ministros em esvaziarem suas mesas.

Cumpre-nos, sim, atentar para os pontos aos quais somos contrários, a começar pelo acréscimo da proibição de propor embargos infringentes no procedimento sumário (artigo 280 CPC), sob a alegação de se acentuar a própria sumariedade do rito e a desejável celeridade processual. Como já dito, somos contrários à retirada do direito ao recurso, qualquer que ele seja, ainda mais por tratar-se, aqui, de controvérsia entre os julgadores (embargos infringentes), o que deixa ainda mais clara a possibilidade de haver divergências no julgamento de uma mesma questão por parte dos próprios julgadores.

IV – O princípio do Due Process of Law e a proibição de produção de provas contra si mesmo

Não menos digna de espanto é a alteração proposta ao artigo 604 do CPC, que pretende obrigar o devedor a produzir provas contra si mesmo, devendo, no prazo de trinta dias e sob pena de arcar com a multa de 20% do valor do débito (que nem sequer é líquido, pois depende do fornecimento de dados), fornecer os dados dos quais dependam a elaboração da memória do cálculo da dívida, em direta afronta ao texto constitucional que garante ao cidadão o direito de não produzir provas contra si mesmo. Senão vejamos.

A Constituição brasileira de 1988 consagrou o Devido Processo Legal em seu artigo 5º, inciso LIV. Esse importante princípio constitucional americano – que teve sua origem na Magna Carta de 1215 – refere-se às



garantias de natureza processual propriamente ditas, entre elas a vedação da auto-incriminação forçada (self incrimination) e o direito à ampla defesa e ao contraditório.

Também por inspiração americana, a Constituição Federal adota, no inciso LVI do supracitado artigo, o princípio da invalidade, no processo, das provas obtidas por meios ilícitos, consagrando, assim, no nosso sistema constitucional, a famosa doutrina constitucional americana, sintetizada na expressão 'fruits of the poisoned tree', observada em muitos casos pelo Supremo Tribunal Federal.

A mesma influência recebe a nossa Constituição ao determinar que o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência familiar e de advogado. O preso, igualmente, tem o direito de saber os motivos de sua prisão, qual a identificação das autoridades policiais que estão efetuando sua privação de liberdade, para que possam ser responsabilizadas por eventuais ilegalidades e abusos, além de poder contatar sua família e, eventualmente, seu advogado, indicando o local para onde está sendo levado.

O direito de permanecer em silêncio, constitucionalmente consagrado, seguindo a orientação da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, que prevê, em seu artigo 8º, parágrafo 2º, alínea "g", a toda pessoa acusada de delito o direito de não ser obrigada a depor contra si mesma, nem a declarar-se culpada, apresenta-se como verdadeiro complemento aos princípios do due process of law e da ampla defesa, garantindo-se, dessa forma, ao réu, não só o direito ao silêncio puro, mas também o direito a prestar declarações falsas e inverídicas, sem que por elas possa ser responsabilizado, uma vez que não se conhece em nosso ordenamento jurídico o crime de perjúrio.

Percebe-se, portanto, que a cláusula constitucional brasileira mostra-se mais generosa em relação ao silêncio do acusado do que em relação à tradicional previsão do direito norte-americano do privilege against self-incrimination, descrita na 5ª Emenda à Constituição, do seguinte teor: "... ninguém será obrigado, em qualquer processo criminal, a servir de testemunha contra si mesmo..."; pois essa, apesar de permitir o silêncio do acusado, não lhe



permite fazer declarações falsas e inverídicas, sob pena de responsabilização criminal.

Portanto, a previsão constitucional que garante ao indivíduo a impossibilidade de ser forçado a produzir provas contra si mesmo, em respeito ao princípio da dignidade humana, definido como objeto de proteção dos direitos humanos fundamentais e um dos princípios fundamentais da República, não são meros enunciados teóricos desprovidos de credibilidade jurídica. Muito pelo contrário, a Constituição possui supremacia incondicional em relação a todo o ordenamento jurídico e força normativa inquestionável.

Somente com o pleno respeito ao princípio da dignidade da pessoa humana poderemos almejar a conquista da verdadeira "liberdade", projeto maior de um Estado Democrático de Direito. Sem respeito à dignidade da pessoa humana, não haverá esse Estado de Direito, desaparecendo a participação popular nos negócios políticos do Estado, quebrando-se o respeito ao princípio da soberania popular, que proclama que todo poder emana do povo, com a conseqüência nefasta do fim da Democracia.

V - Direito Comparado

A exemplo do que ocorre no Direito Italiano, uma possível solução para o atual afogamento da justiça brasileira seria o aumento do número de juízes que compõem os nossos Tribunais Superiores. Ora, com a devida venia das ilustradas vozes que têm defendido outros meios, tais como a súmula vinculante, pela qual o Supremo Tribunal Federal poderia ver-se desafogado da imensidão de recursos que lhe são submetidos para exame de questão "idêntica", não podemos concordar com a sua adoção, pelos motivos óbvios, já oportunamente esclarecidos.

A supressão de recursos, por certo, também é outra solução inaceitável. Não podemos admitir que seja retirada do alcance dos que procuram por um provimento judicial a filtragem necessária à mais justa resposta do Estado à lesão sofrida pelo cidadão.

Uma análise oposta do fenômeno de "enchente" dos Tribunais nos levaria a uma conlcusão favorável sobre o que hoje ocorre com a sociedade brasileira, processo este já transcorrido em outros lugares do mundo, por certo com população mais esclarecida e desenvolvida. Significa ver positivamente a elevação da consciência social quanto aos direitos que lhes são garantidos em todas as esferas judiciais, não cabendo, agora, ao invés de prestigirar o cidadão por sua maior consciência político-jurídica, querer retirar-lhe suas amplas possibilidades recursais em prol de uma "desobstrução" da justiça. O raciocínio correto seria, sim, que o Estado pudesse dispor de mais órgãos e, conseqüentemente, maior número de juízes competentes para prestar o devido provimento jurisdicional que a sociedade, hoje mais elucidada, almeja.

Sala da Comissão, 3/ de outubro de 2001.

Dep. JOSE ROBERTO BATOCHIO

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 3.476-A, DE 2000

(DO PODER EXECUTIVO) MENSAGEM Nº 1.112/00

Altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com emendas (relator: Dep. INALDO LEITÃO).

(À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO - ART. 24, II)

SUMÁRIO

- I Projeto Inicial
- II Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação:
 - termo de recebimento de emendas
 - parecer do Relator
 - complementação de voto
 - emendas oferecidas pelo relator (5)
 - parecer da Comissão
 - emendas adotadas pela Comissão (5)
 - voto em separado

*PROJETO DE LEI Nº 3.476-A, DE 2000

(DO PODER EXECUTIVO) MENSAGEM Nº 1.112/00

Altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com emendas (relator: Dep. INALDO LEITÃO).

(À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO - ART. 24, II)

*Projeto inicial publicado no DCD de 23/08/00

PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

SUMÁRIO

- termo de recebimento de emendas
- parecer do Relator
- complementação de voto
- emendas oferecidas pelo relator (5)
- parecer da Comissão
- emendas adotadas pela Comissão (5)
- voto em separado



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO REDAÇÃO FINAL PROJETO DE LEI N° 3.476-B, DE 2000

Altera a Lei n $^{\circ}$ 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1° Os artigos da Lei n° 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, a seguir mencionados, passam a vigorar com as seguintes alterações:

rar com as seguintes alterações:
"Art. 273
§ 3° A efetivação da tutela antecipada ob-
servará, no que couber e conforme sua natureza, as
normas previstas nos arts. 588, 461, §§ 4° e 5°, e
461A.
§ 6° A tutela antecipada também poderá ser
concedida quando um ou mais dos pedidos cumulados,
ou parcela deles, mostrar-se incontroverso.
§ 7° Se o autor, a título de antecipação
de tutela, requerer providência de natureza caute-
lar, poderá o juiz, quando presentes os respectivos
pressupostos, deferir a medida cautelar em caráter
incidental do processo ajuizado." (NR)
"Art. 275
I - nas causas cujo valor não exceda a
sessenta vezes o valor do salário mínimo;
······································

rin



"Art. 280. No procedimento sumário não são admissíveis a ação declaratória incidental e a intervenção de terceiros, salvo a assistência, o recurso de terceiro prejudicado e a intervenção fundada em contrato de seguro." (NR)

"Art. 287. Se o autor pedir que seja imposta ao réu a abstenção da prática de algum ato,
tolerar alguma atividade, prestar ato ou entregar
coisa, poderá requerer cominação de pena pecuniária
para o caso de descumprimento da sentença ou da decisão antecipatória de tutela (arts. 461, § 4°, e
461A)." (NR)

"Art. 331. Se não ocorrer qualquer das hipóteses previstas nas seções precedentes, e versar a
causa sobre direitos que admitam transação, o juiz
designará audiência preliminar, a realizar-se no
prazo de trinta dias, para a qual serão as partes
intimadas a comparecer, podendo fazer-se representar
por procurador ou preposto, com poderes para transigir.

§ 3° Se o direito em litígio não admitir transação, ou se as circunstâncias da causa evidenciarem ser improvável sua obtenção, o juiz poderá, desde logo, sanear o processo e ordenar a produção da prova, nos termos do § 2°." (NR)

ALC	371	- C	, 1	•	- 8	•	*	15	:5		*	W/)	•	•	٠	×	* 3	•	•	٠	٠	*()	•] :	•	•	٠		* :	•	٠	٠	×.	į.	*
STEER S SEEMS S NEEDS	* *:	•,\•/		×	*C	• ; •	*		(4)	٠	Ř.					v	R	•:	×	<		6	40			×	*1:	•			*	70	6	į.

§ 5° Para a efetivação da tutela específica ou a obtenção do resultado prático equivalente,







poderá o juiz, de ofício ou a requerimento, determinar as medidas necessárias, tais como a imposição de
multa por tempo de atraso, busca e apreensão, remoção de pessoas e coisas, desfazimento de obras e impedimento de atividade nociva, se necessário com requisição de força policial.

§ 6° 0 juiz poderá, de ofício, modificar o valor ou a periodicidade da multa, caso verifique que se tornou insuficiente ou excessiva." (NR)

"Art. 588. A execução provisória da sentença far-se-á do mesmo modo que a definitiva, observadas as seguintes normas:

I - corre por conta e responsabilidade do exequente, que se obriga, se a sentença for reformada, a reparar os prejuízos que o executado venha a sofrer;

II - o levantamento de depósito em dinheiro, e a prática de atos que importem alienação de dominio ou dos quais possa resultar grave dano ao executado, dependem de caução idônea, requerida e prestada nos próprios autos da execução;

III - fica sem efeito, sobrevindo acórdão que modifique ou anule a sentença objeto da execução, restituindo-se as partes ao estado anterior;

IV - eventuais prejuízos serão liquidados no mesmo processo.

\$ 1° No caso do inciso III, se a sentença provisoriamente executada for modificada ou anulada apenas em parte, somente nessa parte ficará sem efeito a execução.





§ 2° A caução pode ser dispensada nos casos de crédito de natureza alimentar, até o limite de sessenta vezes o salário mínimo, quando o exequente se encontrar em estado de necessidade." (NR)

"Art. 604.

§ 1º Quando a elaboração da memória do cálculo depender de dados existentes em poder do devedor ou de terceiro, o juiz, a requerimento do credor, poderá requisitá-los, fixando prazo de até trinta dias para o cumprimento da diligência; se os dados não forem, injustificadamente, apresentados pelo devedor, reputar-se-ão corretos os cálculos apresentados pelo credor e a resistência do terceiro será considerada desobediência.

§ 2º Poderá o juiz, antes de determinar a citação, valer-se do contador do juizo quando a memória apresentada pelo credor aparentemente exceder os limites da decisão exequenda e, ainda, nos casos de assistência judiciária. Se o credor não concordar com esse demonstrativo, far-se-á a execução pelo valor originariamente pretendido, mas a penhora terá por base o valor encontrado pelo contador." (NR)

"Art. 621. O devedor de obrigação de entrega de coisa certa, constante de título executivo extrajudicial, será citado para, dentro de dez dias, satisfazer a obrigação ou, seguro o juízo (art. 737, II), apresentar embargos.

Parágrafo único. O juiz, ao despachar a inicial, poderá fixar multa por dia de atraso no cumprimento da obrigação, ficando o respectivo valor





sujeito a alteração, caso se revele insuficiente ou excessivo."(NR)

"Art. 624. Se o executado entregar a coisa, lavrar-se-á o respectivo termo e dar-se-á por
finda a execução, salvo se esta tiver de prosseguir
para o pagamento de frutos ou ressarcimento de prejuízos." (NR)

- § 1º Não constando do título o valor da coisa, ou sendo impossível a sua avaliação, o exequente far-lhe-á a estimativa, sujeitando-se ao arbitramento judicial.
- § 2° Serão apurados em liquidação o valor da coisa e os prejuízos."(NR)

"Art. 644. A sentença relativa a obrigação de fazer ou não fazer cumpre-se de acordo com o art. 461, observando-se, subsidiariamente, o disposto neste Capítulo." (NR)

Art.	659.	किति है है कि है	

- § 4° A penhora de bens imóveis realizarse-á mediante auto ou termo de penhora, cabendo ao
 exeqüente, sem prejuízo da imediata intimação do
 executado (art. 669), providenciar, para presunção
 absoluta de conhecimento por terceiros, o respectivo
 registro no ofício imobiliário, mediante apresentação de certidão de inteiro teor do ato e independentemente de mandado judicial.
- § 5° Nos casos do § 4°, quando apresentada certidão da respectiva matrícula, a penhora de imó-







veis, independentemente de onde se localizem, será realizada por termo nos autos, do qual será intimado o executado, pessoalmente ou na pessoa de seu advogado, e por este ato constituído depositário."(NR)

"Art. 814.

Parágrafo único. Equipara-se à prova literal da dívida líquida e certa, para efeito de concessão de arresto, a sentença, líquida ou ilíquida, pendente de recurso, condenando o devedor ao pagamento de dinheiro ou de prestação que em dinheiro possa converter-se." (NR)

Art. 2° A Lei n° 5.869, de 11 de janeiro de 1973, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 461A:

"Art. 461A. Na ação que tenha por objeto a entrega de coisa, o juiz, ao conceder a tutela específica, fixará o prazo para o cumprimento da obrigação.

- \$ 1° Tratando-se de entrega de coisa determinada pelo gênero e quantidade, o credor a individualizará na petição inicial, se lhe couber a escolha; cabendo ao devedor escolher, este a entregará individualizada, no prazo fixado pelo juiz.
- \$ 2° Não cumprida a obrigação no prazo estabelecido, expedir-se-á em favor do credor mandado de busca e apreensão ou de imissão na posse, conforme se tratar de coisa móvel ou imóvel.
- § 3° Aplicam-se à ação prevista neste artigo o disposto nos §§ 1° a 6° do art. 461." (NR)





Art. 3° A Seção III do Capítulo V do Título VIII do Livro I da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, passa a denominar-se "Da Audiência Preliminar".

Art. 4° 0 art. 744 da Lei n° 5.869, de 11 de janeiro de 1973, passa a integrar o Capítulo III do Título III do Livro II, vigorando seu caput com a seguinte redação:

> "Art. 744. Na execução para entrega de coisa (art. 621) é lícito ao devedor deduzir embargos de retenção por benfeitorias.

> (NR)

Art. 5° Esta Lei entra em vigor três meses após a data de sua publicação.

Sala da Comissão 12-12- 2001

Deputado INALDO LEITÃO Presidente

Deputado FERNANDO CORUJA Relator





COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 3.476-B, DE 2000

REDAÇÃO FINAL

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou unanimemente a Redação final oferecida pelo Relator, Deputado Fernando Coruja, ao Projeto de Lei nº 3.476-A/00.

Participaram da votação os Senhores Deputados:

Alceu Collares, Alexandre Cardoso, André Benassi, Cezar Schirmer, Coriolano Sales, Custódio Mattos, Dr. Antônio Cruz, Edmar Moreira, Edmundo Galdino, Fernando Coruja, Fernando Gonçalves, Geraldo Magela, Gerson Peres, Iédio Rosa, Inaldo Leitão Jaime Martins, Júlio Redecker, José Antônio Almeida, José Dirceu, José Genoíno, José Roberto Batochio, Luciano Bivar, Luiz Eduardo Greenhalgh, Marcos Rolim, Mendes Ribeiro Filho, Moroni Torgan, Murilo Domingos, Nelson Marchezan, Nelson Otoch, Nelson Trad, Osmar Serraglio, Paes Landim, Paulo Magalhães, Renato Vianna, Roland Lavigne, Sérgio Carvalho, Vicente Arruda, Vilmar Rocha, Zenaldo Coutinho, Zulaiê Cobra, Odílio Balbinotti, Átila Lins, Jairo Carneiro, Luis Barbosa, Vic Pires Franco, Freire Júnior, Mauro Benevides, Ary Kara, Dr. Benedito Dias, Roberto Balestra e Bispo Wanderval.

Sala da Comissão, em 12 de dezembro de 2001

Deputado INALDO LEITÃO Presidente PS-GSE/647/01

Brasilia, 14 de dezembro de 2001

Senhor Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 134 do Regimento Comum, o incluso Projeto de Lei nº 3.476, de '2000, do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil.", de acordo com o caput do art. 65 da Constituição Federal.

Atenciosamente,

Deputado SEVERINO CAVALCANTI

Primeiro Secretário

A Sua Excelência o Senhor Senador CARLOS WILSON Primeiro-Secretário do Senado Federal N E S T A Altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

				Art	. 1	° ()s	arti	gos	da	Le:	n	0	5.86	9,	de	11	de	1	jai	ne	iro
de	19	73	-	Cód	ligo	de	е	Proce	sso	Ci	vil	, a	s	egui	r	men	cio	nad	los	s ,	p	as-
sar	n a	v	g	orar	CC	m a	as	segu	inte	es	alte	ra	çõe	es:								
							-1	'Art.	273	3: :	g-1000	5.5	K IK	104 × 40	#75# C		(catra s	× *0	A. * _ *		•	
				9.5.3	175	9 1		*****	* * *				2 167	***	en len		i e Se i	¥ #8	• •		£° p	040

- § 3° A efetivação da tutela antecipada observará, no que couber e conforme sua natureza, as normas previstas nos arts. 588, 461, §§ 4° e 5°, e 461A.
- § 6° A tutela antecipada também poderá ser concedida quando um ou mais dos pedidos cumulados, ou parcela deles, mostrar-se incontroverso.
- § 7° Se o autor, a título de antecipação de tutela, requerer providência de natureza cautelar, poderá o juiz, quando presentes os respectivos pressupostos, deferir a medida cautelar em caráter incidental do processo ajuizado." (NR)

"Art. 275......

I - nas causas cujo valor não exceda a sessenta vezes o valor do salário mínimo;

"Art. 280. No procedimento sumário não são admissiveis a ação declaratoria incidental e a in-

tervenção de terceiros, salvo a assistência, o recurso de terceiro prejudicado e a intervenção fundada em contrato de seguro." (NR)

"Art. 287. Se o autor pedir que seja imposta ao réu a abstenção da prática de algum ato, tolerar alguma atividade, prestar ato ou entregar coisa, poderá requerer cominação de pena pecuniária para o caso de descumprimento da sentença ou da decisão antecipatória de tutela (arts. 461, § 4°, e 461A)." (NR)

"Art. 331. Se não ocorrer qualquer das hipóteses previstas nas seções precedentes, e versar a
causa sobre direitos que admitam transação, o juiz
designará audiência preliminar, a realizar-se no
prazo de trinta dias, para a qual serão as partes
intimadas a comparecer, podendo fazer-se representar
por procurador ou preposto, com poderes para transigir.

	§ 3°	Se o	direito	em li	tígio	não	admitir
transação,	ou	se as	circunst	câncias	da ca	ausa	eviden-
ciarem se	r imp	prováve	l sua o	btenção	0, 0	juiz	poderá,
desde log	o, sa	anear o	proces	so e o	rdenar	a	produção
da prova,	nos	termos	do § 2°	" (NR)			

"Art.	461.	9 9 87404 9 4	ACADRON A REPORTED	
e a seema a e seema e a a a			energy of a state of	a a a ararara e eranera a e era

§ 5° Para a efetivação da tutela específica ou a obtenção do resultado prático equivalente, poderá o juiz, de ofício ou a requerimento, determinar as medidas necessárias, tais como a imposição de

multa por tempo de atraso, busca e apreensão, remoção de pessoas e coisas, desfazimento de obras e impedimento de atividade nociva, se necessário com requisição de força policial.

§ 6° O juiz poderá, de ofício, modificar o valor ou a periodicidade da multa, caso verifique que se tornou insuficiente ou excessiva." (NR)

"Art. 588. A execução provisória da sentença far-se-á do mesmo modo que a definitiva, observadas as seguintes normas:

- I corre por conta e responsabilidade do exequente, que se obriga, se a sentença for reformada, a reparar os prejuízos que o executado venha a sofrer;
- II o levantamento de depósito em dinheiro, e a prática de atos que importem alienação de domínio ou dos quais possa resultar grave dano ao executado, dependem de caução idônea, requerida e prestada nos próprios autos da execução;
- III fica sem efeito, sobrevindo acórdão que modifique ou anule a sentença objeto da execução, restituindo-se as partes ao estado anterior;
- IV eventuais prejuízos serão liquidados no mesmo processo.
- § 1º No caso do inciso III, se a sentença provisoriamente executada for modificada ou anulada apenas em parte, somente nessa parte ficará sem efeito a execução.
- § 2° A caução pode ser dispensada nos casos de crédito de natureza alimentar, até o limite

de sessenta vezes o salário mínimo, quando o exequente se encontrar em estado de necessidade." (NR)

"Art. 604.

§ 1° Quando a elaboração da memória do cálculo depender de dados existentes em poder do devedor ou de terceiro, o juiz, a requerimento do credor, poderá requisitá-los, fixando prazo de até trinta dias para o cumprimento da diligência; se os dados não forem, injustificadamente, apresentados pelo devedor, reputar-se-ão corretos os cálculos apresentados pelo credor e a resistência do terceiro será considerada desobediência.

§ 2º Poderá o juiz, antes de determinar a citação, valer-se do contador do juízo quando a memória apresentada pelo credor aparentemente exceder os limites da decisão exequenda e, ainda, nos casos de assistência judiciária. Se o credor não concordar com esse demonstrativo, far-se-á a execução pelo valor originariamente pretendido, mas a penhora terá por base o valor encontrado pelo contador." (NR)

"Art. 621. O devedor de obrigação de entrega de coisa certa, constante de título executivo
extrajudicial, será citado para, dentro de dez dias,
satisfazer a obrigação ou, seguro o juízo (art. 737,
II), apresentar embargos.

Parágrafo único. O juiz, ao despachar a inicial, poderá fixar multa por dia de atraso no cumprimento da obrigação, ficando o respectivo valor sujeito a alteração, caso se revele insuficiente ou excessivo." (NR)

"Art. 624. Se o executado entregar a coisa, lavrar-se-á o respectivo termo e dar-se-á por
finda a execução, salvo se esta tiver de prosseguir
para o pagamento de frutos ou ressarcimento de prejuízos." (NR)

"Art. 627.

- § 1º Não constando do título o valor da coisa, ou sendo impossível a sua avaliação, o exequente far-lhe-a a estimativa, sujeitando-se ao arbitramento judicial.
- § 2º Serão apurados em liquidação o valor da coisa e os prejuízos."(NR)

"Art. 644. A sentença relativa a obrigação de fazer ou não fazer cumpre-se de acordo com o art. 461, observando-se, subsidiariamente, o disposto neste Capítulo." (NR)

"Art.	659.	* ****	e ecessor e e	K KOZOLE W WOOD P	* * *(9:0* × * *)*:5102
		e ur svestiere	o worth to	v marane e enema	

- § 4° A penhora de bens imóveis realizarse-á mediante auto ou termo de penhora, cabendo ao
 exequente, sem prejuízo da imediata intimação do
 executado (art. 669), providenciar, para presunção
 absoluta de conhecimento por terceiros, o respectivo
 registro no ofício imobiliário, mediante apresentação de certidão de inteiro teor do ato e independentemente de mandado judicial.
- § 5° Nos casos do § 4°, quando apresentada certidão da respectiva matrícula, a penhora de imóveis, independentemente de onde se localizem, será realizada por termo nos autos, do qual será intimado

o executado, pessoalmente ou na pessoa de seu advogado, e por este ato constituído depositário." (NR)

"Art. 814.

Parágrafo único. Equipara-se à prova literal da dívida líquida e certa, para efeito de concessão de arresto, a sentença, líquida ou ilíquida, pendente de recurso, condenando o devedor ao pagamento de dinheiro ou de prestação que em dinheiro possa converter-se." (NR)

Art. 2° A Lei n° 5.869, de 11 de janeiro de 1973, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 461A:

"Art. 461A. Na ação que tenha por objeto a entrega de coisa, o juiz, ao conceder a tutela específica, fixará o prazo para o cumprimento da obrigação.

- § 1º Tratando-se de entrega de coisa determinada pelo gênero e quantidade, o credor a individualizará na petição inicial, se lhe couber a escolha; cabendo ao devedor escolher, este a entregará individualizada, no prazo fixado pelo juiz.
- § 2º Não cumprida a obrigação no prazo estabelecido, expedir-se-á em favor do credor mandado de busca e apreensão ou de imissão na posse, conforme se tratar de coisa móvel ou imóvel.
- § 3° Aplicam-se à ação prevista neste artigo o disposto nos §§ 1° a 6° do art. 461." (NR)

Art. 3° A Seção III do Capítulo V do Título VIII do Livro I da Lei n° 5.869, de 11 de janeiro de 1973, passa a denominar-se "Da Audiência Preliminar".

Art. 4° 0 art. 744 da Lei n° 5.869, de 11 de janeiro de 1973, passa a integrar o Capítulo III do Título III do Livro II, vigorando seu caput com a seguinte redação:

"Art. 744. Na execução para entrega de coisa (art. 621) é lícito ao devedor deduzir embargos de retenção por benfeitorias.

Art. 5° Esta Lei entra em vigor três meses após a data de sua publicação.

câmara dos deputados, B de digilialo de 2001.

Altera a Lei n° 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1° Os artigos da Lei n° 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, a seguir mencionados, passam a vigorar com as seguintes alterações:

rar com as seguintes alterações:
"Art. 273
§ 3° A efetivação da tutela antecipada ob-
servará, no que couber e conforme sua natureza, as
normas previstas nos arts. 588, 461, 🖇 4° e 5°, e
461A.
TOTAL A TITUDA A NINGGA NINGA A NINGGA NINGGA A
§ 6° A tutela antecipada também poderá ser
concedida quando um ou mais dos pedidos cumulados,
ou parcela deles, mostrar-se incontroverso.
§ 7° Se o autor, a título de antecipação
de tutela, requerer providência de natureza caute-
lar, poderá o juiz, quando presentes os respectivos
pressupostos, deferir a medida cautelar em caráter
incidental do processo ajuizado." (NR)
"Art. 275
I - nas causas cujo valor não exceda a
sessenta vezes o valor do salário mínimo;

"Art. 280. No procedimento sumário não são admissíveis a ação declaratória incidental e a in-

tervenção de terceiros, salvo a assistência, o recurso de terceiro prejudicado e a intervenção fundada em contrato de seguro." (NR)

"Art. 287. Se o autor pedir que seja imposta ao réu a abstenção da prática de algum ato,
tolerar alguma atividade, prestar ato ou entregar
coisa, poderá requerer cominação de pena pecuniária
para o caso de descumprimento da sentença ou da decisão antecipatória de tutela (arts. 461, § 4°, e
461A)." (NR)

"Art. 331. Se não ocorrer qualquer das hipóteses previstas nas seções precedentes, e versar a
causa sobre direitos que admitam transação, o juiz
designará audiência preliminar, a realizar-se no
prazo de trinta dias, para a qual serão as partes
intimadas a comparecer, podendo fazer-se representar
por procurador ou preposto, com poderes para transigir.

75	§ 3°	Se o	direito	em	litígic	não	admitir
transação,	ou	se as	circunst	tânci	as da	causa	eviden-
ciarem ser	imp	rováve	el sua o	bten	ção, o	juiz	poderá,
desde logo	, sa	near	proces	so e	ordena	ar a	produção
da prova,	nos t	termos	do § 2°	." (N	R)		

· ·	Art.	461.	10.0	**********************************	 ********	PROFES RESERVE	2 4 × 100
61574 × 8 61674 8 8	6.00 X X	K-14 (X X X X)	ea u	e #:#0	 2 × 4540× 2 ×	********	****

\$ 5° Para a efetivação da tutela específica ou a obtenção do resultado prático equivalente, poderá o juiz, de ofício ou a requerimento, determinar as medidas necessárias, tais como a imposição de

multa por tempo de atraso, busca e apreensão, remoção de pessoas e coisas, desfazimento de obras e impedimento de atividade nociva, se necessário com requisição de força policial.

§ 6° O juiz poderá, de ofício, modificar o valor ou a periodicidade da multa, caso verifique que se tornou insuficiente ou excessiva." (NR)

"Art. 588. A execução provisória da sentença far-se-á do mesmo modo que a definitiva, observadas as seguintes normas:

I - corre por conta e responsabilidade do exequente, que se obriga, se a sentença for reformada, a reparar os prejuízos que o executado venha a sofrer;

II - o levantamento de depósito em dinheiro, e a prática de atos que importem alienação de domínio ou dos quais possa resultar grave dano ao executado, dependem de caução idônea, requerida e prestada nos próprios autos da execução;

III - fica sem efeito, sobrevindo acórdão que modifique ou anule a sentença objeto da execução, restituindo-se as partes ao estado anterior;

IV - eventuais prejuízos serão liquidados no mesmo processo.

\$ 1° No caso do inciso III, se a sentença provisoriamente executada for modificada ou anulada apenas em parte, somente nessa parte ficará sem efeito a execução.

\$ 2° A caução pode ser dispensada nos casos de crédito de natureza alimentar, até o limite de sessenta vezes o salário minimo, quando o exequente se encontrar em estado de necessidade." (NR)

"Art. 604.

\$ 1° Quando a elaboração da memória do cálculo depender de dados existentes em poder do devedor ou de terceiro, o juiz, a requerimento do credor, poderá requisitá-los, fixando prazo de até trinta dias para o cumprimento da diligência; se os dados não forem, injustificadamente, apresentados pelo devedor, reputar-se-ão corretos os cálculos apresentados pelo credor e a resistência do terceiro será considerada desobediência.

§ 2º Poderá o juiz, antes de determinar a citação, valer-se do contador do juízo quando a memória apresentada pelo credor aparentemente exceder os limites da decisão exequenda e, ainda, nos casos de assistência judiciária. Se o credor não concordar com esse demonstrativo, far-se-á a execução pelo valor originariamente pretendido, mas a penhora terá por base o valor encontrado pelo contador." (NR)

"Art. 621. O devedor de obrigação de entrega de coisa certa, constante de título executivo extrajudicial, será citado para, dentro de dez dias, satisfazer a obrigação ou, seguro o juízo (art. 737, II), apresentar embargos.

Parágrafo único. O juiz, ao despachar a inicial, poderá fixar multa por dia de atraso no cumprimento da obrigação, ficando o respectivo valor sujeito a alteração, caso se revele insuficiente ou excessivo." (NR)

"Art. 624. Se o executado entregar a coisa, lavrar-se-á o respectivo termo e dar-se-á por
finda a execução, salvo se esta tiver de prosseguir
para o pagamento de frutos ou ressarcimento de prejuízos." (NR)

"Art. 627.

- § 1º Não constando do título o valor da coisa, ou sendo impossível a sua avaliação, o exequente far-lhe-á a estimativa, sujeitando-se ao arbitramento judicial.
- § 2° Serão apurados em liquidação o valor da coisa e os prejuízos."(NR)

"Art. 644. A sentença relativa a obrigação de fazer ou não fazer cumpre-se de acordo com o art. 461, observando-se, subsidiariamente, o disposto neste Capítulo." (NR)

"Art.	659.	or a mineral	*******	BONE & K 1010/18 4	* */*:509 9 8 1056
				W1772 A W 17727W 7	T TIL-AM W S BANK

- § 4° A penhora de bens imóveis realizarse-á mediante auto ou termo de penhora, cabendo ao
 exequente, sem prejuízo da imediata intimação do
 executado (art. 669), providenciar, para presunção
 absoluta de conhecimento por terceiros, o respectivo
 registro no ofício imobiliário, mediante apresentação de certidão de inteiro teor do ato e independentemente de mandado judicial.
- § 5° Nos casos do § 4°, quando apresentada certidão da respectiva matrícula, a penhora de imóveis, independentemente de onde se localizem, será realizada por termo nos autos, do qual será intimado

o executado, pessoalmente ou na pessoa de seu advogado, e por este ato constituído depositário."(NR)

"Art. 814.

Parágrafo único. Equipara-se à prova literal da dívida líquida e certa, para efeito de concessão de arresto, a sentença, líquida ou ilíquida, pendente de recurso, condenando o devedor ao pagamento de dinheiro ou de prestação que em dinheiro possa converter-se." (NR)

Art. 2° A Lei n° 5.869, de 11 de janeiro de 1973, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 461A:

"Art. 461A. Na ação que tenha por objeto a entrega de coisa, o juiz, ao conceder a tutela específica, fixará o prazo para o cumprimento da obrigação.

- \$ 1° Tratando-se de entrega de coisa determinada pelo gênero e quantidade, o credor a individualizará na petição inicial, se lhe couber a escolha; cabendo ao devedor escolher, este a entregará individualizada, no prazo fixado pelo juiz.
- § 2º Não cumprida a obrigação no prazo estabelecido, expedir-se-á em favor do credor mandado de busca e apreensão ou de imissão na posse, conforme se tratar de coisa móvel ou imóvel.
- § 3° Aplicam-se à ação prevista neste artigo o disposto nos §§ 1° a 6° do art. 461." (NR)

Art. 3° A Seção III do Capítulo V do Título VIII do Livro I da Lei n° 5.869, de 11 de janeiro de 1973, passa a de-nominar-se "Da Audiência Preliminar".

Art. 4° 0 art. 744 da Lei n° 5.869, de 11 de janeiro de 1973, passa a integrar o Capítulo III do Título III do Livro II, vigorando seu caput com a seguinte redação:

		"A	rt.	744	. Na	exe	cução	pa	ra	entr	ega	de
cois	a	(art.	621)	é	lícito	ao	deved	lor	dec	duzir	emb	ar-
gos	de	reter	ção	por	benfei	tori	as.					

Art. 5° Esta Lei entra em vigor três meses após a data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, B DE CHIMAD DE 2001.

		-6	ľ
CÂMARA DOS DE SEÇÃO DE SINOP		de 2000.	AUTOR
EMENTA	Altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código	de Processo Civil.	PODER EXECUTIVO (MSC Nº 1112/00)
ANDAMENTO			Sancionado ou promulgado
	MESA		
22.08.00	Despacho: A Comissão de Constituição e Justica e de DCD_3108100, pág.44560 col.02. COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES	Redação - Art. 24, 11.	Publicado no Diário Oficial de
19.09.00	Encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça e	de Redação.	Vetado
10.10.00	COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO Distribuido ao relator, Dep. INALDO LEITÃO.		Razões do veto-publicadas no
	COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTICA E DE REDAÇÃO		
18.10.00	Prazo para apresentação de emendas: 05 sessões.		
	COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO		
26.10.00	Não foram apresentadas emendas.		
	APENSABO A ESTE O PROJETO DE LEI Nº 3.937/00.		
3.09.01	MESA Deferido Oficio/ 152/2001 do Dep. INALDO LEITÃO, so	licitando a desapensação	
	do PL Nº 3.937/00, deste.		
17.10.01	COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO Parecer do relator, Dep. INALDO LEITÃO, pela Constidade, Técnica Legislativa e, no mérito, pela aprova	tucionalidade, Juridici-	

ANDAMERIO

PL. 3.476/00

(continuação da folha 01)

31.10.01

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO Aprovado unanimemente o parecer do relator, Dep. INALDO LEITÃO, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com emendas.

MESA (ARTIGO 24, INCISO II DO RI)

31.10.01

É lido e vai a imprimir, tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, jur<u>i</u> dicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação com emendas.

(PL 3.476-A/00).

MESA

27.11.01

Prazo para apresentação de recurso artigo 132, § 2º do R1 (05 sessões) de: 27.11 a 07.12.01.

MESI

10.12.01

Of. SGM-P 1737/01, à CCJR, encaminhando este projeto para elaboração da redação final, nos termos do artigo 58, parágrafo quarto e artigo 24, II do RI.

12.12.01

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

Aprovação unanime da redação final, oferecida pelo relator, Dep Fernando Coruja.

(PL. 3476-B/00)

MESA

Remessa ao SF, através do Of PS-GSE/



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI № 3.476-A, DE 2000

(Do Poder Executivo) MENSAGEM Nº 1.112/00

Altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com emendas (relator: Dep. INALDO LEITÃO).

(À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO - ART. 24, II)

SUMÁRIO

- I Projeto Inicial
- II Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação:
 - termo de recebimento de emendas
 - parecer do Relator
 - complementação de voto
 - emendas oferecidas pelo relator (5)
 - parecer da Comissão
 - emendas adotadas pela Comissão (5)
 - voto em separado

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os artigos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, a seguir mencionados, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 273.	 *****************		***********

§ 3º A efetivação da tutela antecipada observará, no que couber e conforme sua natureza, as normas previstas nos arts. 588, 461, §§ 4º e 5º, e 461-A.
§ 6º A tutela antecipada também poderá ser concedida quando um ou mais dos pedidos cumulados, ou parcela deles, mostrar-se incontroverso.
§ 7º Se o autor, a título de antecipação de tutela, requerer providência de natureza cautelar, poderá o juiz, quando presentes os respectivos pressupostos, deferir a medida cautelar em caráter incidental do processo ajuizado." (NR)
"Art. 275.
I - nas causas, cujo valor não exceda a quarenta vezes o valor do salário mínimo;
"Art. 280. No procedimento sumário não são admissíveis os embargos infringentes. a ação declaratória incidental e a intervenção de terceiros, salvo a assistência, o recurso de terceiro prejudicado e a intervenção fundada em contrato de seguro." (NR)
"Art. 287. Se o autor pedir que seja imposta ao réu a abstenção da prática de algum ato, tolerar alguma atividade, prestar ato ou entregar coisa, poderá requerer cominação de pena pecuniária para o caso de descumprimento da sentença ou da decisão antecipatória de tutela (arts. 461, § 4º, e 461-A)." (NR)
"Art. 331. Se não ocorrer qualquer das hipóteses previstas nas seções precedentes, e versar a causa sobre direitos que admitam transação, o juiz designará audiência preliminar, a realizar-se no prazo de trinta dias, para a qual serão as partes intimadas a comparecer, podendo fazer-se representar por procurador ou preposto, com poderes para transigir.

§ 3º Se o direito em litígio não admitir transação, ou se as circunstâncias da causa evidenciarem ser improvável sua obtenção, o juiz poderá, desde logo, sanear o processo e ordenar a produção da prova, nos termos do parágrafo anterior." (NR)
"Aπ. 461
§ 5º Para a efetivação da tutela específica ou a obtenção do resultado prático equivalente, poderá o juiz, de oficio ou a requerimento, determinar as medidas necessárias.

tais como a imposição de multa, busca e apreensão, remoção de pessoas e coisas.

desfazimento de obras e impedimento de atividade nociva, se necessário com requisição de

força policial.

- § 6º O juiz poderá, de oficio, modificar o valor ou a periodicidade da multa, caso verifique que se tornou insuficiente ou excessiva." (NR)
- "Art. 588. A execução provisória da sentença far-se-á do mesmo modo que a definitiva, observadas as seguintes normas:
- I corre por conta e responsabilidade do exeqüente, que se obriga, se a sentença for reformada, a reparar os prejuízos que o executado venha a sofrer;
- Il o levantamento de depósito em dinheiro, e a prática de atos que importem alienação de domínio ou dos quais possa resultar grave dano ao executado, dependem de caução idônea, requerida e prestada nos próprios autos da execução;
- III fica sem efeito, sobrevindo acórdão que modifique ou anule a sentença objeto da execução, restituindo-se as partes ao estado anterior:
 - IV eventuais prejuízos serão liquidados no mesmo processo.
- § 1º No caso do nº III, se a sentença provisoriamente executada for modificada ou anulada apenas em parte, somente nessa parte ficará sem efeito a execução.
- § 2º A caução pode ser dispensada nos casos de crédito de natureza alimentar, até o limite de 40(quarenta) vezes o salário mínimo, quando o exeqüente se encontrar em estado de necessidade." (NR)

		1,6
50 A	604	
AII.		
4.000	W.W 1	

- § 1º Quando a elaboração da memória do cálculo depender de dados existentes em poder do devedor ou de terceiro, o juiz, a requerimento do credor, poderá requisitá-los, fixando prazo de até 30(trinta) dias para o cumprimento da diligência; se os dados não forem apresentados no prazo assinado, ou no de eventual prorrogação, aplicar-se-á o disposto no art. 601.
- § 2º Poderá o juiz, antes de determinar a citação, valer-se do contador do juízo quando a memória apresentada pelo credor aparentemente exceder os limites da decisão exequenda e, ainda, nos casos de assistência judiciária. Se o credor não concordar com esse demonstrativo, far-se-á a execução pelo valor originariamente pretendido, mas a penhora terá por base o valor encontrado pelo contador." (NR)
- "Art. 621. O devedor de obrigação de entrega de coisa certa, constante de título executivo extrajudicial, será citado para, dentro de 10(dez) dias, satisfazer a obrigação ou, seguro o juizo (art. 737, II), apresentar embargos.

Parágrafo único. O juiz, ao despachar a inicial, poderá fixar multa por dia de atraso no cumprimento da obrigação, ficando o respectivo valor sujeito a alteração, caso se revele insuficiente ou excessivo." (NR)

"Art. 624. Se o executado entregar a coisa, lavrar-se-á o respectivo termo e dar-se por finda a execução, salvo se esta tiver de prosseguir para o pagamento de frutos o ressarcimento de prejuízos." (NR) "Art. 627	-a
§ 1º Não constando do título o valor da coisa, ou sendo impossível a sua avaliaçã o exeqüente far-lhe-á a estimativa, sujeitando-se ao arbitramento judicial.	0
§ 2º Serão apurados em liquidação o valor da coisa e os prejuízos." (NR)	
"Art. 644. A sentença relativa a obrigação de fazer ou não fazer cumpre-se de acord com o art. 461, observando-se, subsidiariamente, o disposto neste Capítulo." (NR)	0
"Aп. 659	

§ 4º A penhora de bens imóveis realizar-se-á mediante auto ou termo de penhora cabendo ao exequente, sem prejuízo da imediata intimação do executado (art. 669 providenciar, para presunção absoluta de conhecimento por terceiros, o respectivo registr no oficio imobiliário, mediante apresentação de certidão de inteiro teor do ato independentemente de mandado judicial.).

§ 5º Nos casos do parágrafo anterior, quando apresentada certidão da respectiva matrícula, a penhora de imóveis, independentemente de onde se localizem, será realizada por termo nos autos, do qual será intimado o executado, pessoalmente ou na pessoa de seu advogado, e por este ato constituído depositário." (NR)

×	"Art. 814	***************************************

Parágrafo único. Equipara-se à prova literal da divida líquida e certa, para efeito de concessão de arresto, a sentença, líquida ou iliquida, pendente de recurso, condenando o devedor ao pagamento de dinheiro ou de prestação que em dinheiro possa converter-se." (NR)

Art. 2º Acresce-se à Lei nº 5.869, de 1973, o seguinte art. 461-A:

- "Art. 461-A. Na ação que tenha por objeto a entrega de coisa, o juiz, ao conceder a tutela específica, fixara o prazo para o cumprimento da obrigação.
- § 1º Tratando-se de entrega de coisa determinada pelo gênero e quantidade, o credor a individualizará na petição inicial, se lhe couber a escolha; cabendo ao devedor escolher, este a entregará individualizada, no prazo fixado pelo juiz.

- § 2º Não cumprida a obrigação no prazo estabelecido, expedir-se-á em favor do credor mandado de busca e apreensão ou de imissão na posse, conforme se tratar de coisa móvel ou imóvel.
- § 3º Aplicam-se à ação prevista neste artigo o disposto nos § § 1º a 6º do artigo anterior." (NR)
- Art. 3º A Seção III do Capítulo V do Título VIII do Livro I da Lei nº 5.869, de 1973, passa a denominar-se "Da audiência preliminar".
- Art. 4º O art. 744 da Lei nº 5.869, de 1973, passa a integrar o Capítulo III do Título III do Livro II, vigorando seu caput com a seguinte redação:
 - "Art. 744. Na execução para entrega de coisa (art. 621) é lícito ao devedor deduzir embargos de retenção por benfeitorias." (NR)

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor três meses após a data de sua publicação.

Brasília,

"LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI"

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

TÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

CAPÍTULO I DO PODER LEGISLATIVO

Seção VIII Do Processo Legislativo

Subseção III Das Leis

- Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.
- § 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:
 - I fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas:
 - II disponham sobre:
- a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;
- b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;
- c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;
- * Alínea "c" com redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 05.02.1998.
- d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;
- e) criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública:
- f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva.
 - * Alinea "f" acrescida pela Emenda Constitucional n" 18, de 05 02 1998.
- § 2º A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por no minimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuido pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

LEI Nº 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973

INSTITUI O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

LIVRO I DO PROCESSO DE CONHECIMENTO

TÍTULO VII DO PROCESSO E DO PROCEDIMENTO

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- Art. 273. O juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, desde que, existindo prova inequivoca, se convença da verossimilhança da alegação e:
- I haja fundado receio de dano irreparável ou de dificil reparação:
 ou
- II fique caracterizado o abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu.
 - * Artigo, "caput". e incisos com redação dada pela Lei nº 8.952. de 13-12-1994
- § 1º Na decisão que antecipar a tutela, o juiz indicara, de modo claro e preciso, as razões do seu convencimento.
 - * § 1º ucrescentado pela Lei nº 8.952, de 13 12 1994.
- § 2º Não se concederá a antecipação da tutela quando houver perigo de irreversibilidade do provimento antecipado.
 - * § 2" ucrescentado pela Lei nº 8.952, de 13 12 1994.
- § 3º A execução da tutela antecipada observará, no que couber, o disposto nos incisos II e III do art. 588.
 - * § 3" acrescentado pela Lei nº 8.952, de 13 12 1994.
- § 4º A tutela antecipada poderá ser revogada ou modificada a qualquer tempo, em decisão fundamentada.
 - * § 4" acrescentado pela Lei nº 8.952, de 13-12-1994.

- § 5° Concedida ou não a antecipação da tutela, prosseguirá o processo até final julgamento.
 - * § 5° acrescentado pela 1.ei nº 8.952, de 13 12 1994.

CAPÍTULO II DO PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Art. 274. O procedimento ordinário reger-se-á segundo as disposições dos Livros I e II deste Código.

CAPÍTULO III DO PROCEDIMENTO SUMÁRIO

* Capitulo nominado pela 1.ei nº 9.245, de 26 12 1995.

Art. 275. Observar-se-á o procedimento sumário:

- * Artigo, "capii", com redução dada pela Lei nº 9.245, de 26 12 1995.
- I nas causas, cujo valor não exceder 20 (vinte) vezes o maior salário mínimo vigente no País;
 - * Inciso I com redação dada pela Lei nº 5.925, de 1º de outubro de 1973.
 - II nas causas, qualquer que seja o valor:
 - a) de arrendamento rural e de parceria agricola;
- b) de cobrança ao condômino de quaisquer quantias devidas ao condominio;
 - c) de ressarcimento por danos em prédio urbano ou rústico;
- d) de ressarcimento por danos causados em acidente de veiculo de via terrestre;
- e) de cobrança de seguro, relativamente aos danos causados em acidente de veiculo, ressalvados os casos de processo de execução;
- f) de cobrança de honorários dos profissionais liberais, ressalvado o disposto em legislação especial;
 - g) nos demais casos previstos em lei.
 - * Inciso II com redação dada pela Lei nº 9.245, de 26-12-1995.

Parágrafo único. Este procedimento não será observado nas ações relativas ao estado e à capacidade das pessoas.

* Parágrafo único com redação dada pela Lei nº 9.245, de 26 12 1995

Art. 280. No procedimento sumario:

 I - não será admissível ação declaratoria incidental, nem a intervenção de terceiro, salvo assistência e recurso de terceiro prejudicado;

- !I o perito tera o prazo de quinze dias para apresentação do laudo:
- III das decisões sobre matérias probatória, ou proferidas em audiência, o agravo será sempre retido.
 - * Artigo com redação dada pela Lei nº 9.245, de 26 12 1995.

TÍTULO VIII DO PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

CAPÍTULO I DA PETIÇÃO INICIAL

Seção I Dos Requisitos da Petição Inicial

Art. 282. A petição inicial indicará:

l - o juiz ou tribunal, a que é dirigida:

 II - os nomes, prenomes, estado civil, profissão, domicilio e residência do autor e do reu;

III - o fato e os fundamentos juridicos do pedido:

IV - o pedido. com as suas especificações:

V - o valor da causa:

VI - as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados:

VII - o requerimento para a citação do réu.

Seção II Do Pedido

Art. 287. Se o autor pedir a condenação do reu a abster-se da prática de algum ato, a tolerar alguma atividade, ou a prestar fato que não possa ser realizado por terceiro, constará da petição inicial a cominação da pena pecuniária para o caso de descumprimento da sentença (artigos 644 e 645).

CAPÍTULO V DO JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO

Seção I Da Extinção do Processo

Art. 329. Ocorrendo qualquer das hipóteses previstas nos artigos 267 e 269, II a V. o juiz declarará extinto o processo.

Seção II

Do Julgamento Antecipado da Lide

- Art. 330. O juiz conhecerá diretamente do pedido, proferindo sentença:
- I quando a questão de mérito for unicamente de direito, ou, sendo de direito e de fato, não houver necessidade de produzir prova em audiência;
 - II quando ocorrer a revelia (art. 319).
 - * Artigo com redução determinada pela Lei nº 5.925, de 1º de outubro de 1973.

Seção III Do Saneamento do Processo

- Art. 331. Se não se verificar qualquer das hipóteses previstas nas seções precedentes e a causa versar sobre direitos disponiveis, o juiz designará audiência de conciliação, a realizar-se no prazo máximo de trinta dias, à qual deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir.
 - * Artigo, "caput", com redação dada pela Lei nº 8.952, de 13-12-1994
- § 1º Obtida a conciliação, será reduzida a termo e homologada por sentença.
 - * § 1º acrescido pela Lei nº 8.952, de 13 12 1994.
- § 2º Se, por qualquer motivo, não for obtida a conciliação, o juiz fixará os pontos controvertidos, decidirá as questões processuais pendentes e determinará as provas a serem produzidas, designando audiência de instrução e julgamento, se necessário.
 - * § 2" ucrescido pela Lei nº 8.952, de 13-12-1994.

CAPÍTULO VI DAS PROVAS

Seção I Das Disposições Gerais

Art. 332. Todos os meios legais, bem como os moralmente legitimos, ainda que não especificados neste Código, são hábeis para provar a verdade dos fatos, em que se funda a ação ou a defesa.

CAPÍTULO VIII DA SENTENÇA E DA COISA JULGADA

Seção I Dos Requisitos e dos Efeitos da Sentença

- Art. 461. Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz concederá a tutela especifica da obrigação ou, se procedente o pedido, determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento.
 - * Artigo, "caput", com redação dada pela Lei nº 8.952, de 13 12 1994.
- § 1º A obrigação somente se converterá em perdas e danos se o autor o requerer ou se impossível a tutela específica ou a obtenção do resultado prático correspondente.
 - * § 1º acrescido pela Lei nº 8.952, de 13-12-1994.
- § 2º A indenização por perdas e danos dar-se-á sem prejuizo da multa (art. 287).
 - * § 2" acrescido pela Lei nº 8.952, de 13-12-1994.
- § 3º Sendo relevante o fundamento da demanda e havendo justificado receio de ineficácia do provimento final, é lícito ao juiz conceder a tutela liminarmente ou mediante justificação prévia, citado o réu. A medida liminar poderá ser revogada ou modificada, a qualquer tempo, em decisão fundamentada.
 - * § 3" acrescido pela Lei nº 8.952, de 13 12 1994.
- § 4° O juiz podera, na hipótese do parágrafo anterior ou na sentença, impor multa diária ao réu, independentemente de pedido do autor, se for

- Enficiente ou compativel com a obrigação. fixando-lhe prazo razoável para o cumprimento do preceito.
 - * § 4" acrescido pela Lei nº 8.952, de 13-12-1994.
 - § 5º Para a efetivação da tutela especifica ou para a obtenção do resultado prático equivalente, poderá o juiz, de oficio ou a requerimento, determinar as medidas necessárias, tais como a busca e apreensão, remoção de pessoas e coisas, desfazimento de obras, impedimento de atividade nociva, além de requisição de força policial.
 - * § 5" acrescido pela Lei nº 8.952, de 13-12-1994.

Art. 462. Se. depois da propositura da ação, algum fato constitutivo, modificativo ou extintivo do direito influir no julgamento da lide, cabera ao juiz tomá-lo em consideração, de oficio ou a requerimento da parte, no momento de proferir a sentença.

* Artigo com redução determinada pela Lei nº 5.925, de 1º de outubro de 1973.

Seção II Da Coisa Julgada

Art. 473. É defeso à parte discutir, no curso do processo, as questões já decididas, a cujo respeito se operou a preclusão.

TÍTULO X DOS RECURSOS

CAPÍTULO III DO AGRAVO

* Capitulo com designação dada pela Lei nº 9.139, de 30 11 1995,

- Art. 523. Na modalidade de agravo retido o agravante requererá que o tribunal dele conheça, preliminarmente, por ocasião do julgamento da apelação.
 - * Artigo, "caput", com redação dada pela Lei nº 9.139, de 30 11 1995.
 - § 1º Não se conhecerá do agravo se a parte não requerer

expressamente, nas razões ou na resposta da apelação, sua apreciação pelo Tribunal.

- * § 1º com redação dada pela Lei nº 9.139, de 30 11 1995.
- § 2º Interposto o agravo, o juiz poderá reformar sua decisão, após ouvida a parte contrária, em 5 (cinco) dias.
 - * § 2" com redução dada pela Lei n" 9.139, de 30 11 1995.
- § 3º Das decisões interlocutorias proferidas em audiência admitirse-á interposição oral do agravo retido, a constar do respectivo termo, expostas sucintamente as razões que justifiquem o pedido de nova decisão.
 - * § 3° com redação dada pela Lei nº 9.139, de 30 11 1995.
- § 4º Será sempre retido o agravo das decisões posteriores à sentença, salvo caso de inadmissão da apelação.
 - * § 4" com redação dada pela Lei nº 9.139, de 30 11 1995.

LIVRO II DO PROCESSO DE EXECUÇÃO

TÍTULO I DA EXECUÇÃO EM GERAL

CAPÍTULO III DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA REALIZAR QUALQUER EXECUÇÃO

Seção II Do Título Executivo

- Art. 588. A execução provisória da sentença far-se-á do mesmo modo que a definitiva, observados os seguintes principios:
- I corre por conta e responsabilidade do credor, que prestará caução, obrigando-se a reparar os danos causados ao devedor;
- II não abrange os atos que importem alienação do dominio, nem permite, sem caução idônea, o levantamento de depósito em dinheiro;
- III fica sem efeito, sobrevindo sentença que modifique ou anule a que foi objeto da execução, restituindo-se as coisas no estado anterior.

Paragrafo único. No caso do número III. deste artigo, se a sentença provisoriamente executada for modificada ou anulada apenas em parte, somente nessa parte ficara sem efeito a execução.

Art. 589. A execução definitiva far-se-á nos autos principais: a execução provisória, nos autos suplementares, onde os houver, ou por carta de sentença, extraida do processo pelo escrivão e assinada pelo juiz.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 601. Nos casos previstos no artigo anterior, o devedor incidirá em multa fixada pelo juiz, em montante não superior a vinte por cento do valor atualizado do débito em execução, sem prejuizo de outras sanções de natureza processual ou material, multa essa que reverterá em proveito do credor, exigivel na própria execução.

* Artigo. "capia, com redação dada pela Lei nº 8.953, de 13-12-1994

Parágrafo único. O juiz relevará a pena, se o devedor se comprometer a não mais praticar qualquer dos atos definidos no artigo antecedente e der fiador idôneo, que responda ao credor pela divida principal, juros, despesas e honorários advocatícios.

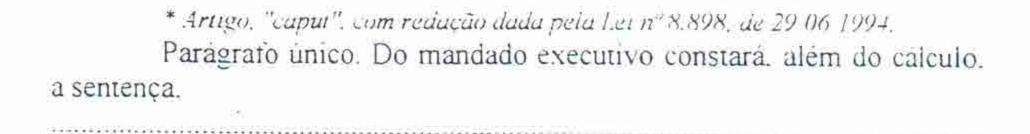
* Parágrafo único com redação determinada pela Lei nº 5.925, de 1" de outubro de 1973.

CAPÍTULO VI DA LIQUIDAÇÃO DA SENTENÇA

Art. 604. Quando a determinação do valor da condenação depender apenas de cálculo aritmético, o credor procederá à sua execução na forma do art. 652 e seguintes, instruindo o pedido com a memória discriminada e atualizada do cálculo.

* Artigo com redação dada peia Lei nº 8.898, de 29 06 1994.

Art. 605. Para os fins do art. 570, poderá o devedor proceder ao cálculo na forma do artigo anterior, depositando, de imediato, o valor apurado.



TÍTULO II DAS DIVERSAS ESPÉCIES DE EXECUÇÃO

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 614. Cumpre ao credor, ao requerer a execução, pedir a citação do devedor e instruir a petição inicial:

- I com o título executivo, salvo se ela se fundar em sentença (art.584);
- II com o demonstrativo do débito atualizado até a data da propositura da ação, quando se tratar de execução por quantia certa:
- * Inciso II com redação dada pela Lei nº 8.953, de 13/12/1994 (DOU de 14/12/1994, em vigor 60 dias após a publicação).
- III com a prova de que se verificou a condição, ou ocorreu o termo (art. 572).
 - * Inciso III acrescido pela Lei nº 8.953, de 13-12-1994.

CAPÍTULO II DA EXECUÇÃO PARA A ENTREGA DE COISA

Seção I Da Entrega de Coisa Certa

- Art. 621. O devedor de obrigação de entrega de coisa certa, constante de título executivo, será citado para, dentro de 10 (dez) dias, satisfazer a obrigação, ou, seguro o juízo (art. 737, II), apresentar embargos.
 - * Artigo com redução dada pela Lei nº 8.953, de 13 12 1994.
- Art. 622. O devedor poderá depositar a coisa, em vez de entregá-la, quando quiser opor embargos.

* Artigo com redação determinada pela Lei nº 5.925, de 1º de outubro de 1973.

Art. 624. Se o devedor entregar a coisa, lavrar-se-á o respectivo termo e dar-se-á por finda a execução, salvo se esta, de acordo com a sentença, tiver de prosseguir para o pagamento de frutos e ressarcimento de perdas e danos.

* Artigo com redação determinada pela Lei nº 5.925, de 1º de outubro de 1973.

- Art. 627. O credor tem direito a receber, além de perdas e danos, o valor da coisa, quando esta não lhe for entregue, se deteriorou, não for encontrada ou não for reclamada do poder de terceiro adquirente.
- § 1º Não constando da sentença o valor da coisa, ou sendo impossível a sua avaliação, o credor far-lhe-á a estimativa, sujeitando-se ao arbitramento judicial.
- § 2º O valor da coisa e as perdas e danos serão apurados em liquidação de sentença.

CAPÍTULO III DA EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E DE NÃO FAZER

Seção III Das Disposições Comuns às Seções Precedentes

Art. 644. Na execução em que o credor pedir o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, determinada em título judicial, o juiz, se omissa a sentença, fixará multa por dia de atraso e a data a partir da qual ela será devida.

* Artigo, "caput", com redação dada pela Lei nº 8.953, de 13-12-1994.

Parágrafo único. O valor da multa poderá ser modificado pelo juiz da execução, verificado que se tornou insuficiente ou excessivo.

* Parágrafo único acrescido pela Lei nº 8.953, de 13 12 1994.

CAPÍTULO IV DA EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE

Seção I Da Penhora, da Avaliação e da Arrematação

Subseção III Da Penhora e do Depósito

Art. 659. Se o devedor não pagar, nem fizer nomeação válida, o oficial de justiça penhorar-lhe-á tantos bens quantos bastem para o pagamento do principal, juros, custas e honorários advocatícios.

- § 1º Efetuar-se-à a penhora onde quer que se encontrem os bens, ainda que em repartição pública: caso em que precederá requisição do juiz ao respectivo chefe.
- § 2º Não se levará a efeito a penhora, quando evidente que o produto da execução dos bens encontrados será totalmente absorvido pelo pagamento das custas da execução.
- § 3º No caso do parágrafo anterior e bem assim quando não encontrar quaisquer bens penhoráveis, o oficial descreverá na certidão os que guarnecem a residência ou o estabelecimento do devedor.
- § 4º A penhora de bens imóveis realizar-se-á mediante auto ou termo de penhora, e inscrição no respectivo registro.
 - * § 4" acrescido pela Lei nº 8.953, de 13-12-1994.

Art. 660. Se o devedor fechar as portas da casa, a fim de obstar a penhora dos bens, o oficial de justiça comunicará o fato ao juiz, solicitando-lhe ordem de arrombamento.

TÍTULO III DOS EMBARGOS DO DEVEDOR

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS Art. 737. Não são admissíveis embargos do devedor antes de seguro o juizo:

I - pela penhora, na execução por quantia certa:

II - pelo depósito, na execução para entrega de coisa.

CAPITULO II DOS EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

Art. 741. Na execução fundada em título judicial, os embargos so poderão versar sobre:

* Artigo, "caput". com redação dada pela Lei nº 8,953, de 13-12-1994.

V - excesso da execução, ou nulidade desta até a penhora;

Art. 744. Na execução de sentença, proferida em ação fundada em direito real, ou em direito pessoal sobre a coisa, é lícito ao devedor deduzir também embargos de retenção por benfeitorias.

§ 1º Nos embargos especificará o devedor, sob pena de não serem recebidos:

I - as benfeitorias necessárias, úteis ou voluptuárias:

II - o estado anterior e atual da coisa:

III - o custo das benfeitorias e o seu valor atual:

IV - a valorização da coisa, decorrente das benfeitorias.

§ 2º Na impugnação aos embargos poderá o credor oferecer artigos de liquidação de frutos ou de danos, a fim de se compensarem com as benfeitorias.

§ 3º O credor poderá, a qualquer tempo, ser imitido na posse da coisa, prestando caução ou depositando:

I - o preço das benfeitorias:

 II - a diferença entre o preço das benfeitorias e o valor dos frutos ou dos danos, que já tiverem sido liquidados.

CAPÍTULO III DOS EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM TÍTULO EXTRAJUDICIAL

Art. 745. Quando a execução se fundar em título extrajudicial. o devedor poderá alegar, em embargos, além das matérias previstas no art. 741, qualquer outra que lhe seria lícito deduzir como defesa no processo de conhecimento.

TITULO IV DA EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR INSOLVENTE

CAPÍTULO III DA INSOLVÊNCIA REQUERIDA PELO DEVEDOR OU PELO SEU ESPÓLIO

Art. 759. È lícito ao devedor ou ao seu espólio, a todo tempo, requerer a declaração de insolvência.

LIVRO III DO PROCESSO CAUTELAR

TÍTULO ÚNICO DAS MEDIDAS CAUTELARES

CAPÍTULO II DOS PROCEDIMENTOS CAUTELARES ESPECÍFICOS

Seção I Do Arresto

Art. 814. Para a concessão do arresto é essencial:

I - prova literal da divida líquida e certa:

 II - prova documental ou justificação de algum dos casos mencionados no artigo antecedente.

* Artigo com redação determinada pela Lei nº 5.925, de 1º de outubro de 1973.

Paragrafo único. Equipara-se à prova literal da divida líquida e certa, para efeito de concessão de arresto, a sentença líquida ou ilíquida, pendente de recurso ou o laudo arbitral pendente de homologação.

condenando o devedor no pagamento de dinheiro ou de prestação que em dinheiro possa converter-se.

* Parágrafo único com redação determinada pela 1.ei nº 5.925, de 1º de outubro de 1973.

LEI N° 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995

DISPÕE SOBRE OS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CAPÍTULO II DOS JUIZADOS ESPECIAIS CIVEIS

Seção I Da Competência

- Art. 3º O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas civeis de menor complexidade, assim consideradas:
- I as causas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo;
- II as enumeradas no art. 275, inciso II, do Código de Processo Civil:
 - III a ação de despejo para uso próprio;
- IV as ações possessórias sobre bens imóveis de valor não excedente ao fixado no inciso I deste artigo.
 - § 1º Compete ao Juizado Especial promover a execução:
 - I dos seus julgados:
- II dos titulos executivos extrajudiciais, no valor de até quarenta vezes o salário mínimo, observado o disposto no § 1º do art. 8 desta Lei.
- § 2º Ficam excluidas da competência do Juizado Especial as causas de natureza alimentar, falimentar, fiscal e de interesse da Fazenda Pública, e

também as relativas a acidentes de trabalho, a residuos e ao estado & capacidade das pessoas, ainda que de cunho patrimonial.

§ 3º A opção pelo procedimento previsto nesta Lei importará em renúncia ao crédito excedente ao limite estabelecido neste artigo, excetuada a hipótese de conciliação.

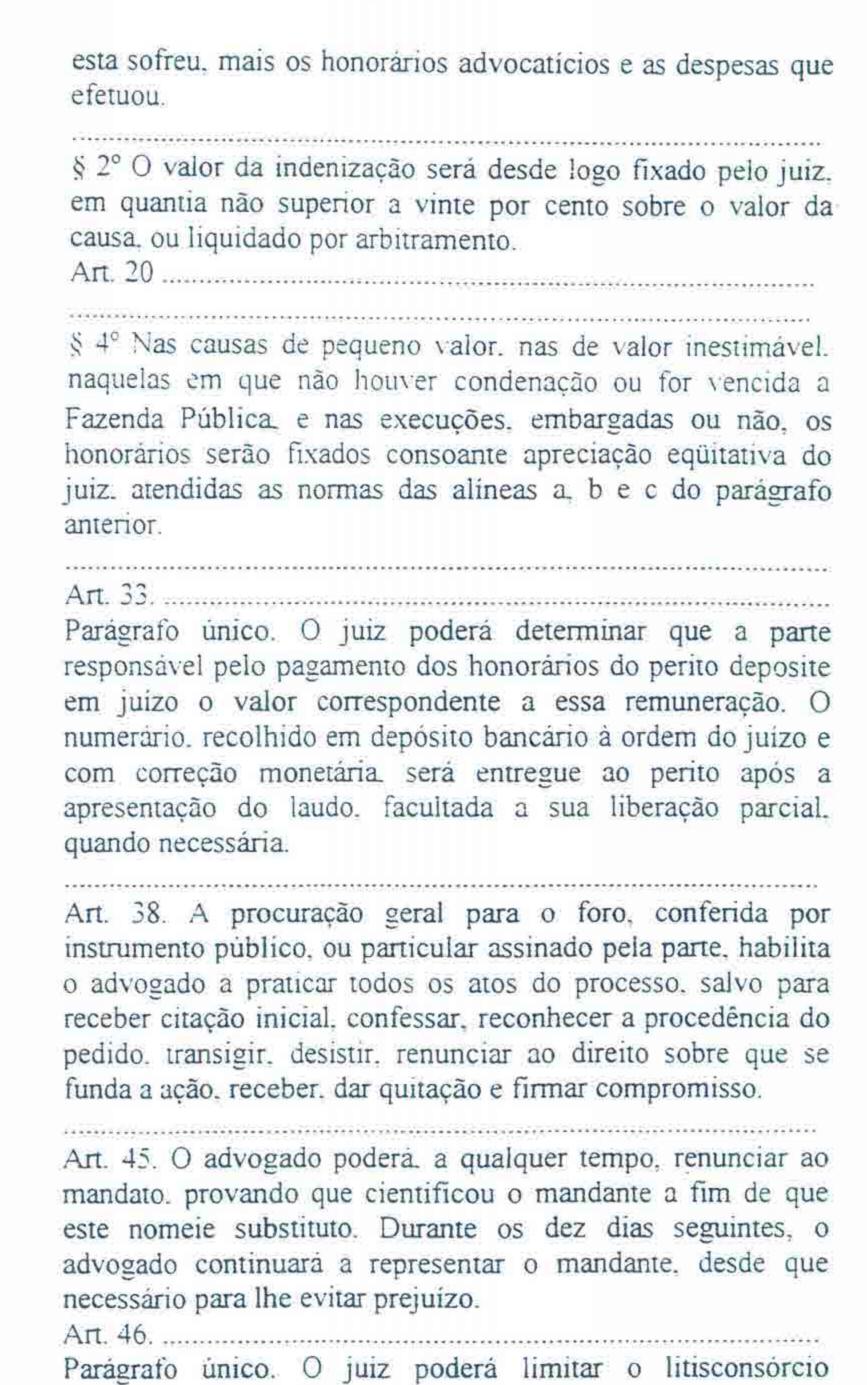
LEI Nº 8.952, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1994

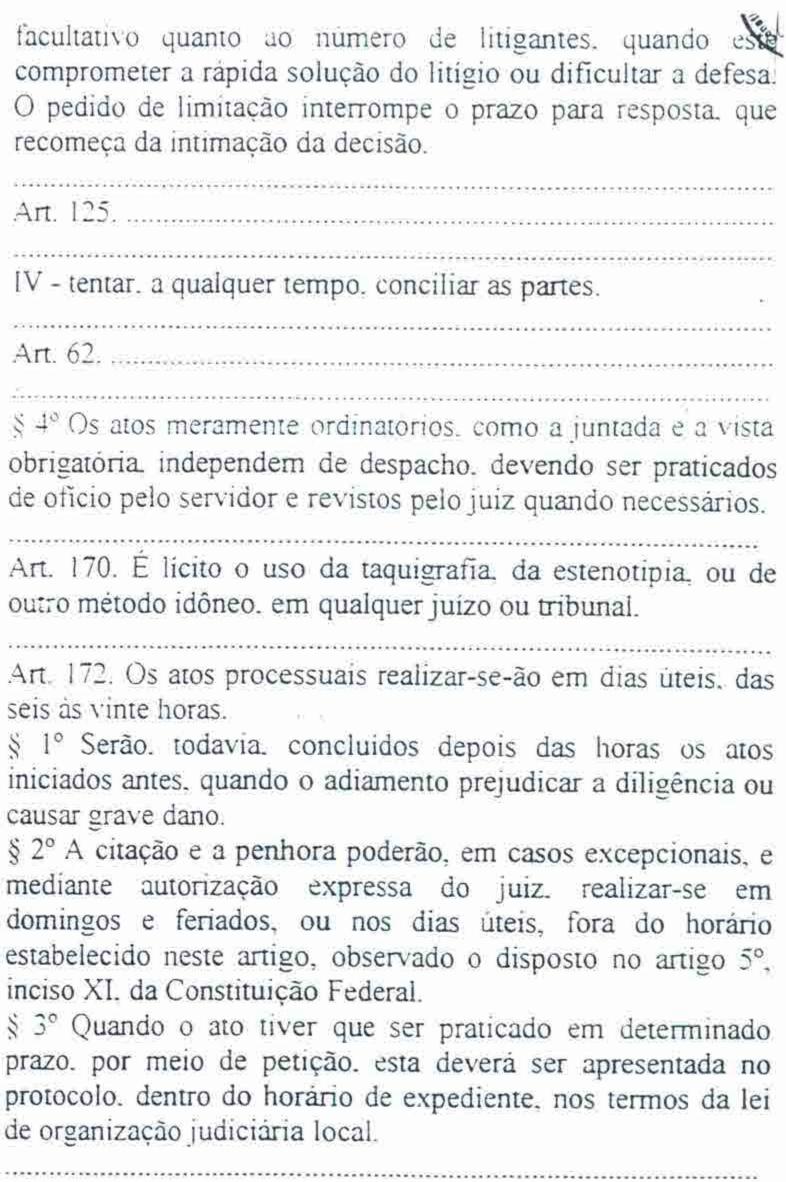
ALTERA DISPOSITIVOS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL SOBRE O PROCESSO DE CONHECIMENTO E O PROCESSO CAUTELAR

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS no exercicio do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

- Art. 1º Os dispositivos a seguir enumerados, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 Código de Processo Civil, passam a vigorar com a seguinte redação:
 - "Art. 10. O cônjuge somente necessitará do consentimento do outro para propor ações que versem sobre direitos reais imobiliários.
 - § lº Ambos os cônjuges serão necessariamente citados para as ações:
 - I que versem sobre direitos reais imobiliários:
 - § 2º Nas ações possessórias, a participação do cônjuge do autor ou do réu somente é indispensável nos casos de composse ou de ato por ambos praticados.
 - Art. 18. O juiz. de oficio ou a requerimento, condenará o litigante de má-fé a indenizar à parte contrária os prejuizos que





Art. 219.

^{§ 1}º A interrupção da prescrição retroagirá à data da propositura da ação.

^{§ 2}º Incumbe à parte promover a citação do réu nos dez dias subsequentes ao despacho que a ordenar, não ficando

prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário.

§ 3º Não sendo citado o réu, o juiz prorrogará o prazo até o máximo de noventa dias.

Art. 239.

Parágrafo único.....

III - a nota de ciente ou certidão de que o interessado não a após no mandado.

Art. 272. O procedimento comum é ordinário ou sumário. Parágrafo único. O procedimento especial e o procedimento sumário regem-se pelas disposições que lhes são próprias.

aplicando-se-lhes, subsidiariamente, as disposições gerais do procedimento ordinário.

Art. 273. O juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, desde que, existindo prova inequívoca, se convença da verossimilhança da alegação e:

- I haja fundado receio de dano irreparável ou de dificil reparação: ou
- II fique caracterizado o abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu.
- § 1º Na decisão que antecipar a tutela, o juiz indicará, de modo claro e preciso, as razões do seu convencimento.
- § 2º Não se concederá a antecipação da tutela quando houver perigo de irreversibilidade do provimento antecipado.
- § 3º A execução da tutela antecipada observará, no que couber, o disposto nos incisos II e III do artigo 588.
- § 4º A tutela antecipada poderá ser revogada ou modificada a qualquer tempo, em decisão fundamentada.
- § 5º Concedida ou não a antecipação da tutela, prosseguirá o processo até final julgamento.

Art. 296. Indeferida a petição inicial, o autor poderá apelar, facultado ao juiz, no prazo de quarenta e oito horas, reformar sua decisão.

Paragrafo único. Não sendo reformada a decisão, os autos serão imediatamente encaminhados ao tribunal competente.

Art. 331. Se não se verificar qualquer das hipóteses previstas nas seções precedentes e a causa versar sobre direitos disponiveis. o juiz designará audiência de conciliação. a realizar-se no prazo máximo de trinta dias, à qual deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir.

§ 1º Obtida a conciliação, será reduzida a termo e homologada por sentença.

§ 2º Se, por qualquer motivo, não for obtida a conciliação, o juiz fixara os pontos controvertidos, decidirá as questões processuais pendentes e determinara as provas a serem produzidas, designando audiência de instrução e julgamento. se necessario.

· Art. 417. O depoimento, datilografado ou registrado por taquigrafia estenotipia ou outro método idôneo documentação, será assinado pelo juiz, pelo depoente e pelos procuradores, facultando-se às partes a sua gravação.

Parágrafo único. O depoimento será passado para a versão datilográfica quando houver recurso da sentença, ou noutros casos, quando o juiz o determinar, de oficio ou a requerimento da parte.

Art. 434. Quando o exame tiver por objeto a autenticidade ou a falsidade de documento, ou for de natureza médico-legal, o perito será escolhido, de preferência, entre os técnicos dos estabelecimentos oficiais especializados. O juiz autorizará a remessa dos autos, bem como do material sujeito a exame, ao diretor do estabelecimento.

Ап. 460.

Paragrafo único. A sentença deve ser certa, ainda quando decida relação juridica condicional.

Art. 461. Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou, se procedente o pedido, determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento.

- § 1º A obrigação somente se converterá em perdas e danos se o autor o requerer ou se impossível a tutela especifica ou a obtenção do resultado prático correspondente.
- § 2º A indenização por perdas e danos dar-se-á sem prejuizo da multa (artigo 287).
- § 3º Sendo relevante o fundamento da demanda e havendo justificado receio de ineficacia do provimento final, é lícito ao juiz conceder a tutela liminarmente ou mediante justificação prévia, citado o réu. A medida liminar poderá ser revogada ou modificada, a qualquer tempo, em decisão fundamentada.
- § 4º O juiz poderá, na hipótese do parágrafo anterior ou na sentença, impor multa diária ao réu, independentemente de pedido do autor, se for suficiente ou compatível com a obrigação, fixando-lhe prazo razoável para o cumprimento do preceito.
- § 5º Para a efetivação da tutela especifica ou para a obtenção do resultado prático equivalente, poderá o juiz. de oficio ou a requerimento, determinar as medidas necessárias, tais como a busca e apreensão, remoção de pessoas e coisas, desfazimento de obras, impedimento de atividade nociva, além de requisição de força policial.

Art. 800.

Paragrafo único. Interposto o recurso, a medida cautelar será requerida diretamente ao tribunal.

Art. 805. A medida cautelar poderá ser substituída, de oficio ou a requerimento de qualquer das partes, pela prestação de caução ou outra garantia menos gravosa para o requerido, sempre que adequada e suficiente para evitar a lesão ou reparála integralmente."

Art. 2°. Ficam revogados o inciso I do artigo 217 e o § 2° do artigo 242, renumerando-se os incisos II a V daquele artigo e o § 3° deste. do Código de Processo Civil.

Art. 3°. Esta lei entra em vigor sessenta dias após a data de sua publicação.

Brasilia. 13 de dezembro de 1994; 173° da Independência e 106° da República.

INOCÊNCIO OLIVEIRA

Alexandre de Paula Dupevrat Martins

LEI Nº 8.898, DE 29 DE JUNHO DE 1994

ALTERA DISPOSITIVOS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. RELATIVOS À LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os artigo 603, 604, 605 e 609 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 603.....

Paragrafo único. A citação do reu, na liquidação por arbitramento e na liquidação por artigos, far-se-á na pessoa de seu advogado, constituido nos autos.

Art. 604. Quando a determinação do valor da condenação depender apenas de cálculo aritmético, o credor procederá à sua execução na forma do artigo 652 e seguintes, instruindo o pedido com a memória discriminada e atualizada do cálculo.

Art. 605. Para os fins do artigo 570, poderá o devedor proceder ao cálculo na forma do artigo anterior, depositando, de imediato, o valor apurado.

Art. 609. Observar-se-à, na liquidação por artigos, o procedimento comum regulado no Livro I deste código."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor dois meses após a data de sua -publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasilia. 29 de junho de 1994: 173° da Independência e 106° da República.

ITAMAR FRANCO

Alexandre de Paula Dupevrat Martins

LEI Nº 8.953, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1994

ALTERA DISPOSITIVOS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL RELATIVOS AO PROCESSO DE EXECUÇÃO.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

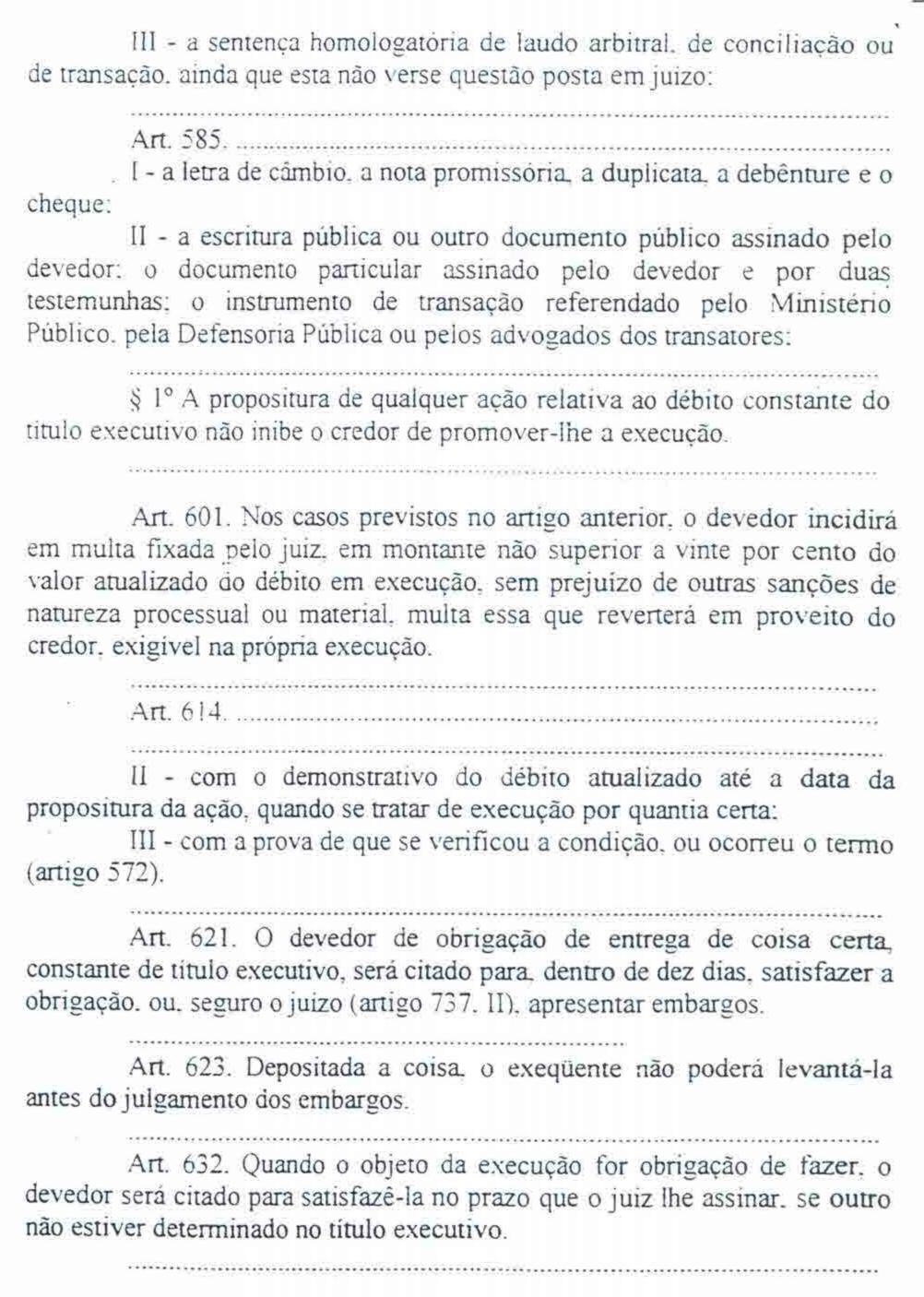
Art. 1º Os dispositivos a seguir enumerados, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 569.

Parágrafo único. Na desistência da execução, observar-se-à o seguinte:

- a) serão extintos os embargos que versarem apenas sobre questões processuais, pagando o credor as custas e os honorários advocatícios:
- b) nos demais casos, a extinção dependerá da concordância do embargante.

Art. 584	***************************************



AH 655

Art. 644. Na execução em que o credor pedir o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, determinada em título judicial, o juiz, se omissa a sentença, fixará multa por dia de atraso e a data a partir da qual ela será devida.

Paragrafo único. O valor da multa poderá ser modificado pelo juiz da execução, verificado que se tornou insuficiente ou excessivo.

Art. 645. Na execução de obrigação de fazer ou não fazer, fundada em título extrajudicial, o juiz, ao despachar a inicial, fixará multa por dia de atraso no cumprimento da obrigação e a data a partir da qual será devida.

Parágrafo único. Se o valor da multa estiver previsto no título, o juiz poderá reduzi-lo, se excessivo.

	§ 1°
	V - atribuir valor aos bens nomeados à penhora.
	Art. 659
termo de	§ 4º A penhora de bens imóveis realizar-se-á mediante auto ou penhora, e inscrição no respectivo registro.
	Art. 669. Feita a penhora intimar-se-á o devedor para embargar a no prazo de dez dias. Parágrafo único. Recaindo a penhora em bens imóveis, será também o cônjuge do devedor.
penhorac	Art. 680. Prosseguindo a execução, e não configurada qualquer das do artigo 684, o juiz nomeará perito para estimar os bens los, se não houver, na comarca, avaliador oficial, ressalvada a de avaliação anterior (artigo 655, § 1°, V).
	Art. 683
655, § 1°	III - houver fundada dúvida sobre o valor atribuído ao bem (artigo V).
	Art. 686

 V - menção da existência de ônus, recurso ou causa pendente sobre os bens a serem arrematados;

VI - a comunicação de que, se o bem não alcançar lanço superior à importância da avaliação, seguir-se-á, em dia e hora que forem desde logo designados entre os dez e os vinte dias seguintes, a sua alienação pelo maior lanço (artigo 692).

Art. 687. O edital será afixado no local do costume e publicado, em resumo, com antecedência mínima de cinco dias, pelo menos uma vez em jornal de ampla circulação local.

§ 1º A publicação do edital será feita no órgão oficial, quando o credor for beneficiário da justiça gratuita.

§ 2º Atendendo ao valor dos bens e às condições da comarca, o juiz poderá alterar a forma e a freqüência da publicidade na imprensa, mandar divulgar avisos em emissora local e adotar outras providências tendentes à mais ampla publicidade da alienação.

Ar	t. 659.
termo de pe	4º A penhora de bens imóveis realizar-se-á mediante auto ou nhora, e inscrição no respectivo registro.
Ar execução no Pa	t. 669. Feita a penhora intimar-se-á o devedor para embargar a prazo de dez dias. rágrafo único. Recaindo a penhora em bens imóveis, será nbém o cônjuge do devedor.
hipóteses d penhorados,	t. 680. Prosseguindo a execução, e não configurada qualquer das o artigo 684, o juiz nomeará perito para estimar os bens se não houver, na comarca, avaliador oficial, ressalvada a e avaliação anterior (artigo 655, § 1°, V).
Ап	t. 683
III 555. § 1°. V	
An	t. 686.

 V - menção da existência de ônus, recurso ou causa pendente sobre os bens a serem arrematados;

VI - a comunicação de que, se o bem não alcançar lanço superior à importância da avaliação, seguir-se-á, em dia e hora que forem desde logo designados entre os dez e os vinte dias seguintes, a sua alienação pelo maior lanço (artigo 692).

Art. 687. O edital será afixado no local do costume e publicado, em resumo, com antecedência mínima de cinco dias, pelo menos uma vez em jornal de ampla circulação local.

- § 1º A publicação do edital será feita no órgão oficial, quando o credor for beneficiário da justiça gratuita.
- § 2º Atendendo ao valor dos bens e às condições da comarca, o juiz poderá alterar a forma e a frequência da publicidade na imprensa, mandar divulgar avisos em emissora local e adotar outras providências tendentes à mais ampla publicidade da alienação.
- § 3º Os editais de praça serão divulgados pela imprensa preferencialmente na seção ou local reservado à publicidade de negócios imobiliários.
- § 4º O juiz poderá determinar a reunião de publicações em listas referentes a mais de uma execução.
- § 5° O devedor será intimado pessoalmente, por mandado, ou carta aviso de recepção, ou por outro meio idôneo, do dia, hora e local da alienação judicial.

Art. 692. Não será aceito lanço que, em segunda praça ou leilão, ofereça preço vil.

Parágrafo único. Será suspensa a arrematação logo que o produto da alienação dos bens bastar para o pagamento do credor.

Art. 738. O devedor oferecerá os embargos no prazo de dez dias, contados:

I - da juntada aos autos da prova da intimação da penhora;

Art. 739.

- § 1º Os embargos serão sempre recebidos com efeito suspensivo.
- § 2º Quando os embargos forem parciais, a execução prosseguirá quanto à parte não embargada.
 - § 3° O oferecimento dos embargos por um dos devedores não

	á a execução contra os que não embargaram, quando o respectivo to disser respeito exclusivamente ao embargante.
	Art. 741. Na execução fundada em titulo judicial, os embargos so ersar sobre:
juizo depr do juizo d	Art. 747. Na execução por carta, os embargos serão oferecidos no ecante ou no juízo deprecado, mas a competência para julgá-los é deprecante, salvo se versarem unicamente vícios ou defeitos da valiação ou alienação dos bens.
(artigo 739	nt. 791

Parágrafo único. Findo o prazo sem cumprimento da obrigação, o processo retomará o seu curso."

Art. 2°. Esta lei entra em vigor sessenta dias após a data de sua publicação.

Brasilia, 13 de dezembro de 1994; 173° da Independência e 106° da República.

INOCÊNCIO OLIVEIRA

Alexandre de Paula Dupeyrat Martins

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Justiça, o texto do projeto de lei que "Altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil".

Brasília. 18 de agosto de 2000.

Brasília, 12 de julho de 2000.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei que "Altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil".

- A proposta, fruto dos trabalhos da Comissão de alto nível coordenada pelos Drs. Sálvio de Figueiredo Teixeira, Diretor da Escola Nacional de Magistratura, o Athos Gusnão Cameiro, Ministro aposentado do Superior Tribunal de Justiça, representante do Instituto Brasileiro de Direito Processual, presidido pela Prof. Ada Pellegrini Grinover, constituída em 1991 para estudar o proplema da morosidade processual e propor soluções com vistas à simplificação do Código de Processo Civil, busca complementar a iniciada reforma desse ordenamento codificado.
- Para melhor elucidar as razões pelas quais ofereço ao elevado descortino de Vossa Excelência a presente propositura, optei por reproduzir o teor do Relatório circunstanciado da referida Comissão, que bem demonstra a pertinência e oportunidade das normas nela contidas, nos seguintes termos:

"Art. 1º do Projeto -- Art. 273, § 1º, § 3º e § 6º. Neste artigo, alusivo à antecipação dos efeitos da tutela, são sugeridas as seguintes modificações:

- a) quanto ao § 3º, a proposta compatibiliza a "efetivação" (não se cuida de "execução", no sentido processual) da tutela antecipada com as alterações sugeridas para o art. 588, relativo à execução provisória da sentença, e com as técnicas de efetivação de tutela específica previstas no art. 461, §§ 4º e 5º e 461- A:
- b) é acrescentado, como § 6º, dispositivo sugerido por Luiz Guilherme Marinoni, que explicita a possibilidade de o juiz, nos casos em que uma parte do pedido ou dos pedidos se torne incontroversa, conceder desde logo a esse respeito a tutela antecipada. Esta sugestão apresenta-se consentânea com as preocupações de eficiência do 'novo' processo civil.
- c) a redação proposta para o § 7º atende ao principio da economia processual, com a adoção da 'fungibilidade' do procedimento, evitando à parte a necessidade de requerer, em novo processo, medida cautelar adequada ao caso.
- Art. 275. É fixada, em razão do valor, a alçada de quarenta salários mínimos para as causas sob <u>rito sumário</u>, mesmo porque esta já é a alçada nas demandas sob rito "sumaríssimo" perante os Juizados Especiais (Lei nº 9.099/95, art. 3º, I). Será, assim, sanada a atual incongruência, por todos apontada, da alçada do rito "sumaríssimo" ser o dobro da fixada para o rito comum sumário.
- Art. 280. É simplificada a redação deste artigo. Isto porque o tema do agravo retido é remetido para a sede própria, art. 523, § 4º, e o prazo para o perito apresentar seu laudo passa a ser o mesmo do procedimento comum ordinário. Além disso, teremos duas inovações:

Primeira - serão defesos os embargos infringentes no procedimento sumário, a fim de acentuar a própria sumariedade do rito e a desejável celeridade processual.

Segunda - de forte conteúdo pragmático, abre-se a possibilidade de intervenção de terceiro (denunciação da lide ou chamamento ao processo) nos casos de pretensão regressiva fundada em contrato de seguro; com efeito, apresenta-se conveniente, máxime nos freqüentíssimos casos de lides decorrentes de acidentes de trânsito, que possam ser resolvidas desde logo a pretensão indenizatória e a pretensão de reembolso, inclusive possibilitando-se à seguradora avençar diretamente com o demandante a composição do litígio.

Art. 287. A alteração proposta ao art. 287 visa a compatibilizá-lo com o disposto no § 4º do art. 461 e no art. 461-A, ou seja, com as modernas técnicas do adimplemento forçado das obrigações de fazer e de não-fazer e das obrigações de entrega de coisa.

Assim, é excluída a menção à "condenação", que tecnicamente implica um posterior processo de execução, não adequado às sentenças mandamentais e executivas lato sensu; a expressão "prestar fato que não possa ser realizado por terceiro", é resumida simplesmente para "prestar fato", pois também as obrigações de fazer fungíveis devem ser abrangidas pela norma legal; a expressão "constará da petição inicial a cominação" é alterada para "poderá requerer", porquanto a pena pecuniária pode ser imposta de ofício, como expressamente prevê o art. 461, § 4°; por fim. é aditada ao artigo, in fine, a expressão "ou da decisão antecipatória da tutela", dado que a pena também pode ser cominada pelo não cumprimento de liminar, como, aliás, está no citado § 4º do art. 461.

Art. 331. O artigo 331 do CPC, na redação dada pela Lei nº 8.952/94, introduziu como regra em nosso direito processual a <u>audiência preliminar</u>, assim acolhendo sugestão do Código-Modelo de Processo Civil para América Latina (editado pelo Instituto Ibero-Americano de Direito Processual) e na esteira, vale lembrar, da audiência preliminar do direito alemão e do direito austríaco; da audiência prévia das summons directions do direito inglês; do pre-trial norte americano, etc.

Substituiu-se a expressão "direitos disponíveis" pela expressão, bem mais abrangente, "direitos que admitam transação". De outra parte, a expressão "audiência de conciliação" apresenta-se imprópria, porquanto se cuida de ato processual complexo destinado à tentativa de conciliação, ao saneamento das questões processuais pendentes, a ordenação das provas e à designação, se necessária, da audiência de instrução e julgamento: daí a nova denominação alvitrada - "audiência preliminar". Pelo mesmo motivo, o título da Seção passará a ser "Da audiência preliminar".

Além disso, o Projeto acrescenta ao art. 331 um § 3º, tornando explícito que se o direito em lide não admitir transação, poderá ser dispensada a própria audiência preliminar, lançando o juiz nos autos, desde logo, a decisão de saneamento e ordenação da prova (orientação preconizada por José Carlos Barbosa Moreira). Assim também se as circunstâncias da causa evidenciarem ser improvável a transação naquele momento processual.

Por fim, permite-se que a parte possa fazer-se representar por procurador ou preposto com poderes para transigir, permissão útil, v.g., para as pessoas jurídicas de maior porte.

Art. 461. No texto do art. 461, concernente à tutela específica das obrigações de fazer e não-fazer, ao § 5º é acrescentada a 'imposição de multa diáriu' no rol das medidas previstas nesse dispositivo, tendentes a permitir o imediato cumprimento do julgado. É, outrossim, aditado um § 6º, prevendo a variação do valor da multa, quando se torne excessivo ou insuficiente.

Art. 588. Será atribuída à execução provisória maior abrangência e eficácia, de molde a permitir que o exequente possa realmente, de regra sob caução, receber o bem da vida que o julgamento lhe reconheceu ou atribuiu.

O atual sistema brasileiro de execução provisória revela-se totalmente superado, porque despido de eficácia prática.

Também aqui a proposta ora apresentada ao exame do Poder Legislativo adota parâmetros já consagrados: na Alemanha, a alienação de bens, na execução provisória, é possível após prestação de caução (ZPO, par. 720). O mesmo se dá no direito português, que prevê a caução para o pagamento do exeqüente enquanto a sentença estiver pendente de recurso (art. 473). Outrossim, no direito italiano, a execução provisória atua ope legis (art. 282), podendo levar à expropriação independentemente de caução (apud Ada Pellegrini Grinover).

Tendo em vista acautelar os direitos das pessoas menos abonadas, o Projeto ressalva a possibilidade de execução provisória independente de caução, nos casos de crédito de

natureza alimentar, até o limite de 40 (quarenta) vezes o salário mínimo, quando o exequente se encontre em estado de necessidade.

Art. 604. Em decorrência da Lei nº 8.898, de 29/06/94, a determinação do valor da condenação, quando dependente apenas de cálculo aritmético, não mais exige um "cálculo do contador"; o credor ingressará diretamente com a petição de execução da sentença, "instruindo o pedido com a memória discriminada e atualizada do cálculo" – art. 604. Ou seja, o cálculo é efetuado e apresentado pelo próprio exeqüente, como está também no art. 614. II, podendo ser impugnado pela via dos embargos do devedor (art. 741, V). Vantagens: abolição do cálculo do contador, de sua homologação pelo juiz e dos novos, sucessivos e demorados recursos daí decorrentes.

O anteprojeto busca sanar alguns problemas que a nova sistemática ensejou. Assim, torna explícita a possibilidade de o credor solicitar ao juiz a requisição de dados existentes em poder do devedor, ou de terceiros, a fim de habilitá-lo, a ele credor, a proceder à memória discriminada do cálculo; fixará então o magistrado prazo adequado para o atendimento da diligência, sob a sanção do art. 601.

De outra parte, visa o projeto atender a casos especiais em que ocorra manifesto descompasso entre a sentença exequenda e a memória apresentada pelo credor; poderá o juiz, então, valer-se do contador do juízo, a fim de evitar que a penhora tenha por base valores exagerados. Assim também quando o credor for beneficiário da assistência judiciária, presumivelmente necessitado de ajuda.

O exequente, apresentado o demonstrativo pelo contador do juízo, poderá aceitá-lo e, então, o adotará como "memória do cálculo": se dele discordar, far-se-á a execução pelo valor pretendido pelo exequente, mas a segurança do juízo, através da penhora, terá por base o valor encontrado pelo contador. Busca-se, nestes termos, harmonizar os antagônicos interesses do credor e do devedor.

- Arts. 621 e 624. A redação dos artigos 621 e 624, relativos a entrega de coisa certa, é adaptada à nova sistemática resultante do art. 461-A, de molde a que sua incidência fique limitada aos casos de título executivo extrajudicial. No parágrafo único do art. 621 tem-se a previsão de multa pelo atraso no cumprimento da obrigação, ficando o respectivo valor sujeito a ser modificado caso a multa se torne excessiva ou insuficiente.
- Art. 627. Os respectivos §§ 2º e 3º são igualmente adaptados à nova sistemática de efetivação das sentenças relativas a obrigações de entrega de coisa, pelo que o art. 627 passa a incidir apenas nos casos de obrigação de dar decorrente de título executivo extrajudicial.
- Art. 644. O art. 644, concernente às obrigações de fazer e não-fazer, é igualmente adaptado à nova sistemática do Código, explicitando-se que, em se cuidando de obrigação decorrente de sentença, as regras do Capítulo III apenas são aplicáveis em caráter subsidiário, como aliás decorre do disposto no art. 461.
- Art. 659. O atual art. 659. § 4º, resultante da Lei nº 8.953, de 13/12/94, de alto alcance na prevenção das fraudes e no resguardo dos direitos de terceiros de boa-fé que venham a adquirir imóvel já penhorado, suscita no entanto relevante dúvida: se o registro da

penhora é <u>integrativo</u> do próprio ato complexo, o prazo para embargos somente terá inicio após tal registro; se, todavia, é requisito de <u>eficácia</u>, para oponibilidade da penhora perante terceiros, a intimação da penhora deverá fazer-se logo após lavrado o auto respectivo.

Na trilha da doutrina e da jurisprudência majoritárias, o projeto dilucida ta controvérsia, adotando a segunda orientação: a exigência do registro não impede a imediata intimação do executado, constituindo-se o registro em condição de eficácia plena da penhora perante os terceiros, cabendo ao exequente as devidas providências junto ao oficio imobiliário.

- Art. 814. A alteração do parágrafo único do art. 814 busca tão-somente sanar omissão da Lei de Arbitragem, que, não obstante haja abolido a exigência de homologação do laudo arbitral, deixou de modificar o aludido dispositivo no qual é feita menção a 'laudo arbitral pendente de homologação'.
- Art. 2º do Projeto Art. 461-A. A mesma sistemática do art. 461 é proposta, por sugestão de Teori Zavascki, para as obrigações de entrega de coisa, ficando eliminada a ação autônoma de execução de tais obrigações nos casos em que o título for judicial (permanece a ação de execução, evidentemente, nos casos de título extrajudicial que consubstancie obrigação de dar).
- Art. 3º do Projeto Visa melhor adequar o titulo da Seção III. do Capítulo V. do Título VIII. do Livro I. ao novo texto do art. 331 do CPC.
- Art. 4º do Projeto A alteração ao caput do art. 744 visa igualmente adaptar o dispositivo legal, que alude aos casos de retenção por benfeitorias nas execuções para entrega de coisa, à nova sistemática do Código, que distingue entre o cumprimento de sentença que imponha a prestação de dar art. 461-A, e a execução de obrigação para entrega de coisa com fundamento em título executivo extrajudicial.
- Art. 5º do Projeto Institui vacatio legis de três meses, a partir da data de publicação da lei."
- 4. Estas, Senhor Presidente, as normas que integram a presente proposta e que, se aceitas, hão de constituir importante passo para a reformulação do Direito Processual Civil, assegurando uma prestação jurisdicional mais célere e eficaz.

Respeitosamente,

JOSÉ GREGORI Ministro de Estado da Justiça Aviso nº 1.350 - C. Civil.

Em 18 de agosto de 2000.

Senhor Primeiro Secretário.

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República relativa a projeto de lei que "Altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil".

Atenciosamente,

SILVANO GIANNI Chefe da Casa Civil

da Presidência da República, Interino

A Sua Excelência o Senhor Deputado UBIRATAN AGUIAR Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados BRASÍLIA-DF.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROJETO DE LEI Nº 3.476/00

Nos termos do art. 119, caput e inciso I do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, alterado pelo art. 1º, I, da Resolução nº 10/91, o Senhor Presidente determinou a abertura e divulgação na Ordem do Dia das Comissões, prazo para recebimento de emendas a partir de 18/10/00, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram apresentadas emendas.

Sala da Comissão, em 25 de outubro de 2000

SUELY SANTOS E SILVA MATINS Secretaria Substituta

I - RELATÓRIO

Vem, a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, a proposição em epígrafe, de autoria do Poder Executivo, tendo por escopo alterar diversos dispositivos do Código de Processo Civil, de forma a tornar mais célere e simples o deslinde dos processos.

A proposta foi formulada por uma Comissão de especialistas sob a coordenação dos Ministros Sálvio de Figueiredo Teixeira e Athos Gusmão Carneiro, este na qualidade de representante do Instituto Brasileiro de Direito Processual, sob a presidência da Professora Ada Pellegrini Grinover.

A matéria tramita conclusivamente, razão pela qual foi aberto o prazo para o oferecimento de emendas, nos termos do art. 119, I, do Regimento Interno, sem que nenhuma tivesse sido apresentada.

Nos termos do art. 32, III, "a" e "e" do mesmo estatuto, cumpre-nos cuidar da constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A matéria sob análise dá continuidade a bem articulada reforma da legislação processual civil que tornou forte impulso a partir do ano de 1994. Os seus méritos são inegáveis à vista de tantos benefícios para a segurança das relações processuais com a sedimentação de entendimentos jurisprudenciais e da prática forense ao longo de tantos anos desde a edição do próprio Código em 1973. De forma que também a proposição agora em análise traz inestimável contribuição ao desenvolvimento da ciência processual. Portanto, o mérito da proposta deve ter pronta aceitação.

Neste sentido, são por demais elucidativos os argumentos alinhavados na exposição de motivos, razão pela qual pedimos vênia para reproduzi-los:

- Art. 1º do Projeto Art. 273, § 1º, § 3º e § 6º. Neste artigo, alusivo à antecipação dos efeitos da tutela, são sugeridas as seguintes modificações:
- a) quanto ao § 3°, a proposta compatibiliza a "efetivação" (não se cuida de "execução", no sentido processual) da tutela antecipada com as alterações sugeridas para o art. 588, relativo à execução provisória da sentença, e com as técnicas de efetivação de tutela específica previstas no art. 461, §§ 4° e 5° e 461-A;
- b) é acrescentado, como § 6º, dispositivo sugerido por Luiz Guilherme Marinoni, que explicita a possibilidade de o juiz, nos casos em que uma parte do pedido ou dos pedidos se torne incontroversa, conceder desde logo a esse respeito a tutela antecipada. Esta sugestão apresenta-se consentânea com as preocupações de eficiência do 'novo' processo civil.
- c) a redação proposta para o § 7º atende ao princípio da economia processual, com a adoção da 'fungibilidade' do procedimento, evitando à parte a necessidade de requerer, em novo processo, medida cautelar adequada ao caso.
- Art. 275. É fixada, em razão do valor, a alçada de quarenta salários mínimos para as causas sob rito sumário, mesmo porque esta já é a alçada nas demandas sob rito "sumaríssimo" perante os Juizados Especiais (Lei nº

9.099/95, art. 3°, I). Será, assim, sanada a atual incongruência, por todos apontada, da alçada do rito "sumaríssimo" ser o dobro da fixada para o rito comum sumário.

Art. 280. É simplificada a redação deste artigo. Isto porque o tema do agravo retido é remetido para a sede própria, art. 523, § 4º, e o prazo para o perito apresentar seu laudo passa a ser o mesmo do procedimento comum ordinário. Além disso, teremos duas inovações:

Primeira – serão defesos os embargos infringentes no procedimento sumário, a fim de acentuar a própria sumariedade do rito e a desejável celeridade processual.

Segunda — de forte conteúdo pragmático, abre-se a possibilidade de intervenção de terceiro (denunciação de lide ou chamamento ao processo) nos casos de pretensão regressiva fundada em contrato de seguro; com efeito, apresenta-se conveniente, máxime nos freqüentíssimos casos de lides decorrentes de acidentes de trânsito, que possam ser resolvidas desde logo a pretensão indenizatória e a pretensão de reembolso, inclusive possibilitando-se à seguradora avençar diretamente com o demandante a composição do litígio.

Art. 287. A alteração proposta ao art. 287 visa a compatibilizá-lo com o disposto no § 4º do art. 461 e no art. 461-A, ou seja, com as modernas técnicas do adimplemento forçado das obrigações de fazer e de não-fazer e das obrigações de entrega de coisa.

Assim, é excluída a menção à "condenação", que tecnicamente implica um posterior processo de execução, não adequado às sentenças mandamentais e executivas lato sensu; a expressão "prestar fato que não possa ser realizado por terceiro", é resumida simplesmente para "prestar fato", pois também as obrigações de fazer fungíveis devem ser abrangidas pela norma legal; a expressão "constará da petição inicial a cominação" é alterada para "poderá requerer", porquanto a pena pecuniária pode ser imposta de ofício, como expressamente prevê o art. 461, § 4º, por fim, é aditada ao artigo, in fine, a expressão "ou da decisão antecipatória da tutela", dado que a pena também pode ser cominada pelo não cumprimento de liminar, como, aliás, está no citado § 4º do art. 461.

Art. 331. O artigo 331 do CPC, na redação dada pela

Lei nº 8.952/94, introduziu como regra em nosso direito processual a <u>audiência</u> <u>preliminar</u>, assim acolhendo sugestão do Código-Modelo de Processo Civil para América Latina (editado pelo Instituto Ibero-Americano de Direito Processual) e na esteira, vale lembrar, da audiência preliminar do direito alemão e do direito austríaco; da audiência prévia das **summons directions** do direito inglês; do **pre-trial** norte americano, etc.

Substituiu-se a expressão "direitos disponíveis" pela expressão, bem mais abrangente, "direitos que admitam transação". De outra parte, a expressão "audiência de conciliação" apresenta-se imprópria, porquanto se cuida de ato processual complexo destinado à tentativa de conciliação, ao saneamento das questões processuais pendentes, à ordenação das provas e à designação, se necessária, da audiência de instrução e julgamento: daí a nova denominação alvitrada – "audiência preliminar". Pelo mesmo motivo, o título da Seção passará a ser "Da audiência preliminar".

Além disso, o Projeto acrescenta ao art. 331 um § 3º, tornando explícito que se o direito em lide não admitir transação, poderá ser dispensada a própria audiência preliminar, lançando o juiz nos autos, desde logo, a decisão de saneamento e ordenação da prova (orientação preconizada por José Carlos Barbosa Moreira). Assim também se as circunstâncias da causa evidenciarem ser improvável a transação naquele momento processual.

Por fim, permite-se que a parte possa fazer-se representar por procurador ou preposto com poderes para transigir, permissão útil, v.g., para as pessoas jurídicas de maior porte.

Art. 461. No texto do art. 461, concernente à tutela específica das obrigações de fazer e não-fazer, ao § 5º é acrescentada a 'imposição de multa diária' no rol das medidas previstas nesse dispositivo, tendentes a permitir o imediato cumprimento do julgado. É, outrossim, aditado um § 6º, prevendo a variação do valor da multa, quando se torne excessivo ou insuficiente.

Art. 588. Será atribuída à execução provisória maior abrangência e eficácia, de molde a permitir que o exeqüente possa realmente, de regra sob caução, receber o bem da vida que o julgamento lhe reconheceu ou atribuiu.

O atual sistema brasileiro de execução provisória revela-se totalmente superado, porque despedido de eficácia prática.

Também aqui a proposta ora apresentada ao exame do Poder Legislativo adota parâmetros já consagrados: na Alemanha, a alienação de bens, na execução provisória; é possível após prestação de caução (ZPO, par. 720). O mesmo se dá no direito português, que prevê a caução para o pagamento do exeqüente enquanto a sentença estiver pendente de recurso (art. 473). Outrossim, no direito italiano, a execução provisória atua ope legis (art. 282), podendo levar à expropriação independentemente de caução (apud Ada Pellegrini Grinover).

Tendo em vista acautelar os direitos das pessoas menos abonadas, o Projeto ressalva a possibilidade de execução provisória independente de caução, nos casos de crédito de natureza alimentar, até o limite de 40 (quarenta) vezes o salário mínimo, quando o exeqüente se encontre em estado de necessidade.

Art. 604. Em decorrência da Lei nº 8.898, de 29/06/94, a determinação do valor da condenação, quando dependente apenas de cálculo aritmético, não mais exige um "cálculo do contador"; o credor ingressará diretamente com a petição de execução da sentença, "instruindo o pedido com a memória discriminada e atualizada do cálculo" — art. 604. Ou seja, o cálculo é efetuado e apresentado pelo próprio exeqüente, como está também no art. 614, II, podendo ser impugnado pela via dos embargos do devedor (art. 741, V). Vantagens: abolição do cálculo do contador, de sua homologação pelo juiz e dos novos, sucessivos e demorados recursos daí decorrentes.

O anteprojeto busca sanar alguns problemas que a nova sistemática ensejou. Assim, torna explícita a possibilidade de o credor solicitar ao juiz a requisição de dados existentes em poder do devedor, ou de terceiros, a fim de habilitá-lo, a ele credor, a proceder à memória discriminada do cálculo; fixará então o magistrado prazo adequado para o atendimento da diligência, sob a sanção do art. 601.

De outra parte, visa o projeto atender a casos especiais em que ocorra manifesto descompasso entre a sentença exeqüenda e a memória apresentada pelo credor, poderá o juiz, então, valer-se do contador do juizo, a fim de evitar que a penhora tenha por base valores exagerados. Assim também quando o credor for beneficiário da assistência judiciária, presumivelmente necessitado de ajuda.

O exequente, apresentado o demonstrativo pelo contador do juízo, poderá aceitá-lo e, então, o adotará como "memória do cálculo"; se dele discordar, far-se-á a execução pelo valor pretendido pelo exequente, mas a segurança do juízo, através da penhora, terá por base o valor encontrado pelo contador. Busca-se, nestes termos, harmonizar os antagônicos interesses do credor e do devedor.

- Arts. 621 e 624. A redação dos artigos 621 e 624, relativos a entrega de coisa certa, é adaptada à nova sistemática resultante do art. 461-A, de moide a que sua incidência fique limitada aos casos de título executivo extrajudicial. No parágrafo único do art. 621 tem-se a previsão de multa pelo atraso no cumprimento da obrigação, ficando o respectivo valor sujeito a ser modificado caso a multa se torne excessiva ou insuficiente.
- Art. 627. Os respectivos §§ 2º e 3º são igualmente adaptados à nova sistemática de efetivação das sentenças relativas a obrigações de entrega de coisa, pelo que o art. 627 passa a incidir apenas nos casos de obrigação de dar decorrente de título executivo extrajudicial.
- Art. 644. O art. 644, concernente às obrigações de fazer e não-fazer, é igualmente adaptado à nova sistemática do Código, explicitando-se que, em se cuidando de obrigação decorrente de sentença, as regras do Capítulo III apenas são aplicáveis em caráter subsidiário, como aliás decorre do disposto no art. 461
- Art. 659. O atual art. 659, § 4°, resultante da Lei n° 8.953, de 13/12/94, de alto alcance na prevenção das fraudes e no resguardo dos direitos de terceiros de boa-fé que venham a adquirir imóvel já penhorado, suscita no entanto relevante dúvida: se o registro da penhora é 'integrativo' do próprio ato complexo, o prazo para embargos somente terá início após tal registro; se, todavia, é requisito de eficácia, para oponibilidade da penhora perante terceiros, a intimação da penhora deverá fazer-se logo após lavrado o auto respectivo.

Na trilha da doutrina e da jurisprudência majoritárias, o projeto dilucida tal controvérsia, <u>adotando a segunda orientação</u>: a exigência do registro não impede a imediata

intimação do executado, constituindo-se o registro em condição de eficácia plena da penhora perante os terceiros, cabendo ao exequente as devidas providência junto ao oficio imobiliário.

- Art. 814. A alteração do parágrafo único do art. 814 busca tão-somente sanar omissão da Lei de Arbitragem, que, não obstante haja abolido a exigência de homologação do laudo arbitral, deixou de modificar o aludido dispositivo no qual é feita menção a 'laudo arbitral pendente de homologação'.
- Art. 2º do Projeto Art. 461-A. A mesma sistemática do art. 461 é proposta, por sugestão de Teori Zavascki, para as obrigações de entrega de coisa, ficando eliminada a ação autônoma de execução de tais obrigações nos casos em que o título for <u>judicial</u> (permanece a ação de execução, evidentemente, nos casos de título extrajudicial que consubstancie obrigação de dar).
- Art. 3º do Projeto Visa melhor adequar o título da Seção III, do Capítulo V, do Título VIII, do Livro I, ao novo texto do art. 331 do CPC.
- Art. 4º do Projeto A alteração ao caput do art. 744 visa igualmente adaptar o dispositivo legal, que alude aos casos de retenção por benfeitorias nas execuções para entrega de coisa, à nova sistemática do Código, que distingue entre o cumprimento de sentença que imponha a prestação de dar art. 461-A, e a execução de obrigação para entrega de coisa com fundamento em título executivo extrajudicial.
- Art. 5º do Projeto Institui vacatio legis de três meses, a partir da data de publicação da lei.

Destarte, das considerações acima se depreende a lucidez jurídica e o acerto da proposta.

A sua constitucionalidade, portanto, é inegável, mesmo porque o conteúdo temático é daqueles privativos da União (art. 22, I), sendo o Congresso Nacional a sede adequada para apreciá-la (art. 48), e a iniciativa do Presidente da República ter respaldo no art. 61.

Sob a ótica da juridicidade a matéria deve, de igual modo, ser acolhida, porquanto guarda perfeita consonância com os princípios do nosso ordenamento jurídico. Isto posto, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação.

Sala da Comissão, em 16 de cutubuo de 2001.

Deputado INALDO LEITÃO
Relator

COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO

Nos termos do art. 57, XI, do Regimento Interno, apresento a seguinte complementação de voto, relativamente ao parecer que elaborei, pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa, e, no mérito, pela aprovação do projeto de lei em epígrafe, tendo em vista que, na reunião desta comissão, realizada no último dia 31 de outubro, foram sugeridas pelo ilustre Deputado José Roberto Batochio, e por mim aceitas, ouvidas suas justificações, as seguintes alterações ao projeto:

- 1)
"Art. 275
 I – nas causas, cujo valor não exceda a sessenta vezes o valor do salário mínimo;
(NR)."
- 2)

"Art. 280. No procedimento sumário não são admissíveis a ação declaratória incidental e a intervenção de terceiros, salvo a assistência, o recurso de terceiro prejudicado e a intervenção fundada em contrato de seguro (NR)."

- 3)	
"Art	461.	

§ 5º Para a efetivação da tutela específica ou a obtenção do resultado prático equivalente, poderá o juiz, de ofício ou a requerimento, determinar as medidas necessárias, tais como a imposição de multa por tempo de atraso, busca e apreensão, remoção de pessoas e coisas, desfazimento de obras e impedimento de atividade nociva, se necessário com requisição de força policial."

- 4)								
'Art.	588.	 	ý.,	 3010	***	 	-	 - 7	,

§ 2º A caução pode ser dispensada nos casos de crédito de natureza alimentar, até o limite de 60 (sessenta) vezes o salário mínimo, quando o exeqüente se encontrar em estado de necessidade (NR)."

5)						
Art.	604.	******	 3063-90K-6	00+80+000+	cescularces	******	

§ 1º Quando a elaboração da memória do cálculo depender de dados existentes em poder do devedor ou de terceiro, o juiz, a requerimento do credor, poderá requisitá-los, fixando prazo de até 30 (trinta) dias para o cumprimento da diligência; se os dados não forem, injustificadamente, apresentados pelo devedor, reputar-se-ão corretos os cálculos apresentados pelo credor e a resistência do terceiro será considerada desobediência."

Portanto, de acordo com a presente complementação de voto, o parecer é pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa, e, no mérito, pela aprovação do PL nº 3476, de 2000, com as modificações acima apontadas.

Sala da Comissão, em de

de 2001.

Deputado Inaldo Leitão Relator

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com emendas, nos termos do Parecer, com complementação de voto, do Relator, Deputado Inaldo Leitão. O Deputado José Roberto Batochio apresentou voto em separado.

Participaram da votação os Senhores Deputados:

Inaldo Leitão - Presidente, Zenaldo Coutinho, Robson Tuma e Osmar Serraglio - Vice-Presidentes, Aldir Cabral, André Benassi, Augusto Farias, Cezar Schirmer, Coriolano Sales, Dr. Antonio Cruz, Edmar Moreira, Fernando Coruja, Fernando Gonçalves, Geraldo Magela, Iédio Rosa, Jaime Martins, José Antonio Almeida, José Dirceu, José Genoíno, José Roberto Batochio, Luciano Bivar, Luiz Eduardo Greenhalgh, Marcos Rolim, Moroni Torgan, Nelson Marchezan, Ney Lopes, Paes Landim, Paulo Magalhães, Renato Vianna, Ricardo Ferraço, Roland Lavigne, Sérgio Carvalho, Sérgio Miranda, Vicente Arruda, Vilmar Rocha, Zulaiê Cobra, Átila Lira, Bispo Wanderval, Dr. Benedito Dias, Freire Júnior, Jairo Carneiro, Léo Alcântara, Nelo Rodolfo,

Odílio Balbinotti, Ricardo Rique, Roberto Balestra, Wagner Rossi, Wagner Salustiano e Wolney Queiroz.

Sala da Comissão, em 31 de outubro de 2001

Deputado ZENALDO COUTINHO
Presidente em exercício

EMENDA ADOTADA Nº 1 - CCJR

	De-se a	0 100	150	I do	art.	275	do	proje	eto a	seguinte
redação:										
		"A	rt.	275.	e e e e e	era e	eleje s			esse a magripus
9	*******		*****						eas x xx	ORGER W. R. RORSES
		I	- n	as c	ausas	, cuj	jo v	alor	não	exceda a
	sessent	a vez	es o	val	or do	salá	rio	mínim	o;	
	KIRCHIADA KI		A BOOK	***	******	*2:#3(* * K)				"(NR)

20

Deputado ZENALDO COUTINHO Presidente em exercício

Sala da Comissão, em 31 de outubro de 2001 .

EMENDA ADOTADA Nº 2 - CCJR

Dê-se ao art. 280 do projeto a seguinte redação:

"Art. 280. No procedimento sumário não são admissíveis a ação declaratória incidental e a intervenção de terceiros, salvo a assistência, o recurso de terceiro prejudicado e a intervenção fundada em contrato de seguro." (NR)

Sala da Comissão, em 31 de outubro de 2001

Deputado ZENALDO COUTINHO Presidente em exercício

EMENDA ADOTADA Nº 3 - CCJR

	Dê-se	ao	S	5°	do	art.	461	do	projeto	a	seguinte	re-
dação:												
				"Ar	t.	461.	ORIGINAL A		ORDER E REPORT	× ×	erene e e egene.	

§ 5° Para a efetivação da tutela específica ou a obtenção do resultado prático equivalente, poderá o juiz, de ofício ou a requerimento, determinar as medidas necessárias, tais como a imposição de multa por tempo de atraso,

reensão,	remoção	de pessoas	e coisas,
de obr	as e imp	edimento d	e atividade
necessá	rio com	requisição	de força
): * * *(*):*:* %	w wordenders as a si-		"(NR)
	de obr	de obras e imp necessário com	reensão, remoção de pessoas o de obras e impedimento d necessário com requisição

Sala da Comissão, em 31 de outubro de 2001

Deputado ZENALDO COUTINHO Presidente em exercício

EMENDA ADOTADA N° 4 - CCJR

dação:		
	"Art. 588	
	* 医自己性性病性 * 我们的因为我们的现在是有关的,我们就是这个是不是我们的想象是是是我们的,我们们是不是不是	
	§ 2° A caução pode ser dispensada nos	S
	casos de crédito de natureza alimentar, até o	0
	limite de 60 (sessenta) vezes o salário mínimo	,
	quando o exequente se encontrar em estado de	9

Dê-se ao § 2° do art. 588 do projeto a seguinte re-

Sala da Comissão, em 31 de outubro de 2001

necessidade." (NR)

Deputado ZENALDO COUTINHO Presidente em exercício

EMENDA ADOTADA Nº 5 - CCJR

	Dê-se ao § 1° do art. 604 do projeto a seguinte re-
dação:	
	"Art. 604
	§ 1º Quando a elaboração da memória do
	cálculo depender de dados existentes em poder do
	devedor ou de terceiro, o juiz, a requerimento do
	credor, poderá requisitá-los, fixando prazo de até
	30 (trinta) dias para o cumprimento da diligência;
	se os dados não forem, injustificadamente,
	apresentados pelo devedor, reputar-se-ão corretos os
	cálculos apresentados pelo credor e a resistência do
	terceiro será considerada desobediência

Sala da Comissão, em 31 de outubro de 2001

Deputado ZENALDO COUTINGO Presidente em exercicio

I - Relatório

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo, que objetiva a alteração de dispositivos do Código de Processo Civil, desde o Título VII – Do Processo e do Procedimento – até o Título Único – Do Processo Cautelar –, visando, a priori, simplificar o processo de modo a solucionar o problema da morosidade processual que hoja aflige o Poder Judiciário.

Cumpre ressaltar que a proposta foi formulada por uma Comissão de especialistas em Processo Civil, sob a coordenação dos Ministros Sálvio de Figueiredo Teixeira e Athos Gusmão Cameiro e sob a presidência da Professora Ada Pellegrini Grinover.

É o relatório.

II - Princípio do Acesso ao Judiciário

Ao tempo em que os reclamos da sociedade se avolumam, — razão direta da complexidade grandemente crescente e vislumbrável nas relações sociais, as formas de acesso à Justiça, naquilo que haverá de ter de mais efetivo e pronto —, o problema proposto ganha relevo e substância.

Falar, portanto, de Acesso à Justiça é falar em proteção, ainda que em análise menos rasa, dos direitos em sua dimensão fundamental ou de liberdade. Daí por que cabe-nos, aqui, apontar o que há de feição de Direito Fundamental no Acesso à Justiça.

Com muita propriedade, define José Afonso da Silva o denominado Princípio da Proteção Judiciária, conceito integrante das Garantias Constitucionais. Segundo o doutrinador, conformam o mencionado princípio o Monopólio Judiciário do Controle Jurisdicional, o Direito de Ação e de Defesa e o Direito ao Devido Processo Legal.

Não há que se falar em direitos sem a salvaguarda correspondente. Exibindo a valorosa lição de Rui Barbosa, Paulo Bonavides informa que foi aquele nosso grande Jurista que primeiro demonstrou que "uma coisa são as garantias constitucionais, outra coisa os direitos, de que essas garantias traduzem, em parte, a condição de segurança jurídica ou judicial". É nesse contexto que se enquadra o Acesso à Justiça.

Ter a possibilidade amplamente reconhecida e amparada de acesso à justiça é condição precípua e fundamental para a efetividade dos direitos constitucionalmente albergados. Por tal motivação é que a significação

especial dos direitos fundamentais corresponde à necessidade de proteger e garantir a existência e eficácia desses direitos. E essa proteção se faz através da garantia de proteção pelos Tribunais e pelos diversos meios recursais existentes, equivalendo dizer, em suma, na possibilidade de amplo acesso ao Judiciário, de forma a realizar a perfeita e necessária "filtragem" do processo até que se atinja a verdadeira justiça.

A garantia de acesso aos tribunais deve ser considerada, antes de tudo, como uma concretização do princípio estruturante do Estado Democrático de Direito. Portanto, ter acesso à justiça é satisfazer, efetivar, homenagear a vontade do constituinte. É encarar a Justiça não apenas como instituição, como querem alguns, mas, antes e primordialmente, como um valor especialmente invocado a assentado no texto constitucional.

Ocorre que o conceito de 'efetividade' no acesso à justiça é algo detentor de vacuidade. O obstáculo não deve, no entanto, servir de amparo ao desânimo e ao desencanto. O desestímulo que gera uma justiça tardia é de difícil mensuração. Mas ninguém desconhece o quanto há de impediente, o dispêndio injustificável de tempo a uma justiça plena.

Indiscutível que alguns reparos urgem, mas nunca de forma a excluir do cidadão o seu direito, garantido constitucionalmente, ao amplo acesso à justiça quando tiver reconhecida uma injúria a um direito, ou quando tiver necessidade de resguardar o seu pleno exercício, como pressupostos essenciais de um Estado Democrático de Direito.

Para tanto, devemos acrescentar, ainda, a necessidade de ter o juiz de primeira instância ampla cognição, inclusive sobre matérias constitucionais, de forma a resguardar para as cortes superiores apenas o que couber em matéria de recurso, garantindo, com isso, maior efetividade na prestação jurisdicional.

III - Princípio do Duplo Grau de Jurisdição

Dentre as garantias deste Estado Democrático de Direito

encontra-se outro princípio de igual importância: o duplo grau de jurisdição, sobre o qual cumpre-nos dispender alguns comentários.

A doutrina diverge em considerar o duplo grau de jurisdição como um princípio de processo inserido na Constituição Federal, já que inexiste a sua previsão expressa no texto constitucional. Dentre os autores que não a admitem, pode-se mencionar Manoel Antônio Teixeira Filho, Arruda Alvim, Tucci e Cruz, dentre outros. De outro lado, existem autores, tais como Humberto Theodoro Júnior e Nelson Nery Júnior, que admitem o duplo grau de jurisdição como princípio de processo inserido na Constituição Federal.

Aqueles que acreditam ser o duplo grau de jurisdição um princípio processual constitucional, inclusive de processo civil, fundamentam a sua posição na competência recursal estabelecida na Constituição Federal, da qual extraímos algumas previsões implícitas:

"Art. 5" (omissis)

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes."

Ainda, neste sentido:

"Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

I – (omissis)

II - julgar, em recurso ordinário;

III - julgar, mediante recurso extraordinário (...);"

"Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça:

I - (omissis)

II - julgar, em recurso ordinário;

III - julgar, em recurso especial;"

Diante disso, em que pese não traga de forma expressa, podese dizer que o duplo grau de jurisdição, ou garantia de reexame das decisões proferidas pelo Poder Judiciário pode e deve ser incluído no estudo acerca dos princípios de processo civil na Constituição Federal.

O reexame dos pronunciamentos jurisdicionais é algo quase tão antigo quanto o próprio direito dos povos; previram-no, dentre outras legislações priscas, a babilônica, a hebraica, a egípcia, a islâmica, a grega, a romana - segundo as suas especificações.

Todo ato decisório do juiz que possa prejudicar um direito ou um interesse da parte deve ser recorrível, como meio de evitar ou emendar os erros e falhas que são inerentes aos julgamentos humanos, garantindo, desta feita, maior clareza e efetividade da tutela jurisdicional. Também atende ao sentimento de inconformismo contra julgamento único, que é natural em todo ser humano.

O princípio do duplo grau de jurisdição visa assegurar ao litigante vencido, total ou parcialmente, o direito de submeter a matéria decidida a uma nova apreciação jurisdicional, no mesmo processo, desde que atendidos determinados pressupostos específicos, previstos em lei.

A atual tendência do sistema recursal brasileiro não pode negar ou ignorar toda uma evolução histórica com muito sacrifício percorrida. É sabido que, através dos tempos, a teoria dos recursos foi sendo aprimorada, chegando ao estágio de "desenvolvimento" atual. Para que não percamos tempo acerca desta discussão, reportamo-nos a José Miguel Garcia Medida, que sucintamente aborda este aspecto:

"Se é certo que este inconformismo com os pronunciamentos de única instância é um dos fundamentos para a existência de recursos, é certo, também, que não é o único. Sentimentos não circunscritos ao litigante perdedor também determinaram o surgimento e a manutenção dos recursos. Antes da concepção de coletividade, a luta para a reforma de uma decisão pertencia unicamente ao litigante perdedor. Com o tempo, formou-se, perante a sociedade, um interesse em se controlarem melhor as decisões judiciais, através de

determinados remédios, direcionados a um órgão superior, supostamente mais experiente, visando à nova análise da decisão sobre a qual paira o inconformismo. A sociedade assim se defendeu porque visava alcançar a plena segurança em suas relações jurídicas, o que não ocorreria se ficasse a solução do litígio subordinada à vontade de um único julgador. Daí se pode dizer que, num certo momento evolutivo, o Estado passou a apoiar esse sentimento, insito ao litigante sucumbente, porque o exame da decisão por um órgão colegiado superior forneceria maior segurança ao acerto da decisão, aumentando a confiança do povo na jurisdição estatal. Por isso, considerando que a atividade jurisdicional aspira um resultado idealmente perfeito, os recursos seriam 'meios de controle', já que o Estado não pode garantir que os juízes sejam infaliveis." (in "O prequestionamento nos recursos extraordinário e especial", 2ª ed., 1999, págs. 22-23)

Se o controle das decisões somente é realizado após uma decisão, está claro que o sistema recursal brasileiro (e de qualquer outro país que adote um sistema que possibilite a revisão de um julgado) adotou uma sistemática de controle das decisões judiciais que se afigura num sentido "de baixo para cima", isto é, haverá revisão do julgado se este parecer injusto à parte (por esta assim o considerar), cabendo ao órgão revisor (Tribunal) verificar o acertamento ou não da decisão, partindo do caso concreto que lhe é apresentado e confrontando-o com a própria decisão prolatada.

O problema que se vê, atualmente, é que há uma tendência no sentido de inverter esta sistemática ou de simplesmente subestimá-la em face de fatores externos e fúteis, tais como a desobstrução da justiça que, para alguns, decorre do excessivo número de recursos existentes.

A vinculação que se tem dado à jurisprudência — outro fator responsável pela inversão da sistemática — faz com que o juiz verifique o caso concreto, compare-o com o que o Tribunal já decidiu a respeito e, então, julgue, abandonando o que há de mais importante na produção da sentença: a análise valorativa da prova e da interpretação do texto legal aplicável à espécie.

Não podemos deixar de reconhecer, como bem menciona Humberto Theodoro Júnior, que os recursos, todavia, devem acomodar-se às formas e oportunidades previstas em lei, para não tumultuar o processo e frustrar o objetivo da tutela jurisdicional em manobras caprichosas e de má-fé.

Porém, uma vez previstos em *lei*, tornam-se garantia do indivíduo, não podendo ser preteridos por qualquer motivo que seja, ainda mais se de natureza prática ou comodista, como querem, agora, ou doutos juízes e desembargadores, sob a frustrante alegação de abarrotamento da justiça no Brasil.

Por estas razões, não podemos fechar os olhos para o que o Projeto em questão vem nos propor com as alterações ao Código de Processo Civil nas quais se suprimem recursos existentes, ainda mais tendo por justificativa irreal a celeridade no processo, quando, na verdade, trata-se do interesse particular de Ministros em esvaziarem suas mesas.

Cumpre-nos, sim, atentar para os pontos aos quais somos contrários, a começar pelo acréscimo da proibição de propor embargos infringentes no procedimento sumário (artigo 280 CPC), sob a alegação de se acentuar a própria sumariedade do rito e a desejável celeridade processual. Como já dito, somos contrários à retirada do direito ao recurso, qualquer que ele seja, ainda mais por tratar-se, aqui, de controvérsia entre os julgadores (embargos infringentes), o que deixa ainda mais clara a possibilidade de haver divergências no julgamento de uma mesma questão por parte dos próprios julgadores.

IV – O princípio do Due Process of Law e a proibição de produção de provas contra si mesmo

Não menos digna de espanto é a alteração proposta ao artigo 604 do CPC, que pretende obrigar o devedor a produzir provas contra si mesmo, devendo, no prazo de trinta dias e sob pena de arcar com a multa de 20% do valor do débito (que nem sequer é líquido, pois depende do

fornecimento de dados), fornecer os dados dos quais dependam a elaboração da memória do cálculo da dívida, em direta afronta ao texto constitucional que garante ao cidadão o direito de não produzir provas contra si mesmo. Senão vejamos.

A Constituição brasileira de 1988 consagrou o Devido Processo Legal em seu artigo 5°, inciso LIV. Esse importante princípio constitucional americano – que teve sua origem na Magna Carta de 1215 – refere-se às garantias de natureza processual propriamente ditas, entre elas a vedação da auto-incriminação forçada (self incrimination) e o direito à ampla defesa e ao contraditório.

Também por inspiração americana, a Constituição Federal adota, no inciso LVI do supracitado artigo, o princípio da invalidade, no processo, das provas obtidas por meios ilícitos, consagrando, assim, no nosso sistema constitucional, a famosa doutrina constitucional americana, sintetizada na expressão 'fruits of the poisoned tree', observada em muitos casos pelo Supremo Tribunal Federal.

A mesma influência recebe a nossa Constituição ao determinar que o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência familiar e de advogado. O preso, igualmente, tem o direito de saber os motivos de sua prisão, qual a identificação das autoridades policiais que estão efetuando sua privação de liberdade, para que possam ser responsabilizadas por eventuais ilegalidades e abusos, além de poder contatar sua família e, eventualmente, seu advogado, indicando o local para onde está sendo levado.

O direito de permanecer em silêncio, constitucionalmente consagrado, seguindo a orientação da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, que prevê, em seu artigo 8º, parágrafo 2º, alínea "g", a toda pessoa acusada de delito o direito de não ser obrigada a depor contra si mesma, nem a declarar-se culpada, apresenta-se como verdadeiro complemento aos princípios do due process of law e da ampla defesa, garantindo-se, dessa forma, ao réu, não só o direito ao silêncio puro, mas também o direito a prestar declarações

falsas e inverídicas, sem que por elas possa ser responsabilizado, uma vez que não se conhece em nosso ordenamento jurídico o crime de perjúrio.

Percebe-se, portanto, que a cláusula constitucional brasileira mostra-se mais generosa em relação ao silêncio do acusado do que em relação à tradicional previsão do direito norte-americano do privilege against self-incrimination, descrita na 5ª Emenda à Constituição, do seguinte teor: "... ninguém será obrigado, em qualquer processo criminal, a servir de testemunha contra si mesmo..."; pois essa, apesar de permitir o silêncio do acusado, não lhe permite fazer declarações falsas e inverídicas, sob pena de responsabilização criminal.

Portanto, a previsão constitucional que garante ao indivíduo a impossibilidade de ser forçado a produzir provas contra si mesmo, em respeito ao princípio da dignidade humana, definido como objeto de proteção dos direitos humanos fundamentais e um dos princípios fundamentais da República, não são meros enunciados teóricos desprovidos de credibilidade jurídica. Muito pelo contrário, a Constituição possui supremacia incondicional em relação a todo o ordenamento jurídico e força normativa inquestionável.

Somente com o pleno respeito ao princípio da dignidade da pessoa humana poderemos almejar a conquista da verdadeira "liberdade", projeto maior de um Estado Democrático de Direito. Sem respeito à dignidade da pessoa humana, não haverá esse Estado de Direito, desaparecendo a participação popular nos negócios políticos do Estado, quebrando-se o respeito ao princípio da soberania popular, que proclama que todo poder emana do povo, com a conseqüência nefasta do fim da Democracia.

V - Direito Comparado

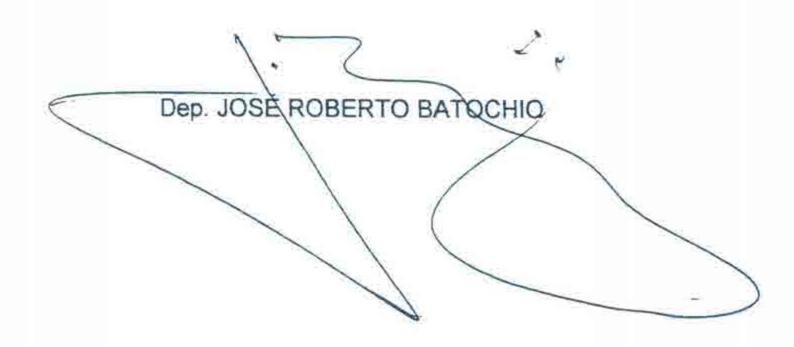
A exemplo do que ocorre no Direito Italiano, uma possível solução para o atual afogamento da justiça brasileira seria o aumento do número de juízes que compõem os nossos Tribunais Superiores. Ora, com a devida venia das ilustradas vozes que têm defendido outros meios, tais como a súmula vinculante, pela qual o Supremo Tribunal Federal poderia ver-se desafogado da imensidão de recursos que lhe são submetidos para exame de

questão "idêntica", não podemos concordar com a sua adoção, pelos motivos óbvios, já oportunamente esclarecidos.

A supressão de recursos, por certo, também é outra solução inaceitável. Não podemos admitir que seja retirada do alcance dos que procuram por um provimento judicial a filtragem necessária à mais justa resposta do Estado à lesão sofrida pelo cidadão.

Uma análise oposta do fenômeno de "enchente" dos Tribunais nos levaria a uma conlcusão favorável sobre o que hoje ocorre com a sociedade brasileira, processo este já transcorrido em outros lugares do mundo, por certo com população mais esclarecida e desenvolvida. Significa ver positivamente a elevação da consciência social quanto aos direitos que lhes são garantidos em todas as esferas judiciais, não cabendo, agora, ao invés de prestigirar o cidadão por sua maior consciência político-jurídica, querer retirar-lhe suas amplas possibilidades recursais em prol de uma "desobstrução" da justiça. O raciocínio correto seria, sim, que o Estado pudesse dispor de mais órgãos e, conseqüentemente, maior número de juízes competentes para prestar o devido provimento jurisdicional que a sociedade, hoje mais elucidada, almeja.

Sala da Comissão, 3/ de outubro de 2001.



452

Oficio nº 259 (SF)

Brasília, em 16 de abril de 2002.

Senhor Primeiro-Secretário.

Comunico a Vossa Excelência que, aprovado sem alterações pelo Senado Federal, em revisão, foi encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, para os fins constantes do art. 66 da Constituição Federal, o Projeto de Lei da Câmara nº 144, de 2001 (PL nº 3.476, de 2000, nessa Casa), que "altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil".

Atenciosamente.

Senador Carlos Wilson Primeiro Secretario

Em 16 abril 2002

Chofo de Casimus

A Sua Excelência o Senhor Deputado Severino Cavalcanti Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados faa/plc01-144 2 30

PRIME 18:30 1405 02 18:30 Laura 181071

Oficio nº 446 (SF)

Brasília, em 14 de maio de 2002.

Senhor Primeiro-Secretário.

Encaminho a Vossa Excelência, para os devidos fins, o incluso autógrafo do Projeto de Lei da Câmara nº 144, de 2001 (PL nº 3.476, de 2000, nessa Casa), sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República e transformado na Lei nº 10.444, de 7 de maio de 2002, que "altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil".

Atenciosamente.

Senador Carlos Wilson

PRIMEIRA-SECRETARIA

Em 15/ MAID JOS.

De ord m. La 5 nhor Suretário.

Geral da Miesa, para as dovidas

Providências.

IARA ARADJO ALENCAR AIRES

Chefe de Gabinete

A Sua Excelência o Senhor Deputado Severino Cavalcanti Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados jbs/plc01-144 ARQUIVE-SE Em 1710 102 Secretário-Geral da Mesa



Altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os artigos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de il, a seguir mencionados, passam a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 273
§ 3º A efetivação da tutela antecipada observará, no que couber e conforme sua natureza, as normas previstas nos arts. 588, 461, §§ 4º e 5º, e 461-A.
§ 6° A tutela antecipada também poderá ser concedida quando um ou mais dos pedidos cumulados, ou parcela deles, mostrar-se incontroverso. § 7° Se o autor, a título de antecipação de tutela, requerer providência de natureza cautelar, poderá o juiz, quando presentes os respectivos pressupostos, deferir a medida cautelar em caráter incidental do processo ajuizado." (NR)
"Art. 275. I - nas causas cujo valor não exceda a 60 (sessenta) vezes o valor do salário mínimo;(NR)
"Art. 280. No procedimento sumário não são admissíveis a ação declaratória incidental e a intervenção de terceiros, salvo a assistência, o recurso de terceiro prejudicado e a intervenção fundada em contrato de seguro."(NR)
"Art. 287. Se o autor pedir que seja imposta ao réu a abstenção da prática de algum ato, tolerar alguma atividade, prestar ato ou entregar coisa, poderá requerer cominação de pena pecuniária para o caso de descumprimento da sentença ou da decisão antecipatória de tutela (arts. 461, § 4°, e 461-A)." (NR) "Art. 331. Se não ocorrer qualquer das hipóteses previstas nas seções precedentes, e versar a causa sobre direitos que admitam transação, o juiz designará audiência preliminar, a realizar-se no prazo de 30 (trinta) dias, para a qual serão as partes intimadas a comparecer, podendo fazer-se representar
por procurador ou preposto, com poderes para transigir.

§ 3º Se o direito em litígio não admitir transação, ou se as circunstâncias da causa evidenciarem ser improvável sua obtenção, o juiz poderá, desde logo, sanear o processo e ordenar a produção da prova, nos termos do § 2º." (NR)

"Art. 461.

- § 5º Para a efetivação da tutela específica ou a obtenção do resultado prático equivalente, poderá o juiz, de ofício ou a requerimento, determinar as medidas necessárias, tais como a imposição de multa por tempo de atraso, busca e apreensão, remoção de pessoas e coisas, desfazimento de obras e impedimento de atividade nociva, se necessário com requisição de força policial.
- § 6º O juiz poderá, de oficio, modificar o valor ou a periodicidade da multa, caso verifique que se tornou insuficiente ou excessiva." (NR)
- "Art. 588. A execução provisória da sentença far-se-á do mesmo modo que a definitiva, observadas as seguintes normas:
- I corre por conta e responsabilidade do exeqüente, que se obriga, se a sentença for reformada, a reparar os prejuízos que o executado venha a sofrer;
- II o levantamento de depósito em dinheiro, e a prática de atos que importem alienação de domínio ou dos quais possa resultar grave dano ao executado, dependem de caução idônea, requerida e prestada nos próprios autos da execução;
- III fica sem efeito, sobrevindo acórdão que modifique ou anule a sentença objeto da execução, restituindo-se as partes ao estado anterior;
 - IV eventuais prejuízos serão liquidados no mesmo processo.
- § 1º No caso do inciso III, se a sentença provisoriamente executada for modificada ou anulada apenas em parte, somente nessa parte ficará sem efeito a execução.
- § 2º A caução pode ser dispensada nos casos de crédito de natureza alimentar, até o limite de 60 (sessenta) vezes o salário mínimo, quando o exeqüente se encontrar em estado de necessidade." (NR)
 - "Art. 604.
- § 1º Quando a elaboração da memória do cálculo depender de dados existentes em poder do devedor ou de terceiro, o juiz, a requerimento do credor, poderá requisitá-los, fixando prazo de até 30 (trinta) dias para o cumprimento da diligência; se os dados não forem, injustificadamente, apresentados pelo devedor, reputar-se-ão corretos os cálculos apresentados pelo credor e a resistência do terceiro será considerada desobediência.
- § 2º Poderá o juiz, antes de determinar a citação, valer-se do contador do juízo quando a memória apresentada pelo credor aparentemente exceder os limites da decisão exeqüenda e, ainda, nos casos de assistência judiciária. Se o credor não concordar com esse demonstrativo, far-se-á a execução pelo valor

originariamente pretendido, mas a penhora terá por base o valor encontrado pelo contador."(NR)

"Art. 621. O devedor de obrigação de entrega de coisa certa, constante de título executivo extrajudicial, será citado para, dentro de 10 (dez) dias, satisfazer a obrigação ou, seguro o juízo (art. 737, II), apresentar embargos.

Parágrafo único. O juiz, ao despachar a inicial, poderá fixar multa por dia de atraso no cumprimento da obrigação, ficando o respectivo valor sujeito a alteração, caso se revele insuficiente ou excessivo."(NR)

"Art. 624. Se o executado entregar a coisa, lavrar-se-á o respectivo termo e dar-se-á por finda a execução, salvo se esta tiver de prosseguir para o pagamento de frutos ou ressarcimento de prejuízos."(NR)

"Art. 627.

- § 1º Não constando do título o valor da coisa, ou sendo impossível a sua avaliação, o exeqüente far-lhe-á a estimativa, sujeitando-se ao arbitramento judicial.
 - § 2º Serão apurados em liquidação o valor da coisa e os prejuízos."(NR)
- "Art. 644. A sentença relativa a obrigação de fazer ou não fazer cumprese de acordo com o art. 461, observando-se, subsidiariamente, o disposto neste Capítulo."(NR)

"Art 659		********************************	
Tite Out			5000000
	AND THE REPORT OF THE PROPERTY		
******************		**********************************	

- § 4º A penhora de bens imóveis realizar-se-á mediante auto ou termo de penhora, cabendo ao exeqüente, sem prejuízo da imediata intimação do executado (art. 669), providenciar, para presunção absoluta de conhecimento por terceiros, o respectivo registro no oficio imobiliário, mediante apresentação de certidão de inteiro teor do ato e independentemente de mandado judicial.
- § 5º Nos casos do § 4º, quando apresentada certidão da respectiva matrícula, a penhora de imóveis, independentemente de onde se localizem, será realizada por termo nos autos, do qual será intimado o executado, pessoalmente ou na pessoa de seu advogado, e por este ato constituído depositário."(NR)

"Art. 814.

Parágrafo único. Equipara-se à prova literal da dívida líquida e certa, para efeito de concessão de arresto, a sentença, líquida ou ilíquida, pendente de recurso, condenando o devedor ao pagamento de dinheiro ou de prestação que em dinheiro possa converter-se."(NR)

Art. 2º A Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 461-A: "Art. 461-A. Na ação que tenha por objeto a entrega de coisa, o juiz, ao conceder a tutela específica, fixará o prazo para o cumprimento da obrigação.

§ 1º Tratando-se de entrega de coisa determinada pelo gênero e quantidade, o credor a individualizará na petição inicial, se lhe couber a escolha; cabendo ao devedor escolher, este a entregará individualizada, no prazo fixado pelo juiz.

§ 2º Não cumprida a obrigação no prazo estabelecido, expedirse-á em favor do credor mandado de busca e apreensão ou de imissão na posse, conforme se tratar de coisa móvel ou imóvel.

§ 3º Aplica-se à ação prevista neste artigo o disposto nos §§ 1º a 6º do art. 461." (NR)

Art. 3º A Seção III do Capítulo V do Título VIII do Livro I da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, passa a denominar-se "Da Audiência Preliminar".

Art. 4º O art. 744 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, passa a integrar o Capítulo III do Título III do Livro II, vigorando seu caput com a seguinte redação:

"Art. 744. Na execução para entrega de coisa (art. 621) é lícito ao devedor deduzir embargos de retenção por benfeitorias.

......"(NR)

Art. 5º Esta Lei entra em vigor 3 (três) meses após a data de sua publicação.

Senado Federal, em 16 de abril de 2002

Senador Ramez Tebet

Presidente do Senado Federal

Aviso nº 370 - C. Civil.

Em 7 de maio de 2002.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentissimo Senhor Presidente da República restitui dois autógrafos do texto aprovado do Projeto de Lei nº 144, de 2001 (nº 3.476/00 na Câmara dos Deputados), que se converteu na Lei nº 10.444, de 7 de maio de 2002.

Atenciosamente,

Chefe da Casa Civil da Presidência da República

A Sua Excelência o Senhor Senador CARLOS WILSON Primeiro Secretário do Senado Federal BRASÍLIA-DF. Mensagem nº 334

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição Federal, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que "Altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil". Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 10.444, de 7 de maio de 2002.

Brasilia, 7 de maio de 2002.

In an la

Altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil.

	so Nacional decreta e eu sanciono a seguinte
Lei:	
	869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo
Civil, a seguir mencionados, passam a vigorar	com as seguintes alterações:
"Art.273	
§ 3º A efetivação da tutela a natureza, as normas previstas nos arts	intecipada observará, no que couber e conforme sua 588, 461, §§ 4º e 5º, e 461-A.
- 12 - A - 2 A	nbém poderá ser concedida quando um ou mais dos nostrar-se incontroverso.
	ntecipação de tutela, requerer providência de natureza sentes os respectivos pressupostos, deferir a medida esso ajuizado." (NR)
"Art. 275	
 I - nas causas cujo valor não ex 	ceda a 60 (sessenta) vezes o valor do salário minimo;
	"(NR)
"Art. 280. No procedimente	o sumário não são admissíveis a ação declaratoria

incidental e a intervenção de terceiros, salvo a assistência, o recurso de terceiro prejudicado

ato, tolerar alguma atividade, prestar ato ou entregar coisa, poderá requerer cominação de pena pecuniária para o caso de descumprimento da sentença ou da decisão antecipatória de

versar a causa sobre direitos que admitam transação, o juiz designará audiência preliminar, a

"Art. 287. Se o autor pedir que seja imposta ao réu a abstenção da prática de algum

"Art. 331. Se não ocorrer qualquer das hipóteses previstas nas seções precedentes, e

e a intervenção fundada em contrato de seguro."(NR)

tutela (arts. 461, § 49, e 461-A)." (NR)

realizar-se no prazo de 30 (trinta)	dias, para a qual serão	as partes intimadas a comparecer,
podendo fazer-se representar por p	rocurador ou preposto	, com poderes para transigir.

§ 3º Se o direito em litígio não admitir transação, ou se as circunstâncias da causa evidenciarem ser improvável sua obtenção, o juiz poderá, desde logo, sanear o processo e ordenar a produção da prova, nos termos do § 2º." (NR)

"Art. 461.	

- § 5º Para a efetivação da tutela específica ou a obtenção do resultado prático equivalente, poderá o juiz, de oficio ou a requerimento, determinar as medidas necessárias, tais como a imposição de multa por tempo de atraso, busca e apreensão, remoção de pessoas e coisas, desfazimento de obras e impedimento de atividade nociva, se necessário com requisição de força policial.
- § 6º O juiz poderá, de oficio, modificar o valor ou a periodicidade da multa, caso verifique que se tornou insuficiente ou excessiva." (NR)
- "Art. 588. A execução provisória da sentença far-se-a do mesmo modo que a definitiva, observadas as seguintes normas:
- 1 corre por conta e responsabilidade do exequente, que se obriga, se a sentença for reformada, a reparar os prejuízos que o executado venha a sofrer;
- II o levantamento de depósito em dinheiro, e a prática de atos que importem alienação de dominio ou dos quais possa resultar grave dano ao executado, dependem de caução idônea, requerida e prestada nos próprios autos da execução,
- III fica sem efeito, sobrevindo acordão que modifique ou anule a sentença objeto da execução, restituindo-se as partes ao estado anterior;
 - IV eventuais prejuizos serão liquidados no mesmo processo.
- § 1º No caso do inciso III, se a sentença provisoriamente executada for modificada ou anulada apenas em parte, somente nessa parte ficará sem efeito a execução.
- § 2º A caução pode ser dispensada nos casos de crédito de natureza alimentar, até o limite de 60 (sessenta) vezes o salário mínimo, quando o exequente se encontrar em estado de necessidade." (NR)

"Art. 604	
-----------	--

§ 1º Quando a elaboração da memória do cálculo depender de dados existentes em poder do devedor ou de terceiro, o juiz, a requerimento do credor, poderá requisitá-los, fixando prazo de até 30 (trinta) dias para o cumprimento da diligência, se os dados não forem, injustificadamente, apresentados pelo devedor, reputar-se-ão corretos os cálculos apresentados pelo credor e a resistência do terceiro será considerada desobediência.

- § 2º Poderá o juiz, antes de determinar a citação, valer-se do contador do juizo quando a memória apresentada pelo credor aparentemente exceder os limites da decisão exequenda e, ainda, nos casos de assistência judiciária. Se o credor não concordar com esse demonstrativo, far-se-á a execução pelo valor originariamente pretendido, mas a penhora terá por base o valor encontrado pelo contador."(NR)
- "Art. 621. O devedor de obrigação de entrega de coisa certa, constante de título executivo extrajudicial, será citado para, dentro de 10 (dez) dias, satisfazer a obrigação ou, seguro o juízo (art. 737, II), apresentar embargos.

Parágrafo único. O juiz, ao despachar a inicial, poderá fixar multa por dia de atraso no cumprimento da obrigação, ficando o respectivo valor sujeito a alteração, caso se revele insuficiente ou excessivo."(NR)

"Art. 624. Se o executado entregar a coisa, lavrar-se-á o respectivo termo e dar-se-á por finda a execução, salvo se esta tiver de prosseguir para o pagamento de frutos ou ressarcimento de prejuízos."(NR)

$-\mathbf{CML}$, $\mathbf{V}_{\mathbf{A}}^{\mathbf{A}}\mathbf{F}_{\mathbf{A}}$ are a construction of the construction of	"Art.	. 627.	***************************************	viiky
---	-------	--------	---	-------

- § 1º Não constando do título o valor da coisa, ou sendo impossível a sua avaliação, o exequente far-lhe-á a estimativa, sujeitando-se ao arbitramento judicial.
 - § 2º Serão apurados em liquidação o valor da coisa e os prejuizos."(NR)
- "Art. 644. A sentença relativa a obrigação de fazer ou não fazer cumpre-se de acordo com o art. 461, observando-se, subsidiariamente, o disposto neste Capítulo."(NR)

"Art. 65	9	1147411441444444444444444444		
			neesteelt libestrikti salik	.000500011100445041111264414

- § 4º A penhora de bens imóveis realizar-se-á mediante auto ou termo de penhora, cabendo ao exequente, sem prejuízo da imediata intimação do executado (art. 669), providenciar, para presunção absoluta de conhecimento por terceiros, o respectivo registro no oficio imobiliário, mediante apresentação de certidão de inteiro teor do ato e independentemente de mandado judicial.
- § 5º Nos casos do § 4º, quando apresentada certidão da respectiva matrícula, a penhora de imóveis, independentemente de onde se localizem, será realizada por termo nos autos, do qual será intimado o executado, pessoalmente ou na pessoa de seu advogado, e por este ato constituido depositário."(NR)

All 014. Design with the control of	"Art.	814		n ein ein ein saa	ere e
---	-------	-----	--	-------------------	-------

Parágrafo único. Equipara-se à prova literal da divida liquida e certa, para efeito de concessão de arresto, a sentença, liquida ou iliquida, pendente de recurso, condenando o devedor ao pagamento de dinheiro ou de prestação que em dinheiro possa converter-se."(NR)

Fl. 4 da Lei nº 10.444, de 7.5.2002.

- Art. 2º A Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 461-A:
 - "Art. 461-A. Na ação que tenha por objeto a entrega de coisa, o juiz, ao conceder a tutela específica, fixara o prazo para o cumprimento da obrigação.
 - § 1º Tratando-se de entrega de coisa determinada pelo gênero e quantidade, o credor a individualizará na petição inicial, se lhe couber a escolha; cabendo ao devedor escolher, este a entregará individualizada, no prazo fixado pelo juiz.
 - § 2º Não cumprida a obrigação no prazo estabelecido, expedir-se-á em favor do credor mandado de busca e apreensão ou de imissão na posse, conforme se tratar de coisa môvel ou imóvel.
 - § 3º Aplica-se à ação prevista neste artigo o disposto nos §§ 1º a 6º do art. 461."

 (NR)
- Art. 3º A Seção III do Capitulo V do Título VIII do Livro I da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, passa a denominar-se "Da Audiência Preliminar".
- Art. 4º O art. 744 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, passa a integrar o Capítulo III do Título III do Livro II, vigorando seu caput com a seguinte redação:
 - "Art. 744. Na execução para entrega de coisa (art. 621) é lícito ao devedor deduzir embargos de retenção por benfeitorias.

 $^{2}(
m NR$

Art. 5º Esta Lei entra em vigor 3 (três) meses após a data de sua publicação.

Brasilia, 7 de maio

de 2002; 181º da Independência e 114º da

República.

Aviso nº 370 - C. Civil.

Em 7 de maio de 2002.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República restitui dois autógrafos do texto aprovado do Projeto de Lei nº 144, de 2001 (nº 3.476/00 na Câmara dos Deputados), que se converteu na Lei nº 10.444, de 7 de maio de 2002.

Atenciosamente,

PEDRO PARENTE

Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

A Sua Excelência o Senhor Senador CARLOS WILSON Primeiro Secretário do Senado Federal BRASÍLIA-DF. Mensagem nº 334

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição Federal, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que "Altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil". Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 10.444, de 7 de maio de 2002.

Brasilia, 7 de maio de 2002.

Jan an la

Altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil.

O PRESIDENTE DA REPUBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte
Lei:
Art. 1º Os artigos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo
Civil, a seguir mencionados, passam a vigorar com as seguintes alterações:
"Art 273
§ 3º A efetivação da tutela antecipada observará, no que couber e conforme sua
natureza, as normas previstas nos arts. 588, 461, §§ 4º e 5º, e 461-A.
§ 6º A tutela antecipada também poderá ser concedida quando um ou mais dos pedidos cumulados, ou parcela deles, mostrar-se incontroverso.
§ 7º Se o autor, a titulo de antecipação de tutela, requerer providência de natureza cautelar, poderá o juiz, quando presentes os respectivos pressupostos, deferir a medida cautelar em caráter incidental do processo ajuizado." (NR)
"Art. 275
I - nas causas cujo valor não exceda a 60 (sessenta) vezes o valor do salário mínimo;
"(NR)
"Art 280. No procedimento sumário não são admissíveis a ação declaratória

"Art. 287. Se o autor pedir que seja imposta ao réu a abstenção da prática de algum ato, tolerar alguma atividade, prestar ato ou entregar coisa, poderá requerer cominação de pena pecuniária para o caso de descumprimento da sentença ou da decisão antecipatória de tutela (arts. 461, § 4º, e 461-A)." (NR)

incidental e a intervenção de terceiros, salvo a assistência, o recurso de terceiro prejudicado

e a intervenção fundada em contrato de seguro."(NR)

"Art. 331. Se não ocorrer qualquer das hipóteses previstas nas seções precedentes, e versar a causa sobre direitos que admitam transação, o juiz designará audiência preliminar, a

realizar-se no prazo de 30	(trinta) dias,	para a qual	serão as parte	s intimadas a	comparecer
podendo fazer-se represer	itar por procu	rador ou pre	posto, com por	deres para tra	insigir.

§ 3º Se o direito em litígio não admitir transação, ou se as circunstâncias da causa evidenciarem ser improvável sua obtenção, o juiz poderá, desde logo, sanear o processo e ordenar a produção da prova, nos termos do § 2º." (NR)

- § 5º Para a efetivação da tutela específica ou a obtenção do resultado prático equivalente, poderá o juiz, de oficio ou a requerimento, determinar as medidas necessárias, tais como a imposição de multa por tempo de atraso, busca e apreensão, remoção de pessoas e coisas, desfazimento de obras e impedimento de atividade nociva, se necessário com requisição de força policial.
- § 6º O juiz poderá, de oficio, modificar o valor ou a periodicidade da multa, caso verifique que se tornou insuficiente ou excessiva." (NR)
- "Art. 588. A execução provisória da sentença far-se-á do mesmo modo que a definitiva, observadas as seguintes normas:
- I corre por conta e responsabilidade do exequente, que se obriga, se a sentença for reformada, a reparar os prejuizos que o executado venha a sofrer;
- II o levantamento de depósito em dinheiro, e a prática de atos que importem alienação de domínio ou dos quais possa resultar grave dano ao executado, dependem de caução idônea, requerida e prestada nos próprios autos da execução;
- III fica sem efeito, sobrevindo acordão que modifique ou anule a sentença objeto da execução, restituindo-se as partes ao estado anterior;
 - IV eventuais prejuizos serão liquidados no mesmo processo.
- § 1º No caso do inciso III, se a sentença provisoriamente executada for modificada ou anulada apenas em parte, somente nessa parte ficara sem efeito a execução.
- § 2º A caução pode ser dispensada nos casos de crédito de natureza alimentar, até o limite de 60 (sessenta) vezes o salário mínimo, quando o exequente se encontrar em estado de necessidade." (NR)

504	. 19 19 19 19 19 19 19 19 19 19 19 19 19 19 19 19 19 19 1	000000000000000000000000000000000000000	
			504.

§ 1º Quando a elaboração da memória do calculo depender de dados existentes em poder do devedor ou de terceiro, o juiz, a requerimento do credor, poderá requisitá-los, fixando prazo de até 30 (trinta) dias para o cumprimento da diligência, se os dados não forem, injustificadamente, apresentados pelo devedor, reputar-se-ão corretos os cálculos apresentados pelo credor e a resistência do terceiro será considerada desobediência

- § 2º Poderá o juiz, antes de determinar a citação, valer-se do contador do juizo quando a memória apresentada pelo credor aparentemente exceder os limites da decisão exequenda e, ainda, nos casos de assistência judiciária. Se o credor não concordar com esse demonstrativo, far-se-á a execução pelo valor originariamente pretendido, mas a penhora terá por base o valor encontrado pelo contador."(NR)
- "Art. 621. O devedor de obrigação de entrega de coisa certa, constante de título executivo extrajudicial, será citado para, dentro de 10 (dez) dias, satisfazer a obrigação ou, seguro o juizo (art. 737, II), apresentar embargos.

Parágrafo único. O juiz, ao despachar a inicial, poderá fixar multa por dia de atraso no cumprimento da obrigação, ficando o respectivo valor sujeito a alteração, caso se revele insuficiente ou excessivo."(NR)

"Art. 624. Se o executado entregar a coisa, lavrar-se-á o respectivo termo e dar-se-á por finda a execução, salvo se esta tiver de prosseguir para o pagamento de frutos ou ressarcimento de prejuizos." (NR)

"Art.	627.	 (Gain	 -	5550
1 27 6	021	0.00	-	0

- § 1º Não constando do título o valor da coisa, ou sendo impossível a sua avaliação, o exequente far-lhe-à a estimativa, sujeitando-se ao arbitramento judicial.
 - § 2º Serão apurados em liquidação o valor da coisa e os prejuízos."(NR)
- "Art. 644. A sentença relativa a obrigação de fazer ou não fazer cumpre-se de acordo com o art. 461, observando-se, subsidiariamente, o disposto neste Capitulo."(NR)

"Art. 659.	que le serie de la constant de la co	ottytyttiottiivai va		0.00
				initial and the

- § 4º A penhora de bens imóveis realizar-se-á mediante auto ou termo de penhora, cabendo ao exequente, sem prejuizo da imediata intimação do executado (art. 669), providenciar, para presunção absoluta de conhecimento por terceiros, o respectivo registro no oficio imobiliário, mediante apresentação de certidão de inteiro teor do ato e independentemente de mandado judicial.
- § 5º Nos casos do § 4º, quando apresentada certidão da respectiva matricula, a penhora de imóveis, independentemente de onde se localizem, será realizada por termo nos autos, do qual será intimado o executado, pessoalmente ou na pessoa de seu advogado, e por este ato constituido depositário."(NR)

CK 124	Direction of	C 1 4	6							
77 /	\ rrt	X 1/3	1							
100	111	O 1 H	Por 12:00		4-4110-600-6011	 	COLUMN TAXABLE SANCES	CONTRACTOR AND ADDRESS.	COOK A COOK A COOK	
	***	40.00		 	40.000.000.000.000.000					

Parágrafo único. Equipara-se à prova literal da divida líquida e certa, para efeito de concessão de arresto, a sentença, líquida ou ilíquida, pendente de recurso, condenando o devedor ao pagamento de dinheiro ou de prestação que em dinheiro possa converter-se."(NR)

Fl. 4 da Lei nº 10.444, de 7.5.2002.

Art. 2º A Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 461-A:

"Art. 461-A. Na ação que tenha por objeto a entrega de coisa, o juiz, ao conceder a tutela específica, fixará o prazo para o cumprimento da obrigação.

- § 1º Tratando-se de entrega de coisa determinada pelo gênero e quantidade, o credor a individualizará na petição inicial, se lhe couber a escolha, cabendo ao devedor escolher, este a entregará individualizada, no prazo fixado pelo juiz.
- § 2º Não cumprida a obrigação no prazo estabelecido, expedir-se-á em favor do credor mandado de busca e apreensão ou de imissão na posse, conforme se tratar de coisa móvel ou imóvel.
- § 3º Aplica-se à ação prevista neste artigo o disposto nos §§ 1º a 6º do art. 461."

 (NR)

Art. 3º A Seção III do Capítulo V do Título VIII do Livro I da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, passa a denominar-se "Da Audiência Preliminar".

Art. 4º O art. 744 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, passa a integrar o Capítulo III do Título III do Livro II, vigorando seu caput com a seguinte redação:

"Art. 744. Na execução para entrega de coisa (art. 621) é lícito ao devedor deduzir embargos de retenção por benfeitorias.

"(NR)

Art. 5º Esta Lei entra em vigor 3 (três) meses apos a data de sua publicação.

Brasilia, 7 de maio

de maio de 2002, 181º da Independência e 114º da

República.



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO



Imprensa Nacional

República Federativa do Brasil

Ano CXXXIX Nº 87

Sumário

Atos do Poder Judiciário... Atos do Poder Legislativo... Atos do Poder Executivo... Presidencia da República. Ministerio da Agricultura, Pecuaria e Abastecimento Ministerio da Ciencia e Tecnología. Ministerio da Defesa... Ministerio da Educação nisterio da Fazenda... isterio da Integração Nacional usterio da Justica Ministerio da Previdência e Assistência Social Ministerio da Saude Ministerio das Comunicações..... Ministerio das Relações Exteriores... Ministerio de Minas e Energia..... Ministerio do Desenvolvimento Agrario Ministerio do Desenvolvimento, Industria e Comencio Exterio: Ministerio do Esporte e Turismo Ministério do Meio Ambiente.. Ministerio do Planejamento, Orçamento e Gestav. Ministerio do Trabalho e Emprego..... Ministerio dos Transportes... Ministério Publico da União Tribunal de Contas da União Poder Judiciário

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PLENARIO

DECISÓES Ação Direta de Inconstitucionalidade e Ação Declaratória de Constitucionalidade (Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1990)

Julgamentos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N. 2.477-9 - Liminar PROCED PARANA

REOTE VDOS

DDA

RELATOR : MIN. ILMAR GALVÃO GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANA PGE-PR - JOEL GERALDO COIMBRA E OUTROS ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO

Decisão: Por maioria, vencidos o Senhor Ministro Ilmar Galvão, Relator, e a Senhora Ministra Ellen Gracie, o Tribunal negou referendo a decisão individual de Sua Excelência, cassando, com isso a liminar. Votou o Presidente, o Senhor Ministro Marco Aurélio Ausentes, justificadamente, os Senhores Ministros Carlos Velloso e Moreira Alves Plenário, 25.04.2002.

Secretaria de Apoio aos Juigamentos CARLOS ALBERTO CANTANHEDE Secretario

(Of. Et. nº 32/2002)

Atos do Poder Legislativo

LEI Nº 10.444, DE 7 DE MAIO DE 2002

quarta-feira, 8 de maio de 2002 R\$ 3,12

Altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Codigo de Processo Civil

O PRESIDENTE DA REPUBLICA Faco saper que o congresso Nacional decreta e

eu sanciono a segunte Lei

Art 1º Os artigos da Lei nº 5,869, de 11 de janeiro de 1973 - Codigo de Processo Civil, a seguir mencionados passam a vigorar com as seguimes alteraçõe-

An. 275

3 3º A efetivação da tutela antecipada observara no que couber e conforme sua natureza, as normas previstas nos arts. 588-461, §§ 4° e 5° e 461-A.

§ 61 A futela amecipada também podera ser concedida quando um ou mais dos pedidos cumulados, ou parcela deles, mostrat-se meontroverso.

§ 7º Se o autor, a título de antecipação de titela. requerer providencia de natureza cautelar, podera o juiz, quando presentes os respectivos pressupostos, deferir a medida cautelar em carater incidental do processo anuizado." (NR)

1 - nas causas cum vaior não exceda a 60 (sevi senta) vezes o valor do salario minimo;

*Art. 280. No procedimento sumario nao sao. admissaveis a ação declaratoria incidental e a intervenção de terceiros, salvo a assistência, o recurso de terceiro prejudicado e à intervenção fundada em comrato de seguro."(NR)

Art. 287. Se o autor pedir que seja imposta ao reu a abstenção da prutica de algum ato, tolerar algumaatividade, prestar ato ou entregar coisa, podera requerer cominação de pena pecuniaria para o caso de descumprimento da semença ou da decisão antecipatôria de tutela rarts 461 8 4" e 461-A) " (NR)

*Art. 331. Se não ocorrer qualquer das hipoteses. previstas nas seções precedentes, e versar a causa sobre direitos que admitant transação, o juiz designará audiência preliminar, a realizar-se no prazo de 30 (trinta) dias, para a qual serão as partes intimadas a comparecer, podendo fazer-se representar por procurador ou preposto, com poderes para transigit.

§ 3º Se o direito em litigio não admitir transação, ou se as circunstâncias da causa evidenciarem ser improvável sua obtenção, o juiz poderá desde logo, sanear o processo e ordenar a produção da prova, nov termos do

*Art 461

§ 5º Para a efetivação da totela específica ou a obtenção do resultado prático equivalente, podera o junde oficio ou a requerimento, determinar as medidas no cessarias, fais como a imposição de muita por tempo de atraso, busca e apreensão remoção de pessoas e consadestazamento de obras e impedimento de atividade nocivase pecessarso com requisição de lurça policial

8-67 O nuz podera, de oticio, modificar o valorou a periodicidade da multa, caso ventique que se fornoinsuficiente nu excessiva 1 (NR)

Art 588 A execução provisoria da sentençatar-se-a do mesmo modo que a definitiva, observadas aseguintes normas:

I corre por conta e responsabilidade do exqueme, que se obriga se a semença foi reformada, a re parar (is prejuizos que o executado venha a sofret-

II - o Jevamamento de deposito em difilieiro, e a pratica de atos que importen ahenação de dominio ou doquais possa resultar grave dano ao executado dependende caução *grica, requerida e prestada nos proprios autoda execuça-

III - fica sem efeno, sobrevindo acordao que modifique ou amile a sentença objeto da execução, retitumdo-se as partes ao estado amerior.

TV - eventuais prejuizos seraii liquidados no mesmo p. cesso.

8 1º No caso do incise III, se a sentença provisonamente executada for modificada ou anulada apenas em parte, somente nessa parte ficara sem efento a execução;

§ 2º A caução pode ser dispensada nos casos do credito de natureza niimentar me o limite de 60 (sessenta) vezes o salario minumo, quando o exequente se encontrar em estado de necessidade." (NR)

Art 601

§ 1º Quando a elaboração da memoria do calculo depender de dados existentes em poder do devedor ou de terceiro, o juiz, a requerimento do credor, podera requisità-los, fixando prazo de até 30 (trinta) dias para o cumprimento da diligência, se os dados não forem injustificadamente, apresentados pelo devedor, reputar-se-ão corretos os cálculos apresentados pelo credor e a resistencia do terceiro será considerada desobediéncia



SEGURANÇA E AUTENTICIDADE

O acesso às informações oficiais no site da Imprensa Nacional tem a segurança da Certificação Digital da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira: ICP-Brasile Ao acessar o site, você receberá um alerta de segurança. Clique em "SIM"



siga as instruções. Saiba mais em www.in.gov.br.



--- \$ 29 Podera o July antes de determinar a citação, valer-se do contador do juizo quando a memória santexentada pelo credor aparentemente exceder os limites da decisao exequença e amaa nos casos de assistência judiciaria. Se o credor não concordar com esse demontrativo, far-se-a a execução pelo valor originariamente pretendido mas a penhora tera por base o vator encontrado peto contador,"(NR)

"Art. 621. O devedor de obrigação de emrena (L. consa certa, constante de titulo executivo extransdicial, será co tado para, dentro de 10 (dez) dias, salisfazer a obrigação ouseguro o juizo (art. 737. II), apresentar embargos

Paragrafo único. O juiz ao despachar a inicial. podera fixar multa por dia de atraso no cumprimento da obrigação, ficando o respectivo valor sujeno a alteração, caso se revele insuficiente ou excessivo.*(NR)

*Art. 624. Se o executado entregar a corsa, lavrar-se-a o respectivo termo e dar-se-a por finda a execução, salvo se esta tiver de prosseguir para o pagamento de frutos ou ressarcimento de prejuizos."(NR)

Art. 627.....

§ 1º Não constando do titulo o valor da coisa. ou sendo impossível a sua avaliação, o exequente far-lhe a a estimativa, sujeitando-se ao arburamento judicial

§ 2º Serão apurados em liquidação o valor da coisa e os prejuízos (NR)

Art. 644. A sentença relativa a obrigação de fazer ou não fazer cumpre-se de acordo com o art. 461. observando-se, subsidiariamente, o disposto neste Capiulo "(NR)

§ 47 A penhora de bens moveis realizar-se a mediante auto ou termo de pennora, cabendo ao exequente. sem prejurzo da imediata intimação do executado tari 669); providenciar, para presunção absoluta de conhecimento por terceiros, o respectivo registro no oficio eno-biliario mediante apresentação de certidas de interro do ato e independentemente de mandado judicial

§ 5º Nos casos do § 4º quando apresentada certidas da respectiva matrícula a penhora imoveis; independentemente de onde se localizem, sera infrada por termo nos autos, do qual sera intimado o executado. pessoalmente ou na pessoa de seu advogado, e por este aticonstituido depositário."(NR)

CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA Imprensa Nacional

http://www.in.gov.br e-mail: in@in.gov.br SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasilia - DF CNPJ: 04196645/0001-00 Fone: 0800-619900

> FERNANDO HENRIQUE CARDOSO Presidente da República

PEDRO PARENTE Chefe da Casa Civil

CARLOS ALBERTO GUIMARÃES BATISTA DA SILVA Diretor-Geral

DIÁRIO OFICIAL — SEÇÃO 1

Publicação de atos normativos ISSN 1676-2339

MAURICIO AUGUSTO COELHO Coordenador-Geral de Produção Industrial

ISABEL CRISTINA ORRU DE AZEVEDO Coordenadora de Jornais Oficiais Reg. Profissional nº 405/03/70/DF

billed in mit med to the fight that the a court with the

"Art. 814.

Paragrafo unico Equipara se a prova fuera da divida houida e cerra, para efetto de concessão de arresto: a sentença, liginda ou thiquida, pendente de recurso condenando o devedor ao pagamento de dinheiro ou di prestação que em dinheiro possa convener-se "(NR)

Diário Oficial da União - Secão 1

Art. 2º A Lei nº 5.869 de 11 de janeiro de 1975, passa a vigorar acrescida do seguinte art 401-A

> "Art 461-A. Na ação que tenha por objeto ii entrega de coisa, o miz. ao conceder a tutela específica. fixara o prazo para o cumprimento da obrigação.

> § 1º Tratando-se de entrega de goisa determinada pelo genero e quantidade, o credor a individualizara na petição inicial, se lhe couber a escolha; cabendo ao devedor escolher, este a entregara individualizada, no prazo fixado pelo juiz.

> § 2º Não cumprida a obrigação no prazo estabelecido, expedir-se-a em favor do credor mandado de busca e apreensão ou de imissão na posse, conforme se tratar de coisa movel ou imóvel

> § 3º Aplica-se à ação prevista neste artigo o disposto nos §§ 1º a 6º do art. 461.º (NR)

Art 3º A Seção III do Capítulo V do Título VIII do Livro I da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 passa a denominar-se "Da Audiencia Preliminar"

Art 4º O art 744 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 passa a integrar o Capitulo III do Titulo III do Livro 11. vigorando seu caput com a seguinte redação:

> "Art. 744 Na execução para entrega de coisa tari. 621) é lícito ao devedor deduzir embargos de retenção por benfeitorias

Art. 53 Esta Lei entra em vigor 3 (tres) meses apos a data de sua publicação.

Brasilia. 7 de mam de 2002 181º da Independengu è 114° da República.

> FERNANDO HENRIQUE CARDOSO Miguel Reale Junior

LEI Nº 10.445, DE 7 DE MAIO DE 2002

Altera dispositivos da Lei nº 8.457, de 4 de setembro de 1992

O PRESIDENTE DA REPUBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e cu sancionii a seguinte Lei

Art. 11 Os arts. 18 e 3) e a § 47 do art. 23 da Lei nº 8.457 de 4 de setembro de 1992, passam a vigorar com a seguinte redação:

> "Art. 18. Os juizes militares dos Conselhos Especial e Permanente são sorteados dentre oficiais de carreira, da sede da Auditoria, com vituliciedade assegurada, recorrendo-se a oficiars no âmbito de jurisdição da Auditoria se insuficientes os da sede e, se persistir a necessidade excepcionalmente a oficiais que suvam nas demais localidades abrangidas pela respectiva Circunscrição Judiciaria Militar.* (NR)

§ 4º No caso de impedimento de algum dos juizes, sera sorteado outro para substitui-lo," (NR)

"Art. 31 Os nuízes militares são substituidos em suas licenças, faltas e impedimentos, bem como nos atastamentos de sede por movimentação, que decorram de requisito de carreira, ou por outro motivo justificado e reconhecido pelo Superior Tribunal Militar como de reievante interesse para a administração militar.* (NR)

Art. 27 Esta Lei entra em vigor na data de sua

publicação

Art. 3º Revogam-se as alineas a. b. c e d. e os §§ 1º, 2º e 3º do art. 31 da Lei nº 8.457, de 4 de setembro de 1992

Brasilia. 7 de maio de 2002. 181º da independénera e 114º da República

> FERNANDO-HENRIQUE CARDOSO Miguel Reale Junior

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 4,218, DE 7 DE MAIO DE 2002

Con a Emparxada do Brasil em Psongvana Republica Popular Democranica da Coro-camulativa com a limitarcada do Brossi en Pequiti. Republica Popular da Crima

O PRESIDENTE DA REPUBLICA, no uso das arre buições que the contere o art. 84 incoox VI, abnea a le VII, da Constituição

DECRETA:

Art 15 Fica enada a Embaixada do Brasil em Pyongyang Republica Popular Democratica da Coreia, cumulativa com a Em-baixada do Brasil em Pequim, Republica Popular da China

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasilia, 7 de maio de 2002: 181º da Independencia e 114º da Republica

> FERNANDO HENRIQUE CARDOSO Celas Later

DECRETO Nº 4.219, DE 7 DE MAIO DE 2002

Transfere a cumulatroidade da Embaixada do Brasil na Republica Democratica de San Tome e Principe para a Empaixada do Brasil em Libreville Republica Gabonesa

O PRESIDENTE DA REPUBLICA, no uso das atribuições que lite contere o art. 84, incisos VI, alinea "a" e VII, da Constituição

DECRETAS

Art. 1º A Embarxada do Brasil na República Democratica de São Tome e Principe passa a ser cumulairva com a Embarxada do Brasil em Libreville. República Gabonesa

Art. 2º Este Decreto entra eni vigor na data de sua piblicação

An 35 Fica revogado o Decreto nº 84/105, de 25 de outubro de 1970

Brasilia, 7 de maio de 2002, 181º da Independencia e 114º da Republica

> FERNANDO HENRIQUE CARDOSO Celso Latter

DECRETO Nº 4.220, DE 7 DE MAIO DE 2002

Acresce dispositivo ao Regulamento da Agencia Nacional de Vigilancia Santiaria, aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999.

O PRESIDENTE DA REPUBLICA, no uso das atribuições que îne contere o art. 84 incisos IV e VI alinea "a" da Constituição.

DECRETA:

Art. 15 O art. 17 do Regulamento da Agência Nacional de Vigilância Sanitaria, aprovado pelo Decreto 65 3.029, de 16 de abril de 1999, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso.

"XI - Confederação Nacional de Saude - um representante (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasilia: 7 de maio de 2002 181º da Independencia e 114º da Republica.

FERNANIX) HENRIQUE CARDOSO

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 334, de 7 de maio de 2002. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 10.444, de 7 de maio de 2002.

Nº 335, de 7 de maio de 2002. Restituição ao Congresso Nacional de autografice do projeto de las que, sancientido se transforma na Lei nº 10.445, de 7 de maio de 2002.